UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LEONARDO GONÇALVES SILVA

**A epistolografia jesuítica do século XVI: identificação e análise das primeiras normas
epistolares da Companhia de Jesus (1547 a 1565)**

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

São Paulo

2018

LEONARDO GONÇALVES SILVA

**A epistolografia jesuítica do século XVI: identificação e análise das primeiras normas
epistolares da Companhia de Jesus (1547 a 1565)**

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e informação

Linha de pesquisa: Apropriação social da informação

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte. É proibida a reprodução impressa e eletrônica deste documento para fins comerciais.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Silva, Leonardo Gonçalves

A epistolografia jesuítica do século XVI: identificação e análise das primeiras normas epistolares da Companhia de Jesus (1547 a 1565) / Leonardo Gonçalves Silva ; orientadora, Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira. -- São Paulo, 2018.

124 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Companhia de Jesus 2. Epistolografia 3. Manuais epistolares 4. Documentação jesuítica I. Oliveira, Lúcia Maciel Barbosa de II. Título.

CDD 21.ed. - 271.5

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira - CRB-8/6888

SILVA, Leonardo Gonçalves. **A epistolografia jesuítica do século XVI**: identificação e análise das primeiras normas epistolares da Companhia de Jesus (1547 a 1565). 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Dedico este trabalho:

À minha orientadora, professora Lúcia, pela acolhida que me prestou desde o primeiro dia na pós.

À minha irmã Lilian, por me ensinar que mesmo nas situações mais difíceis, um sorriso é sempre possível.

Às pequenas Alice, Marina F., Sofia, Maria Luísa, Isabella, Yasmin, Marina M. e a todas as crianças que com o seu carinho e simplicidade deixaram este tempo de mestrado muito mais leve.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e à sua Mãe Santíssima, Nossa Senhora, pela oportunidade e pela força que me deram durante esta jornada acadêmica.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, por ter aceitado me orientar e por todo o acompanhamento e apoio que me prestou durante este período.

Aos professores Giulia Crippa e Marco Antônio de Moraes, pelas valiosas contribuições que deram a esta pesquisa nas bancas de qualificação e defesa.

Ao Prof. Dr. André Vieira de Freitas Araújo, pela inspiração e pelos excelentes apontamentos que ofereceu na banca de defesa.

Ao Prof. Dr. João Adolfo Hansen, pelas dicas que me deu em algumas trocas de e-mails, e que foram essenciais à definição dos rumos da pesquisa.

A todas as bibliotecas físicas e virtuais cujos acervos possibilitaram o acesso aos materiais utilizados na pesquisa. Um agradecimento especial vai ao Google Books e ao Internet Archive, nos quais pude encontrar digitalizados todos os documentos que aqui foram analisados.

À minha família – pais e irmãos – pelo apoio que me deram durante esta jornada. Um agradecimento especial à minha irmã Andréia, que também já passou por essa etapa, pelas preciosas dicas e correções que deu ao trabalho.

Às amigas Thamyres e Julliana, que acompanharam de perto esta jornada, pela amizade e apoio constantes.

A toda equipe da Biblioteca do Colégio São Luís, pela compreensão dos momentos em que tive que me ausentar para participar de aulas ou outras atividades da pós-graduação. Noto também que o espaço da Biblioteca foi essencial para os momentos de estudo e escrita após o expediente.

Por fim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram ou mesmo torceram por esta pesquisa: meu muito obrigado!

“Suas cartas, dizem, são imperativas e fortes, mas, quando está presente, a sua pessoa é fraca e a palavra desprezível”. Quem assim pensa, fique sabendo que quais somos por escrito nas cartas, quando estamos ausentes, tais seremos também de fato, quando estivermos presentes (II Coríntios 10, 10-11).

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Companhia de Jesus desde o seu início influenciou as mais diversas esferas da sociedade, incluindo o campo informacional. Uma das formas de exercer tal influência foi através das cartas escritas pelos religiosos.

OBJETIVO: Identificar e analisar as primeiras prescrições para a escrita epistolar da Companhia de Jesus, investigando o conteúdo das prescrições e comparando-as entre si.

MÉTODO: Revisão de literatura sobre o contexto histórico-informacional do século XVI, mais especificamente sobre as primeiras décadas da expansão do impresso e a epistolografia no período, focando nos manuais para a escrita de cartas; a revisão procurou ressaltar as contribuições dos jesuítas no contexto.

RESULTADOS: O levantamento encontrou três normas epistolares nos primeiros anos da Companhia: as *Reglas* (1547), alguns artigos das *Constituições* relativos ao tema (1558) e a *Formula scribendi* (1565), cuja tradução em língua portuguesa foi feita exclusivamente para este trabalho. A análise delas mostrou que a Companhia elaborou normativas rígidas para a produção e circulação das cartas, mas que possibilitaram a criação de uma verdadeira rede de informações epistolares pelo mundo.

CONCLUSÕES: Os jesuítas tiveram papel relevante no contexto informacional do século XVI, sobretudo através de suas cartas. Por determinarem questões como autores, destinatários, temas das cartas e seus prazos, as normas epistolares foram de essencial importância para a manutenção dessa rede de informações.

Palavras-chave: 1. Companhia de Jesus. 2. Epistolografia. 3. Manuais epistolares. 4. Documentação jesuítica.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The Society of Jesus from its inception has influenced the most diverse spheres of society, including the informational field. One of the ways of exercising such influence was through the letters written by the religious.

OBJECTIVE: To identify and analyze the first prescriptions for the epistolary writing of the Society of Jesus, investigating their contents and comparing them with each other.

METHOD: Literature review on the historical-informational context of the sixteenth century, more specifically on the first decades of print expansion and epistolography in the period, focusing on manuals for writing letters; the review sought to emphasize the contributions of the Jesuits in the context.

RESULTS: The survey found three epistolary norms in the first years of the Society: the Rules (1547), some articles of the Constitutions (1558) on the subject and the *Formula scribendi* (1565), whose translation into Portuguese was made exclusively for this work. Their analysis showed that the Society developed rigid norms for the production and circulation of letters, but that made possible the creation of a true network of epistolary information throughout the world.

CONCLUSIONS: The Jesuits played a relevant role in the informational context of the sixteenth century, especially through their letters. By determining issues such as authors, recipients, themes of the letters and their deadlines, the rules of letters were of essential importance for the maintenance of this information network.

Keywords: 1. Society of Jesus. 2. Epistolography. 3. Letter-writing manuals. 4. Jesuit documentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primórdios da difusão da imprensa	25
Figura 2 – Reprodução da folha de rosto da primeira edição das <i>Constituições</i>	86
Figura 3 – Reprodução da primeira página da <i>Formula scribendi</i> (1580)	96
Figura 4 – Exemplar de <i>Salammbô</i> , de Gustave Flaubert	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos documentos do Instituto da Companhia.....	76
Quadro 2 – Sumário do <i>Institutum Societatis Iesu</i> (1705)	77
Quadro 3 – Esquema de produção e circulação da carta quadrimestral / de edificação...	90
Quadro 4 – Periodicidade das cartas jesuíticas (cartas “corriqueiras” ou ex officio).....	101
Quadro 5 – Periodicidade das cartas jesuíticas (cartas de edificação para Roma)	102
Quadro 6 – Periodicidade dos catálogos ou listas de informação	102

LISTA DE SIGLAS

MB	Monumenta Brasiliae
MHSI	Monumenta Historica Societatis Iesu
MI, <i>Ep.</i>	Monumenta Ignatiana. Epistolae et Instructiones

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A COMPANHIA DE JESUS E A INFORMAÇÃO NO SÉCULO XVI.....	19
1.1 Primórdios do texto impresso (final do século XIV – início do século XVI)....	20
1.2 A Companhia de Jesus e a informação: livros, bibliotecas e prensas	33
2. A CARTA NO INÍCIO DA IDADE MODERNA	43
2.1 A epistolografia da Companhia de Jesus	49
2.1.1 A estruturação do discurso na carta jesuítica	52
2.1.2 O metadiscurso epistolar	57
3. PRESCRIÇÕES PARA A ESCRITA E A TRANSMISSÃO DE CARTAS NOS DOCUMENTOS JESUÍTICOS	71
3.1 Introdução à documentação jesuítica.....	71
3.2 <i>Reglas...</i> (1547).....	79
3.3 Constituições da Companhia de Jesus (1558).....	85
3.4 <i>Formula scribendi</i> (1565)	93
3.5 Análise e comparação das prescrições	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – Transcrição e tradução da Formula scribendi (1565)	116
APÊNDICE B – O “inferno” nas bibliotecas jesuíticas	124

INTRODUÇÃO

Abordar o passado é sempre um ato de risco. Pesquisar e olhar para o que a História legou pode aumentar a angústia daquele que realiza uma pesquisa. Em seu trabalho de busca, o pesquisador se alegrará com os fragmentos (nem sempre coerentes) que encontrar, e que ele, como em um quebra-cabeça, deverá montar. Ao ver o resultado, ele terá um quadro incompleto, com diversas peças que não foram encontradas ou não existem, ou mesmo que ele tem ciência de que já existiram em algum momento, mas que por qualquer motivo foram extraviadas do quebra-cabeça. Nisso virá a angústia: daí a afirmação de ser um ato de risco. Afinal, o passado nunca se revelará em sua totalidade e nunca será um quadro definitivo.

Para ter um quebra-cabeça montado, ainda que com uma ou outra peça faltante, aquele que se propôs a montá-lo precisará se utilizar de peças que estavam guardadas em lugares diversos. Algumas costumam ser já bastante conhecidas por terem sido utilizadas também em outros quebra-cabeças, mas torna-se necessário retornar a elas justamente para adquirir um conhecimento básico sobre o assunto. Outras peças permanecem escondidas, ou de cuja existência até já se sabia, mas ainda não tinham recebido um olhar mais aprofundado. Tais peças se tornam as principais do quebra-cabeça e motivo de orgulho para quem com muita paciência o montou. Na pesquisa acadêmica, sobretudo na que se propõem a analisar o passado, estas peças são os documentos registrados nos mais diversos suportes.

Esta pesquisa, que também é um quebra-cabeça, se tornou uma operação arriscada ao utilizar na montagem peças retiradas de dois grandes armários diferentes: a História e a Ciência da Informação. É preciso deixar claro, entretanto, que quando se refere às relações entre as duas disciplinas, não objetiva este estudo apresentar uma história da Ciência da Informação como uma disciplina científica ou acadêmica, pois muitos são os estudos que apresentam o percurso histórico da área. Dentre os diversos trabalhos já publicados nessa linha podem ser citados os de Rayward (1997), Hahn e Buckland (1998) e Barreto (2008). Ao contrário, o que se pretende aqui é analisar fenômenos históricos sob um viés informacional, ou, dependendo do ponto de vista, fenômenos informacionais por um viés histórico. No Brasil alguns pesquisadores como André Vieira de Freitas Araújo e Giulia Crippa vêm se destacando nesse tipo de abordagem.

Não que seja uma novidade estudar como surgiram ou se desenvolveram os mais diversos registros de informação – a História do Livro, por exemplo, não é um campo de estudo novo – mas esta pesquisa buscou alcançar um objetivo distinto. Partiu do pressuposto de que a Companhia de Jesus, Ordem religiosa católica de destacada atuação nos últimos

séculos, influenciou as mais diversas esferas da sociedade, incluindo o campo informacional. Um dos modos em que ela exerceu tal influência foi através das cartas escritas pelos religiosos, principalmente dos missionários que estavam fora da Europa, que transmitiam informações sobre as missões das mais diversas localidades em que atuavam para os superiores europeus.

Entendendo a carta como um documento que circulava naquele contexto portando informações, ainda que admitindo a sua importância, esta pesquisa não visou as cartas em si ou o seu conteúdo. Tal escolha foi motivada pelo fato de que muitos estudos já foram realizados a partir desse enfoque, mesmo que não na área da Ciência da Informação: diversos deles podem ser encontrados nas áreas da História ou da Literatura. No Brasil, destacam-se nessa linha os trabalhos de Pécora e Hansen, sendo alguns deles utilizados no referencial teórico desta pesquisa.

Por isso, achou-se que seria mais interessante para a área da Ciência da Informação, definir como objetivo da pesquisa a identificação e a análise do que regulava a produção e a circulação desses documentos, e conseqüentemente, das informações neles contidas. Assim, o problema da pesquisa pode ser definido na seguinte pergunta: Quais eram e como se estruturavam as principais normas que regulamentaram a epistolografia jesuítica nos primórdios da Ordem?

Se tal proposta poderá parecer confusa ao leitor em um primeiro momento, é certamente devido ao fato de que esteja pouco habituado a ver na Ciência da Informação trabalhos se propondo a olhar para um passado tão distante dos *bits* e computadores. Sendo uma disciplina de surgimento bastante recente com relação a outras, é natural que ela se ocupe de questões mais contemporâneas. Ao mesmo tempo, não parece estar fechada para as análises dos fenômenos informacionais sob um viés historiográfico e esta pesquisa deseja ser uma defesa de tal visão. Ainda mais levando em consideração os campos englobados pela área de concentração deste programa de pós-graduação (informação e cultura), se nota a viabilidade deste tipo de diálogo. Isto posto, cabe aqui, porém, uma digressão a respeito de dois termos chave da pesquisa: *Companhia de Jesus* e *cartas*. Tal digressão também vem a ser útil para o entendimento dos principais procedimentos metodológicos utilizados pela pesquisa: a revisão de literatura e a análise documental.

Quando um pesquisador vai até os grandes armários das áreas do conhecimento buscando peças sobre a Companhia de Jesus (para voltar à metáfora do quebra-cabeça), deve saber de antemão que só buscar no armário da História não será suficiente: haverá gavetas sobre este tema nos diversos armários, começando obviamente pela História e pela Teologia,

passando pela Educação e chegando até à Medicina e à Astronomia, isso só para citar alguns exemplos. Cada uma dessas gavetas chama a atenção pela abundância de peças que contêm, tendo o pesquisador que lidar com a hesitação sobre quais peças irá escolher para montar o seu quebra-cabeça, uma vez que mesmo se quisesse, não conseguiria consultar e olhar cada uma das peças da gaveta. Isso é totalmente compreensível, visto que se trata de uma instituição que em algumas décadas completará cinco séculos de existência. O excesso de peças acontece mesmo que se escolha só um subtópico do grande tema, como as cartas jesuíticas, que seriam “apenas” uma caixa dentro dessas gavetas. Assim sendo, o trabalho de triagem e seleção de documentos e informações foi essencial para a realização desta pesquisa.

E as cartas? Sendo por si só um objeto de investigação interdisciplinar, elas costumam ser estudadas nas mais diversas áreas, podendo receber variadas abordagens dependendo do aspecto a ser estudado. Muitos, talvez a maior parte, estudam seu conteúdo; já outros, analisam a carta pelos seus aspectos materiais, como os tipos de papel e estilos de letra; alguns ainda estudam as redes de relações que se formaram através das cartas. O importante não é o aspecto a ser analisado, pois a carta se mostra quase sempre um objeto atraente: um escrito particular e que em tese não foi feito para se tornar público, é revelado e instiga a curiosidade das pessoas, sejam pesquisadores ou leitores comuns. No caso jesuítico, a carta era particular, mas muito longe de ser uma conversa entre amigos. Pelo contrário, era uma correspondência de trabalho, formal e bem elaborada, que não era redigida segundo os desejos do padre ou irmão que a escrevia, mas deveria seguir normas e prescrições elaboradas pelos superiores. Essas normas, conforme já comentado, foram o objeto de análise desta pesquisa.

Seria impossível concretizar tal objetivo (identificar e analisar as normas) sem um entendimento mais profundo da própria Companhia de Jesus e do contexto histórico-social da época em que ela surgiu. Por isso, foi realizada uma revisão de literatura que é aqui apresentada nos dois primeiros capítulos.

No primeiro capítulo, denominado *A Companhia de Jesus e a informação no século XVI*, é apresentado o contexto informacional do tempo histórico em que surgiu a Companhia de Jesus. Um enfoque natural foi dado para o texto impresso, pois a invenção da prensa móvel por Gutenberg, na segunda metade do século XV, foi um marco que alterou profundamente os modos como a informação era produzida e circulava. A passagem do texto manuscrito para o impresso levou a um aumento significativo de informações em circulação já no século XV, mas sobretudo no século XVI. Foi neste contexto de profundas transformações sociais que surgiu a Companhia de Jesus, Ordem religiosa que logo em seus primórdios se mostraria diferente das que existiam até então. Com uma atuação que em muito escapava o campo

religioso, os jesuítas também se mostraram influentes em outros campos, como o educacional, o científico, e também o informacional, através de seus livros, bibliotecas e prensas.

Após o panorama do contexto do impresso apresentado no primeiro capítulo, o segundo desejou tratar do texto manuscrito, mais especificamente da carta. Sob o título de *A carta no início da Idade Moderna*, esse capítulo procurou observar qual era a situação da epistolografia naquele contexto de expansão do impresso, principalmente no que se referia aos manuais para a escrita de cartas. Novamente procurou-se mostrar o trabalho da Companhia de Jesus neste segmento (o epistolar), pois antes mesmo de ser estabelecida formalmente como instituto religioso católico, a carta já estava presente no cotidiano dos primeiros jesuítas, sobretudo no de seu fundador, Inácio de Loyola. Posteriormente, a carta passou a ser um importante instrumento de trabalho dos religiosos, em especial dos que estavam espalhados nas diversas missões pelo mundo. Como a epistolografia jesuítica é por si só um tema bastante amplo, optou-se por explorar apenas dois aspectos desse universo: a estruturação da carta jesuítica segundo o modelo medieval da *ars dictaminis* e as ocorrências de referências metadiscursivas ao fazer epistolar, que também estão presentes em muitas de suas cartas.

O terceiro capítulo, por fim, apresenta o resultado da análise documental realizada nas três primeiras normas ou prescrições oficiais da Companhia, precedida por uma introdução à documentação jesuítica, que pode ser de grande valia ao leitor que não esteja habituado com as nomenclaturas do grande corpo normativo construído pela Ordem ao longo dos anos. Depois, seguem-se as análises das normas, sendo a primeira um anexo de uma carta datada de 1547, a segunda é composta dos artigos que tratam sobre o tema nas Constituições da Companhia de Jesus (1558) e a primeira grande regra epistolar da Companhia, que pelos séculos seguintes foi a norma definitiva, a *Formula scribendi*, de 1565. Por se tratar de um documento até então inédito em língua portuguesa, uma tradução da *Formula* baseada no texto latino impresso em 1580 foi feita exclusivamente para esta pesquisa, podendo ser conferida no Apêndice A.

O leitor que atravessar os três capítulos perceberá que outros dois conceitos chave, ainda que não apareçam sempre, perpassam todo o trabalho: *documento*, aqui representado pelas cartas e suas normas (o concreto), e *informação*, em referência ao conteúdo desses documentos (o abstrato). Sem adentrar na problemática relacionada à definição de tais conceitos¹, o que por si só já valeria uma dissertação de mestrado, o entendimento do conceito

¹ Os conceitos de “documento” e “informação” ainda são alvo de discussões no campo da Ciência da Informação e diferem de acordo com as diversas abordagens ou linhas teóricas. Um panorama dessas discussões pode ser conhecido através dos trabalhos de Siqueira (2011, 2015).

de informação utilizado nesta pesquisa muito se aproxima do *information-as-knowledge* (informação como conhecimento) apresentado por Buckland (1991), que representa o caráter intangível da informação. Embora se concorde com Capurro e Hjørland quando afirmam que “informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 187). Já o conceito de documento, aqui é entendido como a informação registrada em um suporte, a *information-as-thing* (informação como coisa), também de Buckland (1991), que necessariamente deve remeter a algo que seja tangível. A pesquisa buscou evidenciar especialmente o grau de imersão social desses documentos jesuítas, salientando os diversos usos que eles adquiriam a depender do contexto ou dos utilizadores.

Em suma, a narrativa aqui construída não pretende ser o quebra-cabeça definitivo sobre o assunto, quer ser apenas uma peça dos muitos quebra-cabeças que ainda podem vir a ser construídos sobre a epistolografia dos jesuítas, seja dentro do armário da Ciência da Informação ou em outros.

1. A COMPANHIA DE JESUS E A INFORMAÇÃO NO SÉCULO XVI

Tradicionalmente, a Historiografia convencionou apontar o século XV como o que divide dois períodos históricos: se encerra a Idade Média e inicia-se a Idade Moderna. Ainda que se reconheçam os problemas e as limitações da periodização histórica tradicional (sem ser o intuito da pesquisa se aprofundar na questão), é fato que na segunda metade do século XV e no decorrer do século XVI, diversos acontecimentos influenciaram e alteraram o panorama social, político e religioso da Europa Ocidental. Neste período, profundas transformações também ocorreram nos modos como a sociedade lidava com a informação e o conhecimento.

É certo que antes da criação da imprensa a informação já era produzida e circulava através dos mais diversos modos, com destaque para a produção oral da informação (pensando, por exemplo, nas aulas ministradas nas universidades, que já existiam nas principais cidades europeias), passando pela informação transmitida através de símbolos (como os vitrais de uma catedral), pela informação escrita (livros manuscritos), culminando nos impressos xilográficos (conhecidos no Ocidente desde o século XIV). Contudo, é inegável que a invenção de Gutenberg e a consequente popularização do impresso provocaram mudanças na relação dos indivíduos e grupos com a informação e, de um modo mais amplo, em toda a sociedade.

Estando a pesquisa situada no campo da Ciência da Informação, cujo objeto “está imerso em um campo vasto e complexo de pesquisas que, por tradição, se relacionam a documentos impressos e bibliotecas” (OLIVEIRA, 2005, p. 19), interessa sobretudo entender os modos como o impresso, então em seus primórdios, influenciou a sociedade naquele período. Portanto, pensou-se que melhor do que apresentar uma “História da Companhia de Jesus” (tema cuja bibliografia é vastíssima), antecedida por algo como uma “História social e política do século XVI” (o que querendo ou não culminaria em omissões e falhas, devido a abrangência do assunto), deseja-se expor neste capítulo um panorama da informação impressa – com um enfoque natural no livro, visto que ele é o principal produto dos primórdios da prensa² – a partir de Gutenberg e durante o século XVI, incluindo as contribuições da Companhia de Jesus nesse campo, em suas primeiras décadas de existência.

A escolha por esse recorte temporal é explicada pelo período em que foram registradas as normas para a escrita da correspondência jesuítica que são o objeto da pesquisa (1547 a

² Antes de se estabelecer no papel, o livro foi registrado nos mais diversos suportes desde a Antiguidade: tábuas de argila, pedra, bambu, ossos, madeira, papiro, pergaminho, etc. até se firmar no suporte que é o principal até os dias atuais. O jornal periódico e impresso, como se conhece hoje, surgiu somente no século XVII.

1565), daí a necessidade de se compreender qual era o panorama da informação naquela época. Igualmente, não houve como fugir de um recorte geográfico: os fatos e contextos abordados referem-se todos à Europa ocidental, que é também o ambiente onde nasceram os jesuítas. Tal escolha não é de modo algum um desejo de ignorar a rica história do livro desenvolvida no Oriente (que conheceu a xilografia muito antes da Europa) ou em outras partes do mundo, mas era necessária devido ao recorte da pesquisa. Contudo, serão mencionadas as ações da Companhia no campo informacional também em suas missões fora da Europa. Da mesma maneira, o fato deste capítulo focar na história do impresso, não significa que o manuscrito tenha automaticamente caído em desuso. Os manuscritos (mais especificamente as cartas) serão abordados no próximo capítulo.

1.1 Primórdios do texto impresso (final do século XIV – início do século XVI)

Embora se reconheça o papel inovador da invenção da imprensa, não é correto imaginá-la como um acontecimento isolado do curso natural da História. No século XV, o século de Gutenberg, houve o apogeu da produção de livros manuscritos, sobretudo nos territórios da atual Alemanha (BARBIER, 2008, p. 81), o que sugere o estágio avançado em que se encontrava a produção e a circulação de textos no período. Deste modo, alguns elementos anteriores contribuíram para o sucesso das prensas móveis, como a popularização do papel.

Tendo sido inventado na China ainda na Antiguidade, o papel, então feito de restos de tecidos usados, chegou à Europa no século XI, e no século XV já havia moinhos para a fabricação do papel em diversas localidades. Sendo até dez vezes mais barato que o pergaminho, e podendo ser produzido mais rapidamente e em maior quantidade, tornou-se o suporte ideal para a reprodução mecânica (BARBIER, 2008, p. 110-111). A substituição pelo papel também pode ser explicada pelo fato de os produtores não conseguirem atender a alta demanda pelo pergaminho (MELLO, 1979, p. 117). Ainda assim, deve ser ressaltada que essa troca ocorreu de modo gradual: o próprio Gutenberg utilizou os dois suportes na impressão do seu primeiro livro, a Bíblia de 42 linhas.

Também se deve levar em conta que desde o século XIV a xilografia já era conhecida na Europa. O processo da xilografia:

[...] consistia em talhar um bloco de madeira de forma a deixar um desenho em relevo (talho econômico), trabalhando-o no sentido das fibras (madeira

de fio). A parte saliente era então entintada, depois aplicava-se por cima uma folha de papel que se prensava brunindo o seu verso com uma bola de crina (o brunidor) (LABARRE, 1981, p. 43).

Sendo primeiramente utilizada para a decoração de tecidos, a xilografia logo passou a ser usada na confecção de imagens sacras. No decorrer do século XV surgem livretos xilográficos, que foram produzidos até cerca de 1480, quando as prensas móveis se popularizaram (BARBIER, 2008, p. 112-113).

Por fim, é preciso pensar que já havia na Europa um relativo mercado que envolvia o livro manuscrito e que se desenvolveu durante a Idade Média, compreendendo diversas categorias de trabalhadores: copistas, encadernadores, miniaturistas e iluminadores. Se no início tais tarefas eram realizadas somente pelos monges no *scriptorium*³ dos mosteiros para suprir uma demanda interna, posteriormente, sobretudo a partir do século XIII, há uma profissionalização dessas atividades, que passam a ser exercidas pelos leigos (BARBIER, 2008, p. 93). Neste período, desenvolveu-se também a atividade do livreiro. Barbier (2008, p. 95) destaca que em Londres, entre os anos de 1300 a 1520, são conhecidas 254 pessoas ligadas à fabricação ou ao comércio de livros, dentre os quais 117 eram livreiros.

Isto posto, nota-se que na Baixa Idade Média o livro começou a atingir um público mais amplo, “ainda que minoritário e privilegiado, a cujas expectativas deve atender” (BARBIER, 2008, p. 101). É neste contexto que nasceu Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, em Mainz (Mogúncia) na última década do século XIV. Pouco se sabe sobre o período de sua infância e juventude. O que consta é que entre 1434 e 1444 viveu em Estrasburgo, trabalhando como lapidário e ourives, profissão que também foi exercida por seu pai (MELLO, 1979, p. 132-134). Em 1438 se juntou a outros três moradores da cidade para fabricar espelhos emoldurados. Estima-se que tal sociedade tenha fabricado de trinta a quarenta mil espelhos entre 1437-1438 (BARBIER, 2008, p. 120).

Em 1448 retorna a Mainz e em 1450 adquire um empréstimo de 800 florins do negociante Johann Fust (c. 1400-1466), a qual se associa para colocar em prática seus projetos (tipografia). Em 1452, um novo investimento no mesmo valor é feito por Fust, sendo citado o objetivo dos negócios: a fabricação de livros. Colaborava com a dupla o também alemão Peter Schöffer (c. 1425-c. 1503), que posteriormente se casou com a filha de Fust.

Provavelmente em 1455 (mas certamente antes de 1456) é lançada a Bíblia de 42 linhas, após três anos de trabalho. A Bíblia, composta por dois volumes, teve uma tiragem

³ “Geralmente situado próximo à biblioteca, o *scriptorium*, lugar onde eram copiados, decorados e encadernados os manuscritos, podia ser, conforme a ordem religiosa, uma sala à parte, chamada “calefatório” (sala do fogão), única peça aquecida, ou um conjunto de pequenas células individuais” (JEAN, 2008, p. 82).

aproximada de 180 exemplares, nas quais cerca de 50 em pergaminho e o restante em papel. Presume-se que o trabalho utilizou quatro prensas, seis compositores e doze impressores (BARBIER, 2008, p. 121).

Durante o período de composição da Bíblia, a oficina de Gutenberg produziu outros textos menores, alguns deles são conhecidos atualmente apenas através de fragmentos. Das prensas de Mainz saíram, por exemplo, algumas edições do *Ars minor* de Donatus, um calendário astronômico e cartas de indulgências (BARBIER, 2008, p. 122; MELLO, 1979, p. 142). Mesmo com essa produção paralela, o lucro não era suficiente para sustentar a empresa, o que levou Fust, em 1455, a interpelar Gutenberg judicialmente, exigindo a devolução com juros do dinheiro emprestado. Tendo sido condenado, mas não podendo ressarcir-lo, a sociedade se dissolveu e todo o material da oficina teve que ficar com Fust. Schöffer então entra na sociedade no lugar de Gutenberg (BARBIER, 2008, p. 122).

Após tal contratempo, Gutenberg ainda persiste na atividade de tipógrafo: com a ajuda do prefeito de Mainz, Konrad Humery, abriu nova oficina. Possivelmente saíram de suas prensas uma Bíblia de 36 linhas, por volta de 1456, e uma edição do *Catholicon*, do gramático medieval Johannes Balbus, em 1460. Entretanto, como Gutenberg não assinou ou datou as suas publicações (diferentemente do que fizeram depois Fust e Schöffer), não é possível afirmar com certeza se tais obras foram mesmo impressas por ele (BARBIER, 2008, p. 122-123; MELLO, 1979, p. 139; RIZZINI, 1988, p. 82). Gutenberg morreu em 1468, na mesma Mainz que nasceu e trabalhou, já afastado há tempos da atividade tipográfica.

Conquanto Gutenberg seja considerado o pai da tipografia sem maiores dificuldades, outras experiências envolvendo a impressão de livros já foram cogitadas como sendo pioneiras, porém, não há provas concretas que alguma delas tenha sido realmente anterior às de Gutenberg.

Um impressor de nome Procopius (Prokop, Procópio) Waldvogel, de origem tcheca, atuou em Avignon nos anos de 1440 e supostamente tinha conhecimentos de impressão, mas não são conhecidos impressos realizados por ele (MELLO, 1979, p. 147). Também lembrado pela literatura é Laurens (Lorenzo, Laurent) Janszoon Coster, da cidade de Haarlem (Holanda), que começou a atuar como editor em 1423. Porém, é mais aceito que ele tenha trabalhado com xilografia e não com tipos de metal (MELLO, 1979, p. 148; LABARRE, 1981, p. 46). O médico italiano Panfilo Castaldi possuiu tipografias em Veneza e Milão nas décadas de 1460 e 1470. A ideia de que foi o inventor da imprensa surgiu em sua cidade natal (Feltre), quando Gutenberg já havia feito seus experimentos, e fora dela não encontrou muitos seguidores (MELLO, 1979, p. 150). Johannes Mentelin (Jean Mentel), alemão, acredita-se

que chegou a conhecer Gutenberg, mas abriu sua tipografia por volta de 1458 e seus primeiros trabalhos datam de 1460. O que é certo é que foi o primeiro impressor da cidade de Estrasburgo e que imprimiu a primeira Bíblia em língua alemã (MELLO, 1979, p. 150-151).

Ao contrário do que se possa imaginar, o elemento inovador do trabalho de Gutenberg não está na prensa em si, que já existia, mas sim na “máquina de fundir (*Handgießereigerät*) e com a técnica metalúrgica de multiplicação dos caracteres tipográficos (os tipos)” (BARBIER, 2008, p. 123). Pode ser que Gutenberg tenha conhecido técnicas já existentes – os tipos móveis surgiram na China séculos antes – mas é pouco provável que seus tipos tivessem vindo do Oriente, pois provavelmente teriam feito um caminho semelhante ao do papel, que chegou primeiro ao Mediterrâneo, e não diretamente à Mainz (LABARRE, 1981, p. 47). Mesmo que os orientais (chineses e coreanos) tenham utilizado diversos materiais em seus tipos (madeira, argila, metal), o processo de gravação era sempre manual e não em uma máquina. Como ourives, Gutenberg soube se utilizar do conhecimento de fundição de metais para unir os tipos móveis a uma máquina que facilitasse a reprodução dos textos: a prensa, adaptada de máquinas já existentes. Barbier (2008, p. 140) explica que o princípio da prensa, de transformar a força em pressão vertical, existia desde a Antiguidade e provavelmente as prensas foram utilizadas na decoração de tecidos na Europa medieval. Ainda sobre a prensa de Gutenberg, explica o autor que:

A prensa de Gutenberg combina um movimento vertical com um movimento horizontal: a forma é colocada sobre o mármore fixa e posicionada à mão sob a platina. Essa última é acionada verticalmente pelo viés de um parafuso e de um barrote. A cada passagem, é preciso, portanto, umidificar uma folha (o mergulho), colocá-la sobre a forma e protegê-la, quebrando o frescor. A estabilidade do conjunto é assegurada pelas pernas e a coroa, sendo que a máquina é frequentemente escorada no teto da peça (como o visitante ainda pode ver no museu Plantin-Moretus de Antuérpia) (BARBIER, 2008, p. 124).

Não é difícil imaginar que tal invenção, mesmo sendo gradativamente aperfeiçoada, transformaria práticas já existentes: desde as já esperadas mudanças no âmbito cultural até alterações no campo econômico. Nessa esfera, deve-se destacar que “a imprensa foi a primeira invenção humana capaz de substituir uma atividade manual, de modo a produzir uma série de produtos de igual qualidade, ou produção em massa, como chamamos hoje” (SIMÕES, 2008, p. 92). Além do mais, a atividade de impressão necessitava um bom financiamento devido aos altos custos de se trabalhar com metal e com papel. Sendo assim, a figura do investidor começou já com Gutenberg, o que tornava a impressão “uma atividade

bastante capitalista” (BARBIER, 2008, p. 132), pois demandava todo um estudo anterior da viabilidade ou não da operação, como a análise do possível mercado para aquela obra ou a estimativa da tiragem e seu respectivo custo financeiro.

No campo da comunicação e da cultura, as transformações operadas pela imprensa puderam ser percebidas em um curto espaço de tempo. A partir de então, os textos passaram a ser difundidos muito mais amplamente e de modo mais rápido (como se verá mais adiante, formas de se controlar a difusão de textos “indesejados” também surgiram prontamente); não é difícil imaginar os impactos sociais causados pela novidade. Ainda que, ressalta-se, não seja possível afirmar que a imprensa alterou já em seu início as práticas de leitura devido a alguns motivos.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que em sua forma física, o incunábulo, isto é, os livros produzidos durante o primeiro século da imprensa⁴, praticamente não diferia dos livros manuscritos que circulavam até então. O formato dos códices (folhas dobradas e encadernadas)⁵ continuou a ser o vigente. Toda a estrutura dos manuscritos, como paginação, tamanhos e acabamento (iluminuras), permaneceu inalterada nos primórdios do impresso, ao que Chartier ressalta que “doze ou treze séculos antes do surgimento da nova técnica, o livro ocidental teria encontrado a forma que lhe permaneceu própria na cultura do impresso” (CHARTIER, 1998, p. 96). Pelo menos até por volta de 1530, o livro impresso foi altamente dependente do manuscrito.

Um segundo ponto é que, em meados do século XV, já começava a predominar o modelo de leitura silenciosa e individual, contrastando com a leitura em voz alta que predominou durante a Idade Média (FISCHER, 2006, p. 184-185). Então, a mudança nas práticas de leitura se concretizou muito mais no conteúdo e na quantidade do que as pessoas tinham à disposição para ler do que nos modos de leitura propriamente ditos, posto que a imprensa proporcionou o aumento da produção e da circulação de livros (documentos), que

⁴ “Incunábulo, proveniente do latim *cuna* (berço, origem), caracteriza o livro impresso durante o século da Invenção da Imprensa (XV). Também são considerados incunábulos (tabulares ou xilográficos) os livros editados, embora gravados em madeira, que apareceram antes dos tipográficos, isto é, anteriormente à invenção do tipo móvel. Em virtude da edição de muitas obras importantes, de notáveis artistas gráficos, que nasceram na segunda metade do século XV, e somente impressas no século XVI, desde que possuam perfeita apresentação gráfica, sob o ponto de vista artístico, considerando-se texto, ilustrações, iluminura e miniatura, são considerados incunábulos, igualmente, os livros surgidos até 1550” (MELLO, 1979, p. 249).

⁵ O códice, utilizado desde a Antiguidade, substituiu os livros em rolo no Ocidente já entre os séculos III-IV (BARBIER, 2008, p. 53).

por sua vez propiciaram a expansão na circulação de informações – tanto na variedade das que passaram a circular, como no aumento de indivíduos que puderam se apropriar delas⁶.

A rápida expansão da imprensa pode ser facilmente constatada através de dados numéricos: no final do século XV mais de 250 cidades europeias já contavam com a imprensa (BARBIER, 2008, p. 138). Antes mesmo de Gutenberg morrer (1468) já havia oficinas nas alemãs Mainz (duas), Estrasburgo, Bamberg, Colônia, Eltville e Augsburg, e em Subiaco e Roma – em terras italianas (LABARRE, 1981, p. 48).

Figura 1 – Primórdios da difusão da imprensa

Fonte: Barbier (2008, p. 135).

A imprensa se difundiu primeiro em locais próximos ao núcleo impressor inicial; assim, cidades da região do Reno e da atual Alemanha central, em pouco tempo contavam com tipografias. Em Colônia a impressão chegou em 1464 (BARBIER, 2008, p. 133-134). No restante da Europa, os primeiros impressores foram, em geral, alemães imigrantes. Assim,

⁶ Entendendo aqui “documento” como o suporte físico, e “informação” como o conteúdo do documento ou sua mensagem. Os conceitos de “documento” e “informação” adotados nesta pesquisa foram também brevemente apresentados na Introdução.

antes do final do século já havia prensas em diversas localidades do continente europeu (LABARRE, 1981, p. 48-49). Em Portugal a imprensa foi iniciada por tipógrafos judeus, mais especificamente em 1487, quando Samuel Porteira publicou um Pentateuco hebraico em Faro. Obras judaicas também foram impressas em Lisboa (1489) e Leiria (1492) (HALLEWELL, 2012, p. 68).

Tal expansão se refletiu na quantidade de volumes impressos: Labarre (1981, 60-61) indica que em números aproximados, só no século XV houve entre 30 e 35 mil edições diferentes de livros, totalizando cerca de 20 milhões de exemplares. As tiragens de cada obra giravam em torno de 400 a 500 exemplares por título, mas algumas chegavam até mesmo a 2000 exemplares. Já Barbier apresenta o número de 27 mil edições para o período, sendo “45% italianas, 30% alemãs (a saber, dos países em que a língua falada era o alemão), 13% francesas, 9% dos ‘antigos Países Baixos’ e da Inglaterra, 3% da Península Ibérica” (BARBIER, 2008, p. 139), estimando um total de 12 a 15 milhões de exemplares.

Para o século XVI os números são menos precisos, mas estima-se entre 150 a 200 mil edições e 200 milhões de exemplares para Labarre (1981, p. 60); ou 180 mil edições e ao menos 100 milhões de exemplares para Barbier (2008, p. 139).

No início da imprensa, predominaram obras de temática religiosa, começando pela Bíblia, que foi o primeiro impresso. Abundavam também edições de breviários, missais, livros de horas, comentários das sagradas escrituras, vidas de santos, obras dos Santos Padres etc. Seguiram-se obras dos clássicos da literatura e do pensamento antigo: Cícero, Aristóteles, Virgílio etc. Gramáticas (como a já mencionada *Ars minor* de Donatus) e obras jurídicas também tiveram diversas edições já no século XV (LABARRE, 1981, p. 61).

Com relação à língua, sobressaíam as obras em língua latina. Nos territórios das atuais Alemanha, Itália e França, principais produtores de livros, textos nas línguas vernáculas eram minoria. Restringiam-se, a princípio, aos romances de cavalaria ou a traduções de livros pios, como uma edição da *Biblia pauperum* (Bíblia dos pobres), publicada em alemão por volta de 1462. Em contrapartida, em determinados mercados secundários, como Inglaterra, Hungria e mesmo nos Países Baixos, os impressos em língua vulgar ultrapassavam os em latim, que em sua maioria eram importados (BARBIER, 2008, p. 148-149). Esses impressores acabavam privilegiando a língua local por uma questão de mercado: o livro em vernáculo vendia mais cópias e dava mais lucros. Um exemplo a ser citado é o de um impressor inglês quatrocentista, chamado William Caxton, cujos livros publicados, cerca de 90 livros, 74 eram em inglês (FISCHER, 2006, p. 197).

Os anos 1500 foram marcados pela efetivação de mudanças no próprio livro e em seu mercado e por transformações sociais que tiveram o impresso como pano de fundo.

Sobre a apresentação do livro, nas primeiras décadas do XVI, é possível observar que o impresso vai lentamente se desvinculando da forma do manuscrito. Se os primeiros incunábulos não traziam dados como título, autor, local e data de impressão, ainda no século XV é possível observar tais informações aparecendo no final do livro, no chamado colofão, algumas vezes acompanhadas da marca tipográfica (símbolo) da oficina. Aos poucos, essas informações foram migrando para a página do título (BARBIER, 2008, p. 144-145) ou folha de rosto.

Começou a haver também uma redução do tamanho do livro. Já no século XV boa parte dos editores imprimia em pelo menos três formatos de páginas⁷: *in-folio* (página dobrada uma vez, maior tamanho), *in-quarto* (dobrada duas vezes) e *in-oitavo* (dobrada três vezes). Com o tempo, por uma questão de praticidade e preço, começaram a se popularizar os formatos menores, que poderiam ser carregados com mais facilidade (FISCHER, 2006, p. 193).

O século XVI começou a conhecer dinastias de editores ou impressores. Obviamente, já é possível observar um movimento dinástico com Peter Schöffer (substituto de Gutenberg na sociedade com Fust) que, ao morrer em 1503, teve seu negócio continuado pelo filho Johann Schoeffer. O segundo filho de Schöeffer, também de nome Peter, e o filho deste, Ivo, trabalharam como tipógrafos (WALLAU, 1912). Mas a primeira grande dinastia começou com o humanista italiano Aldo Manuzio (ca. 1449-1515), um dos principais impressores de Veneza na virada dos séculos XV e XVI. Cabe notar que Veneza já havia se tornado o centro impressor da Europa no século XV, com aproximadamente 4500 títulos. No século XVI contou com aproximadamente 500 tipografias⁸ que produziram cerca de 18 milhões de cópias (BURKE, 2003, p. 147).

Natural da cidade de Bassiano, Aldo Manuzio chegou a Veneza por volta de 1490 e pouco depois abriu uma tipografia para a produção de clássicos gregos e latinos. A preocupação de Manuzio era que os leitores tivessem acesso aos textos clássicos em seus idiomas originais, “livres de comentários inoportunos ou anotações de autoridades mediadoras” (FISCHER, 2006, p. 194). Ele também inovou na apresentação física dos livros: foi o inventor de um estilo de escrita inclinada, posteriormente chamada de *itálico*, além de ter

⁷ Uma explicação detalhada dos formatos das obras e seus respectivos tamanhos, pode ser lida em Silva (2014, p. 86-87).

⁸ Fischer (2006, p. 193-194) dá o número mínimo de 150 prensas venezianas para o ano de 1500.

introduzido o formato *in-oitavo* (livro de bolso), que rapidamente se popularizou por toda a Europa. Suas edições totalizaram em torno de 150 títulos, sendo reconhecidas pela elegância e beleza das ilustrações, como as da obra *Hypnerotomachia Poliphili*, publicada em 1499 e com cerca de 170 xilogravuras (FISCHER, 2006, p. 194-195; BARBIER, 2008, p. 152-153).

Quando Manuzio morreu, em 1515, a tipografia ficou sob responsabilidade de seu sogro. Em 1533, Paolo Manuzio (1512-1574), filho de Aldo, assumiu os negócios, mas em 1561 foi para Roma a convite do papa Pio IV e morreu em 1574. O filho de Paolo, Aldo, *o moço* (1547-1597), da mesma forma que o pai e o avô, também trabalhou como impressor, tendo publicado as obras completas de Cícero. Morreu em 1597, deixando uma biblioteca de 80 mil volumes. Encerrou-se com ele a dinastia de tipógrafos iniciada por Aldo Manuzio (MELLO, 1979, p. 155-156).

Outras dinastias de impressores que se iniciaram no período e que são comumente lembradas pela literatura são as dos Estienne e dos Barbous, na França, além dos Giunti e dos Giolito de' Ferarri, na Itália (MELLO, 1979, p. 157-159).

A expansão das prensas e o desenvolvimento da cultura do livro entre os séculos XV e XVI se explica, em boa parte, pelo movimento que ficou conhecido como Humanismo, ou mais especificamente, Humanismo Renascentista. Sobre ele, Burke ressalta que:

O movimento humanista associado ao Renascimento foi, pelo menos nas intenções, um movimento menos de inovação do que de ressurgimento, o ressurgimento da tradição clássica. Mas esse movimento foi inovador, e consciente disso, no sentido de se opor a muito do saber convencional dos 'escolásticos', em outras palavras, dos filósofos e teólogos que dominavam as universidades da 'Idade Média'. Os próprios termos 'escolásticos' e 'Idade Média' foram invenções dos humanistas dessa época, a fim de definir a si mesmos mais claramente por contraste com o passado (BURKE, 2003, p. 40).

Iniciado por Francesco Petrarca (1304-1374) na Itália do século XIV, o movimento humanista teve como uma das preocupações principais o resgate dos textos considerados clássicos (greco-latinos), e nessa tarefa a imprensa teve um papel primordial. Os humanistas também realizavam uma seleção mais apurada dos manuscritos que seriam usados para a difusão dessas obras e iniciaram a crítica textual (LABARRE, 1981, p. 63).

Algumas tipografias e lojas de livros acabaram se destacando nos meios humanistas, pois eram “ao mesmo tempo, o local de produção dos textos (inclusive de sua produção intelectual) e de sua difusão, e também um espaço de convívio” (BARBIER, 2008, p. 166).

As casas tipográficas de Manuzio, Estienne, já citadas, além das de Amerbach e Froben, da Basileia, são algumas das que se encaixavam nessa definição.

Além da publicação integral de autores gregos e latinos em suas línguas originais, alguns círculos humanistas valorizavam também o conhecimento do hebraico, formando o assim chamado *homo trilinguis*. Também, por influência dos humanistas, começaram a se multiplicar as traduções desses textos clássicos (LABARRE, 1981, p. 63).

De acordo com Labarre (1981, p. 63-64), o Humanismo exerceu maior influência no campo da educação e ensino e menos no domínio científico. Contudo, isso não significa que as prensas do XVI deixaram de dar à luz a livros científicos considerados pioneiros, ainda que uma Revolução Científica propriamente tenha se dado mais a partir do século XVII (cf. BURKE, 2003, p. 42-47). Das edições científicas do período destacam-se contribuições na área das ciências naturais, como a *De historia stirpium commentarii insignes* (1542) de Leonhart Fuchs (1501-1566), na botânica; a *De Humani Corporis Fabrica* (1543) de Andreas Vesalius (1514-1564), na anatomia humana; a *De re metallica* (1556) de Georgius Agricola (1494-1555), na geologia; e a *Historia animalium* (1551-1558) de Conrad Gesner (1516-1565), na zoologia (BARBIER, 2008, p. 176).

Sobre Gesner, aliás, deve-se ressaltar que além de suas contribuições para as ciências naturais, ele teve papel marcante na história dos impressos no período. Através de sua obra *Bibliotheca Universalis*, Gesner iniciou a chamada disciplina da Bibliografia (ARAÚJO, 2015, p. 119). Para compreender a importância de Gesner é preciso levar em conta que a imprensa proporcionou um aumento bastante significativo na quantidade de livros em circulação, conforme pode ser constatado nos números já apresentados. Assim, eram necessários novos meios para organizar e recuperar tanta informação, pois:

O problema de encontrar a informação quando necessário, a ‘recuperação da informação’ como hoje é chamada, é antigo. Assumiu novas formas depois da invenção da imprensa, que num certo sentido simplificou o problema e, em outro, o complicou. Os livros tornaram muitos aspectos da informação mais fáceis de encontrar, desde que se tivesse antes encontrado o livro certo. Com a multiplicação dos livros após 1500, a condição tem que ser levada a sério (BURKE, 2003, p. 153).

Neste sentido, é essencial compreender a obra de Gesner não só como uma mera listagem de obras publicadas, pois ela não se preocupou somente com a descrição dos documentos, mas com a “sua dimensão mediadora e memorial” (ARAÚJO, 2015, p. 135). Publicada entre 1545 e 1555, a *Bibliotheca Universalis* foi dividida em quatro partes:

- *Bibliotheca universalis, sive, Catalogus omnium scriptorum locupletissimus in tribus linguis Latina, Graeca & Hebraica [...]*: publicado em 1545, se trata de um catálogo em ordem alfabética de 5031 autores de obras publicadas em latim, grego e hebraico, com resumos das obras listadas;
- *Pandectarum sive partitionum universalium*: de 1548, expõe o conhecimento dos livros apresentados na primeira parte. Dividido em 21 áreas do conhecimento, “torna-se o primeiro esquema de classificação expressamente projetado para organizar livros” (ARAÚJO, 2015, p. 134);
- *Partitiones theologicae*, de 1549;
- *Appendix bibliothecae*, de 1555 (ARAÚJO, 2015, p. 129-134).

Para Araújo (2015), ao servir como guia para a organização de bibliotecas, podendo mesmo ser vista como um catálogo, a *Bibliotheca* adquire uma “dimensão mediadora”. De igual modo, ao reunir tantos autores e obras, Gesner cria um verdadeiro “dispositivo de memória bibliográfica” (ARAÚJO, 2015, p. 136), confirmando assim a dimensão memorial da obra.

A obra de Gesner e as de outros bibliógrafos que se seguiram, podem então ser vistas como autênticos guias para a organização e recuperação da informação no período⁹.

Um dos principais movimentos históricos do século XVI foi também profundamente influenciado (e influenciou) a cultura da imprensa. A Reforma Protestante, como ficou conhecida, iniciou-se na mesma Alemanha de Gutenberg, menos de 50 anos após o primeiro livro impresso.

A Reforma não pode ser vista como um evento isolado, pois diversos fatores desde séculos anteriores contribuíram diretamente para que ocorresse. As ideias do inglês John Wycliffe (c. 1320-1384) e do boêmio Jan Hus (c. 1369-1415) anteciparam muitas das que seriam retomadas pelos reformados do século XVI. Também colaborou a situação de relaxamento moral em que se encontravam diversos membros do clero, além da secularização levada pelo Humanismo (SIMÕES, 2008, p. 101).

Nesse ambiente, o alemão Martinho Lutero (1483-1546), então padre agostiniano, começou a ficar insatisfeito com a prática das indulgências na Igreja Católica. Assim, em 31 de outubro de 1517, afixou na porta da igreja do castelo de Wittenberg as suas 95 teses, nas

⁹ Posteriormente, a Companhia de Jesus viria também a dar a sua contribuição ao campo bibliográfico através da *Bibliotheca selecta* de Antonio Possevino (1533-1611), publicada em 1593. Esta bibliografia, diferentemente da de Gesner, estava alinhada com os preceitos do Concílio de Trento e da Contrarreforma.

quais questionava diversos pontos da disciplina católica então vigente, e que é considerado o marco inicial da Reforma.

A primeira questão que envolve diretamente Reforma e imprensa foi a procura por Bíblias, pois para Lutero, a leitura individual das escrituras era um meio que contribuiria para a salvação, tendo ele próprio realizado uma tradução da Bíblia em língua alemã (que não foi a primeira), terminada em 1534. A tradução de Lutero chegou a ter mais de 400 reedições (SIMÕES, 2008, p. 105).

Em pouco tempo, começaram a surgir novas traduções da Bíblia nos mais diversos idiomas: “inglês (1526-35), holandês (1526), dinamarquês (1526-41), francês (1535), islandês (1540-84), polonês (1551), esloveno (1555-84), tcheco (1579-93), galês (1588) e muitos outros” (FISCHER, 2006, p. 208).

Um segundo ponto, e certamente o principal, é que a difusão das ideias de Lutero e seus seguidores muito provavelmente não teriam se dado da mesma forma se não houvesse a imprensa. A divulgação de livros e folhetos foi essencial para mobilizar e convencer a opinião pública das ideias reformistas (SIMÕES, 2008, p. 105), ocasionando, mesmo em curto espaço de tempo, que os textos luteranos alcançassem grandes números editoriais: só nos primeiros quatro anos da Reforma houve cerca de 800 edições dos textos de Lutero em latim, alemão e em outras línguas (LABARRE, 1981, p. 65) ou mais de 300 mil exemplares (BARBIER, 2008, p. 198). Em 1546, ano da morte de Lutero, pelo menos 3700 edições de suas obras já haviam sido publicadas, não contando as traduções da Bíblia (LABARRE, 1981, p. 65). Entre 1546 e 1580, Hans Lufft (1495-1584), editor de Lutero, realizou 36 edições somente da sua Bíblia (FISCHER, 2006, p. 208).

Vê-se então que a Reforma e os impressos caminharam tão conjuntamente que, para Barbier, “a midiatização está no princípio do sucesso da Reforma luterana e a sociedade alemã do início do século XVI é a primeira da história a confrontar-se com os efeitos de uma midiatização em massa” (BARBIER, 2008, p. 198).

Apesar disso, seria inocente imaginar que toda a população se apropriou das ideias reformistas somente através dos textos impressos, ou mesmo que a invenção de Gutenberg ocasionou uma rápida disseminação dos livros para todos. É preciso levar em conta que as taxas de analfabetismo ainda eram altas à época, a ponto de na Alemanha, berço da imprensa, apenas de 3% a 4% da população ser alfabetizada (SIMÕES, 2008, p. 108), e isso se refletia diretamente nos que tinham livros. Citando estatísticas da cidade de Florença, Fischer nota que entre os que morriam e deixavam um filho sob os cuidados da cidade, pouquíssimos detinham livros: 3,3% entre 1413 e 1453, 1,4% entre 1467 e 1520, 4,6% entre 1531 e 1569 e

5,2% entre 1570 e 1608. Ainda assim, tais coleções de livros, em geral, não passavam de dez volumes (FISCHER, 2006, p. 205-206). Em resumo, pode-se afirmar sobre os livros e a leitura no período que:

Em quase toda a Europa, do século XV ao XVIII, a maioria dos leitores de livros era composta por médicos, nobres, ricos comerciantes e integrantes do clero, assim como na Idade Média. Negociantes, artesãos e comerciantes comuns às vezes liam, ainda que com imperfeição. Estes quase sempre preferiam livretos de baladas e contos, livros de horas baratos e os livros elementares que seus filhos talvez usassem nas escolas locais, se houvesse alguma. Podia-se contar nos dedos o número de pequenos proprietários rurais, camponeses e operários que soubessem ler. Possuir e ler um livro de verdade, um volume encadernado em couro refinado e impresso em papel de excelente qualidade, até esse momento, era privilégio dos ricos e daqueles de elevado *status* social. A cultura da leitura de livros solidificou a divisão entre as classes sociais, destacando e apoiando os poucos que ainda controlavam os muitos. A leitura de livros ainda estava longe de se tornar uma prerrogativa pública (FISCHER, 2006, p. 206).

A divulgação de novas ideias através dos livros não tardou a incomodar as autoridades civis e religiosas que logo buscaram formas de controlar¹⁰ o que era impresso, apesar de formas de censura a textos já existirem bem antes da Reforma. No caso da censura religiosa¹¹, começou em território alemão no século XV: na Universidade de Colônia, dirigida pelos dominicanos, os religiosos obtiveram do papa autorização para fazer censura preventiva nos livros que circulavam entre o público. Em Mainz, o arcebispo começou em 1485 a realizar um procedimento semelhante. Em 1501 o papa Alexandre VI lançou a bula *Inter multiplices*, que estabelecia censura preventiva nos arcebispados de Mainz, Colônia, Trier e Magdeburgo. O papa Leão X, em 1515, estendeu essas determinações para toda a cristandade (BARBIER, 2008, p. 189).

Com o surgimento e propagação das ideias de Lutero, as autoridades católicas não demoraram a reagir. Em 1520, o mesmo papa Leão X emitiu a bula *Exsurge Domine*, na qual são contestadas as teses de Lutero, e seus livros são condenados e proibidos (BARBIER, 2008, p. 207). Todavia, uma reação em maior escala às ideias reformadoras por parte das autoridades católicas tenha se dado a partir de 1545, quando foi iniciado o Concílio de Trento

¹⁰ Sobre as formas de controle, Barbier destaca: “O controle dos impressos pode se exercer previamente sobre os textos (censura preventiva) ou após sua difusão (censura repressiva), mas pode também ser exercido sobre as estruturas de produção (as gráficas) ou sobre as redes de distribuição (controle das livrarias e dos vendedores ambulantes, vigilância em relação aos livros disponíveis nas cabines de leitura, nas bibliotecas etc.)” (BARBIER, 2008, p. 185).

¹¹ Uma interessante história da proibição de livros pode ser lida em Zaccaria (1777), ainda que com todas as limitações de uma obra do gênero no período. A parte relativa ao século XVI está entre as páginas 133-172.

(1545-1563), que procurou dar uma resposta às doutrinas protestantes, através do movimento denominado Contrarreforma.

Dentre as diversas ações iniciadas com o Concílio, uma foi diretamente ligada ao universo dos livros: a criação de um índice de livros proibidos, que apesar de iniciativas anteriores semelhantes, o primeiro índice propriamente dito é de 1559. Em 1564, com o encerramento do Concílio, o papa Pio IV aprova o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos livros proibidos). A princípio, o *Index* ficava sob a responsabilidade da Santa Romana e Universal Inquisição, mas em 1571 foi transferido para a Sagrada Congregação do Índice, criada especialmente para a atualização e a manutenção da lista de livros considerados heréticos e contrários à fé católica (BARBIER, 2008, p. 207-208).

As formas de censura ao impresso não foram, contudo, prática exclusiva das autoridades religiosas católicas. Da mesma maneira, autoridades civis logo instituíram licenças prévias para a publicação de livros, como o rei Carlos IX da França, que em 1563 decretou que “nenhum livro poderia ser publicado sem ‘licença, permissão e concessão’ garantidas pelo Selo Nobre real” (FISCHER, 2006, p. 203). Os reformadores protestantes também não foram partidários da total liberdade de edição e impressão de livros, a ponto de igualmente realizarem censura e controle do impresso (BARBIER, 2008, p. 206).

1.2 A Companhia de Jesus e a informação: livros, bibliotecas e prensas

Em tal contexto social, religiosamente conturbado, surgiu a Companhia de Jesus. Da mesma forma que em outras congregações da Igreja Católica, a história da Companhia em seus primórdios se confunde com a de seu fundador. Ela surgiu a partir da idealização e iniciativas de um homem, Íñigo López de Loyola¹² (1491-1556).

Íñigo (que ficaria conhecido como Inácio), nasceu em 1491 na cidade de Azpeitia (País Basco, Espanha) em uma importante família da localidade. Em 1517 se alistou como soldado junto ao duque de Nájera. Estando em Pamplona, participou em 1521 da defesa da cidade contra as tropas francesas, o que lhe causou graves ferimentos na perna provocados por uma bala de canhão. Este episódio transformou totalmente a sua vida, pois durante o período

¹² A quem deseja se aprofundar na biografia de Inácio de Loyola, recomenda-se a obra de García-Villoslada (1991), certamente uma das mais completas entre as muitas disponíveis em língua portuguesa. Também é de grande valor (salvo certas omissões) a chamada *Autobiografia de Inácio de Loyola*, que apesar do título não foi escrita por Inácio, mas sim narrada por ele entre os anos de 1553 e 1555 a um colaborador, o Pe. Luís Gonçalves da Câmara (c. 1519-1575), que a escreveu em terceira pessoa. O texto original só foi publicado pela primeira vez em 1904 (CARDOSO, 1991, p. 5-7).

de recuperação houve a sua conversão religiosa. Nesse processo (de conversão), a leitura de livros teve um papel substancial, conforme é relatado na *Autobiografia*:

Como era muito dado a ler livros mundanos e falsos, que costumam chamar de cavalarias, sentindo-se bem, pediu-lhe arranjassem alguns deles para passar o tempo. Mas naquela casa não se encontrou nenhum dos que costumava ler. Deram-lhe uma *Vita Christi* e um livro da Vida dos Santos em vernáculo (AUTOBIOGRAFIA..., 1991, p. 22).

Os livros lidos por Inácio pertenciam a sua cunhada, Madalena de Araoz, em cuja casa se recuperava. Com relação às obras lidas por Inácio, García-Villoslada (1991, p. 166) diz que a Vida de Cristo (*Vita Christi*) foi a escrita por Ludolfo da Saxônia no século XIV e traduzida em espanhol por Ambrosio de Montesino e impressa em 1503 em quatro tomos. A Vida dos Santos se trata de uma tradução em espanhol da *Legenda Áurea*, conjunto de hagiografias que teve grande difusão no período medieval e foi compilada pelo bispo Jacopo da Varazze (AUTOBIOGRAFIA..., 1991, p. 22).

Ainda segundo a *Autobiografia*, essas leituras levaram Inácio a iniciar um período de reflexões:

Lendo-os muitas vezes, algum tanto ia-se afeiçoando ao que ali estava escrito. Mas, deixando-os de ler, algumas vezes parava a pensar no que havia lido. Outras vezes, em assuntos do mundo, em que antes costumava pensar [...]. Contudo Nosso Senhor o socorria, fazendo suceder a estes pensamentos outros que nasciam de suas leituras. Porque, lendo a vida de Nosso Senhor e dos Santos, parava a pensar, raciocinando consigo: ‘E se eu realizasse isto que fez S. Francisco? E isto que fez S. Domingos?’ [...] (AUTOBIOGRAFIA..., 1991, p. 22-23).

A mudança iniciada nesse episódio culminaria, muitos anos depois, no desejo de realizar uma experiência de vida religiosa, o que se deu em Paris, aonde Inácio chegara em 1528 para estudar, em 15 de agosto de 1534. Neste dia, Inácio e mais seis amigos resolveram fazer três votos religiosos: pobreza, castidade e ir a Jerusalém; no caso da impossibilidade de se cumprir o último, eles deveriam ir a Roma se colocar à disposição do papa (BANGERT, 1985, p. 27). E assim o fizeram: quando já haviam nomeado o grupo como Companhia de Jesus e após se darem conta da inviabilidade da viagem, em novembro de 1538 se dirigiram ao papa Paulo III (que já os havia conhecido anteriormente) para se colocar à sua disposição.

A aprovação da Companhia como Ordem¹³ religiosa se deu em setembro de 1540, pelo mesmo papa Paulo III (BANGERT, 1985, p. 33-34).

Em pouco tempo, os jesuítas – como ficaram conhecidos – experimentaram uma rápida expansão, tanto em locais de atividade¹⁴ como em número de membros. Para se ter uma ideia, em 1556, ano da morte do fundador, eles já eram cerca de mil religiosos (BANGERT, 1985, p. 38). Apesar de realizarem atividades religiosas como quaisquer outros padres, como missas, confissões e pregações, foram em dois campos de atuação específicos que a Companhia se destacou: a educação e as missões estrangeiras (BANGERT, 1985, p. 39).

A preocupação com a educação começou por uma necessidade interna da Companhia, pois era necessário formar os que haveriam de ser admitidos na Ordem, mas em pouco tempo houve a abertura de colégios para leigos. Assim surgiu o primeiro colégio jesuíta em 1548, em Messina (Sicília), iniciado a pedido do vice-rei D. Juan de Vega (1507-1558) para a juventude da cidade. Este colégio se tornou modelo para os posteriores, que logo se expandiram. Em 1556 havia só na Europa 33 colégios para leigos (BANGERT, 1985, p. 40-43).

No que se refere às atividades nas missões estrangeiras, também começaram cedo na história da Companhia. As primeiras missões se deram por uma necessidade do rei Dom João III de Portugal (1502-1557), que carecia de religiosos para participar do processo de colonização dos territórios portugueses, que nas primeiras décadas do século XVI já se expandiam por vastos locais da América, da África, da Índia e do extremo oriente. Por conta disso, em 1540, antes mesmo da aprovação pontifícia dos jesuítas, o embaixador de Dom João III em Roma buscou conseguir missionários junto a Inácio de Loyola, pedido que foi logo aceito, pois no mesmo ano dois jesuítas (Francisco Xavier e Simão Rodrigues) partiram para Lisboa. Em abril de 1541, Francisco Xavier embarcou para as Índias, tendo permanecido no Oriente por dez anos e atuado em diversas localidades (BANGERT, 1985, p. 43). Tempos depois já atuavam em praticamente todos os territórios coloniais portugueses e em alguns espanhóis.

¹³ Atualmente não existe mais a diferença entre Ordem e Congregação na legislação católica. Antes do atual Código de Direito Canônico, promulgado em 1983, era considerada uma Ordem o instituto na qual seus membros realizavam votos públicos solenes; já nas Congregações os membros realizavam votos simples (cf. cânon 488, CODEX IURIS CANONICI, 1917).

¹⁴ Em menos de um século de sua fundação os jesuítas já estavam presentes em boa parte dos territórios não europeus conhecidos até então. A data de fundação de suas províncias (ou vice províncias) não europeias demonstra que sua consolidação nas localidades onde chegavam foi conseguida em poucos anos: Índias Orientais (Goa, 1549), Brasil (1552), Peru (1568), México (1572), Japão (1583), Filipinas (1595), Novo Reino de Granada (Colômbia, 1608), Paraguai (1607), China (1618), Chile (1629) (cf. SYNOPSIS..., 1950, p. 706-707).

Ambos os aspectos do trabalho jesuítico são essenciais para compreender como e porque eles alcançaram papel de destaque no campo informacional e/ou documental do período, através de seus livros, bibliotecas e prensas.

Sustenta Beltrão (1971, p. 27) que “nenhuma organização humana – até o Século XVI – deu maior importância à informação do que a Sociedade de Jesus”. Apesar de um tanto apaixonada e talvez exagerada, tal afirmação não deixa de ter uma base na realidade, pois como será analisado nos dois próximos capítulos, a Companhia de Jesus construiu uma verdadeira rede de troca de informações através das cartas enviadas de suas missões espalhadas pelo mundo. Mas é bem provável que isso não teria sido possível se o jesuíta não possuísse uma sólida formação religiosa, cultural e científica, o que só seria possível através do estudo provindo dos livros e, conseqüentemente, das bibliotecas¹⁵.

O ensino, conforme já comentado, não era uma atividade originalmente prevista na missão da Companhia de Jesus, mas na prática ela o exerceu desde os primeiros anos pela necessidade de formar os futuros membros que recebiam não só uma educação religiosa, mas também humanística e científica (VACALEBRE, 2015, p. 3). O próprio método pedagógico dos jesuítas em si (*Ratio Studiorum*) se desenvolvia principalmente através de aulas em que era lido o trecho de um determinado autor, que era explicado pelo docente, e seguiam-se os debates (VACALEBRE, 2015, p. 21). Isso demandava que os jesuítas também se ocupassem da produção de textos explicativos¹⁶, que passavam a ser utilizados por toda a rede de colégios pela Europa, a partir sobretudo da década de 1550 (VACALEBRE, 2015, p. 22-23). Assim, pode-se afirmar que “i seguaci di Ignazio furono i primi a fare del libro l’asse portante della loro opera di apostolato” (VACALEBRE, 2015, p. 37)¹⁷.

Por serem os livros e bibliotecas essenciais ao trabalho jesuítico e por terem se estruturado desde o início de um modo bastante centralizado e organizado em regras escritas, era natural que em pouco tempo também surgissem instruções vindas dos superiores romanos sobre como deveriam funcionar as bibliotecas que iam sendo criadas nos colégios. Connolly

¹⁵ Para tratar da história das bibliotecas jesuíticas, baseou-se esta pesquisa principalmente na tese de doutorado de Vacalebre (2015), o mais completo trabalho sobre o tema encontrado (recentemente foi publicada em livro). Apesar de ter como objeto específico a biblioteca do colégio jesuítico de Perugia, possui dois capítulos em que apresenta o uso do livro no sistema jesuítico e diversos aspectos da composição de suas bibliotecas entre os séculos XVI-XVIII. Apesar de pouco citar as bibliotecas jesuíticas do período colonial brasileiro, o trabalho de Vacalebre é altamente recomendado a quem queira se aprofundar na temática, sobretudo pela riqueza das fontes.

¹⁶ Um campo em que houve uma colaboração direta dos jesuítas para o seu desenvolvimento foi o da produção de informações: desde os primórdios da Ordem até tempos mais recentes, é grande o número de livros escritos por seus membros. Por outro lado, muitos foram os jesuítas que tiveram problemas com a censura religiosa por conta de seus escritos: em um rápido olhar no *Index* é possível encontrar uma grande quantidade de autores inicianos (cf. DE BUJANDA, 2002).

¹⁷ “Os seguidores de Inácio foram os primeiros a fazer do livro o eixo do seu trabalho apostólico” (VACALEBRE, 2015, p. 37, tradução nossa).

(1960, p. 244-248) encontrou seis versões de regras específicas para bibliotecas nas primeiras décadas da Companhia.

A primeira data de 1546 e foi lançada em duas versões (português e latim) para uso no colégio de Coimbra. Em 1553 a regra de Coimbra foi traduzida em língua espanhola e inserida no regulamento geral do padre Jerónimo Nadal, que deveria ser seguido nos colégios de Portugal e Espanha. Uma nova versão sairia em 1567, em latim, mais uma vez compondo as regras comuns. As duas últimas regras foram publicadas em 1580 e 1582, também em latim, e são praticamente idênticas – a versão de 1582 possui apenas um artigo a mais (VACALEBRE, 2015, p. 59).

Cabe notar que também as *Constituições* (1558), principal documento normativo dos jesuítas, trazem em seu corpo alguns artigos que contemplam os livros e as bibliotecas. Da mesma forma, o documento que normatiza o ensino jesuítico, a *Ratio Studiorum* (1599), inclui também diversas instruções sobre o uso dos livros por professores e alunos dos colégios¹⁸.

A pioneira regra portuguesa, mesmo que contenha apenas oito artigos, mostra a importância que o espaço da biblioteca possuía logo nos primeiros anos da Companhia:

O que tem cargo dos livros

1. Teraa hum rol geral de todos os livros de casa por ordem scritos segundo suas faculdades.
2. Segundo a diversidade das sciencias, asi teraa os livros àaparte, juntos e bem ordenados, e nom misturara nem confundiraa huns com outros.
3. Antre cada faculdade de livros teraa huma mão de papel cosida com hum fio pello meo, no qual screveraa os livros que cada hum tem daquela faculdade em su camara, e em outra parte os que o rector a pessoas de fora mandar impresta; e screverá a pessoa que os levou, anno e dia; e quando os tornar, apagaraa o que tinha scrito. Teraa em rol todos os livros que cada hum trouxer a casa, pera lhos darem se se tornar e nom permanecer.
4. Nom daraa nenhum livro sin licença do reitor.
5. Cada XV dias sacudiraa o poo dos livros, e olharaa se lhe faz mal alguma humidade e os poraa a enxugar.
6. A todos os livros faraa ter titolos de boa letra, grande e legivel, e que estem da banda de fora, pera que se possam leer e achar quando for necesario.
7. Teraa toda a livraria asi de cima como de baixo bem limpa e a bom recado, e a varreraa cada dous dias.
8. Teraa papel, tinta, penas, canivetes, tisouras, escrevaninha, o que tudo distribuirá segundo o mestre de casa o ordenar (MONUMENTA IGNATIANA..., 1948, v. 4, p. 58-60)¹⁹.

¹⁸ No capítulo 4 há uma seção dedicada à documentação jesuítica, em que são explicados cada um desses documentos.

¹⁹ Foi mantida a grafia original.

Escrita pelo padre Simão Rodrigues (1510-1579) para uso local no colégio de Coimbra, esta regra foi o primeiro exemplo de legislação biblioteconômica dos jesuítas (VACALEBRE, 2015, p. 47), e se tornou modelo para as outras regras que se seguiram. Nela, podem ser encontradas algumas características chave das bibliotecas jesuíticas, como as que determinam que as bibliotecas deveriam ter um inventário/catálogo de todos os títulos (números 1 e 2) e que realizavam empréstimos (números 3 e 4). Contempla ainda questões de administração da biblioteca, como limpeza dos livros e do espaço (números 5 e 7), sinalização na lombada do livro (número 6) e por fim, a necessidade de a biblioteca possuir materiais de escrita (número 8).

A biblioteca dos colégios, em geral, era composta de dois espaços distintos: a biblioteca propriamente dita, que era fechada, e um local para livros de uso comum, com manuais e dicionários para consulta de toda a comunidade (VACALEBRE, 2015, p. 63).

O empréstimo era voltado sobretudo aos membros da Ordem (a norma de 1580 fixou o prazo de empréstimo em 8 dias), e deveria ser registrado pelo bibliotecário (ou prefeito da biblioteca), embora a autorização de empréstimo fosse dada pelo reitor do colégio (VACALEBRE, 2015, p. 153). As bibliotecas também eram acessíveis aos usuários externos: ainda que fossem raros os casos, poderiam realizar empréstimos caso o reitor autorizasse (VACALEBRE, 2015, p. 160-161).

Com relação aos catálogos, a norma de 1546 já previa a obrigação de se ter um inventário (ou seja, uma listagem) dos livros da biblioteca ordenado por assuntos. A norma de 1580 pedia um catálogo dividido por assuntos e em ordem alfabética de autor (VACALEBRE, 2015, p. 61).

Sobre a composição dos acervos, nenhuma das regras diz quais livros deveriam estar presentes nas bibliotecas, o que não parece ser algo necessariamente anormal. É de se supor que elas precisavam contemplar as leituras solicitadas nas diversas matérias ensinadas nos colégios, que seguiam a tradição de ensino consolidada no decorrer da Idade Média. Sobre isso, as *Constituições* da Companhia apresentam determinações em alguns de seus artigos, como por exemplo²⁰:

464. Em geral, como se disse ao falar dos colégios, seguir-se-ão em cada matéria os textos que expõem a doutrina mais sólida e mais segura. Não se

²⁰ Conforme já comentado, uma explanação em detalhes dos livros que deveriam ser adotados nas aulas só se encontrará na *Ratio Studiorum*.

adotarão os que forem suspeitos, eles ou os seus autores. Mas esses não de ser expressamente citados em todas as universidades.

Em teologia ensinar-se-á o Antigo e o Novo Testamento, e a doutrina escolástica de S. Tomás. Na teologia positiva escolher-se-ão os autores que mais convêm ao nosso fim

[...]

468. Quanto aos livros de estudos humanísticos, latinos ou gregos, evite-se, na medida do possível, que, nas universidades como nos colégios, a juventude leia livro algum com coisas ofensivas aos bons costumes, sem serem antes expurgados de passagens ou expressões imorais.

[...]

470. Na lógica, na filosofia natural e moral e na metafísica, bem como nas artes liberais, seguir-se-á a doutrina de Aristóteles. Entre os comentários de autores, tanto nessas disciplinas como nas humanidades, far-se-á uma seleção. Não de marcar-se aqueles que os alunos devem ler, e também aqueles que os professores devem seguir de preferência no seu ensino. O Reitor, em tudo o que ordenar, procederá conforme aquilo que na Companhia universal é tido como mais útil para a glória de Deus Nosso Senhor (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 143-144).

Se as regras não explicitam o que as bibliotecas deveriam conter, deixavam claro o cuidado que deveria ser tomado com os livros ditos proibidos. Nas *Constituições*, conforme pode-se ver acima no número 468, pedia que se evitasse que os alunos tivessem contato com livros que contivessem “coisas ofensivas aos bons costumes”. Com a promulgação do *Index Librorum Prohibitorum*²¹ após o Concílio de Trento, a Companhia logo procurou se adaptar às novas determinações da Igreja²²: a regra de 1567 ordenava, já no primeiro artigo, que a biblioteca deveria possuir um exemplar do *Index*, para verificar se nela havia algum livro proibido (VACALEBRE, 2015, p. 58). As regras de 1580 e 1582 apresentam a mesma instrução, acrescentando que se houvesse algum livro proibido, não deveria ser colocado em uso comum (VACALEBRE, 2015, p. 61).

Vê-se, então, que as normas não proibiam as bibliotecas de terem livros proibidos, apenas pediam atenção com relação ao acesso a eles. Isso se deve ao fato de a Companhia ter recebido diversos privilégios que permitiam aos seus religiosos ler livros proibidos, o primeiro deles foi concedido, ainda que não escrito, em 1540, logo após a aprovação. A partir de 1560, esse privilégio foi sendo concedido aos religiosos de determinadas regiões, como os que estavam em territórios luteranos. Em 1575, através da bula *Exponi nobis* do Papa Gregório XIII, a autorização foi estendida a todos os membros da Companhia (VACALEBRE, 2015, p. 105-109).

²¹ O *Index* foi abolido somente em 1966.

²² Os jesuítas não foram somente executores das deliberações do Concílio de Trento. Pelo contrário, desde o início do Concílio participaram ativamente nas discussões e decisões ali tomadas (cf. BANGERT, 1985, p. 36).

Isso não significa, de modo algum, que o acesso a tais livros fosse facilitado, mesmo aos religiosos. Seu uso exigia concessão dos superiores e situavam-se em local separado da biblioteca comum ou em um armário especial, denominado “inferno”²³ (VACALEBRE, 2015, p. 111-112).

A aquisição desses livros era expressamente proibida; mesmo assim, havia grande quantidade deles nas bibliotecas jesuíticas, o que leva a crer que grande parte desses livros já constava nos acervos antes da publicação do *Index*, ou fora incorporado através de doações. Seu principal uso por parte dos jesuítas visava conhecer a fundo as ideias consideradas heréticas para melhor refutá-las (VACALEBRE, 2015, p. 113).

Em suas missões estrangeiras os jesuítas também criavam bibliotecas. Na América Portuguesa os primeiros jesuítas chegaram em 1549 e logo foram surgindo suas bibliotecas²⁴. Até então, as poucas bibliotecas existentes estavam em casas religiosas ou nas de poucos cidadãos letrados. Por isso, ao chegar ao Brasil, os jesuítas trouxeram livros consigo e logo começaram a pedir que outros tantos viessem de Portugal, pois eles eram essenciais às missões (LEITE, 2004, v. 1, p. 389). Silva (2008), sempre baseado na obra de Serafim Leite, aponta diversas características dessas bibliotecas. Muitas delas, antes do final do século, já apresentavam inclusive certa organização bibliotecária: os livros da biblioteca do Colégio da Bahia estavam em ordem e numerados, e havia inclusive um catálogo de assuntos e autores (SILVA, 2008, p. 224-225).

A biblioteca do colégio da Bahia foi seguramente a principal, mas nas casas de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo também havia bibliotecas menores (MORAES, 2006, p. 7).

Com relação às tipografias, os jesuítas cedo se utilizaram delas para publicação de seus textos, mas recorriam às prensas de terceiros. A primeira tipografia própria dos jesuítas foi implantada no Colégio Romano em 1556, provavelmente idealizada pelo próprio Inácio de Loyola, visto que ela foi inaugurada um mês após sua morte (GÓMEZ RODELES, 1909, p. 64). A criação desta e de outras tipografias não objetivava a impressão em grande escala ou

²³ No acervo da Biblioteca do Colégio São Luís, escola jesuítica de São Paulo fundada em Itu em 1867, existem ainda alguns livros com a inscrição “inferno” escrita a lápis na folha de rosto ou na página precedente. Como exemplo cita-se uma edição de 1903 do livro *Salammô* de Gustave Flaubert, obra incluída no *Index* em 1864, juntamente com *Madame Bovary*, principal romance de Flaubert (cf. DE BUJANDA, 2002, p. 349). Além de “inferno” inscrito na parte superior da folha de rosto e sobre o carimbo de localização na página anterior, há ainda, na mesma página, duas outras inscrições: “Posto no Índice” e “Tomado [?] ao mercado” (ver figura 4, Apêndice B). Isso indica que “inferno” designava mesmo um lugar físico (além de simbólico), e que essa prática permaneceu até tempos mais recentes.

²⁴ As fontes sobre os primórdios das bibliotecas da Companhia de Jesus no Brasil não são abundantes, resumindo-se, basicamente, a menções sobre pedidos de livros nas cartas dos religiosos da época. Uma compilação de todas essas referências aos livros nas cartas foi feita por Cerello (2008).

visando lucros, mas era uma ferramenta intimamente ligada à missão educativa e religiosa da Companhia:

Las establecieron en varios de sus colegios con la mira de proporcionar fácilmente a los discípulos libros escogidos de texto y de sana doctrina, que de otro modo sólo con grandes dispendios de tiempo y dinero y no leves dificultades hubieran adquirido trayéndolos de lejanas tierras, si es que en ellas existían. Al propio tiempo, teniendo prensas en casa y todo el material tipográfico necesario, era dado a los profesores imprimir los libros que ellos mismos componían, reproducir los de otros autores, acomodándolos a la capacidad y alcance de los discípulos, y reimprimir los autores clásicos expurgados de lo que podía mancillar la pureza de la fe y las buenas costumbres de los alumnos.

Otras imprentas estableció la Compañía de Jesús para estampar obras domésticas, destinadas a su uso exclusivo, acerca de su legislación interior y prácticas piadosas, o enderezadas al buen gobierno de la vida común, y otros libros en que se consignan su historia, privilegios y demás cosas concernientes a una orden religiosa (GÓMEZ RODELES, 1909, p. 63)²⁵.

Em outras localidades os jesuítas também estabeleceram prensas antes do final do século XVI, como em Messina (atualmente na região da Sicília, Itália), foi acertada a criação de uma tipografia também em 1556. No colégio de Viena foi instalada em 1559, embora tenha decaído em pouco tempo (GÓMEZ RODELES, 1909, p. 474-479). No além-mar criaram-nas nas missões do Peru, Índia/Goa e Japão²⁶. No caso do Brasil, não existem documentos que indiquem que os jesuítas tiveram prensas. Apesar de Moraes (2006, p. 68) ter levantado a possibilidade, é pouco provável que isso tenha ocorrido, levando em conta o rigoroso controle do impresso exercido pela Coroa portuguesa²⁷.

²⁵ “Eles estabeleceram [as tipografias] em vários de seus colégios com o objetivo de fornecer facilmente aos discípulos livros selecionados de texto e doutrina sã, que, de outro modo, apenas com grandes gastos de tempo e dinheiro e não sem pequenas dificuldades, teriam adquirido trazendo-os de terras distantes, se é que nelas existiam. Ao mesmo tempo, tendo prensas em casa e todo o material tipográfico necessário, era possível aos professores imprimir os livros que eles mesmos compunham, reproduzir os de outros autores, acomodando-os à capacidade e ao alcance dos discípulos, e reimprimir os autores clássicos expurgados do que poderia manchar a pureza da fé e os bons costumes dos alunos. Outras imprensas estabeleceu a Companhia de Jesus para imprimir obras domésticas, destinadas ao seu próprio uso, sobre sua legislação interna e práticas piedosas, ou endereçadas ao bom governo da vida comum, e outros livros dedicados à sua história, privilégios e demais coisas relativas a uma ordem religiosa” (GÓMEZ RODELES, 1909, p. 63, tradução nossa).

²⁶ Essas localidades são só as que os jesuítas instalaram prensas no século XVI. Nos dois séculos posteriores, os jesuítas levaram os tipos móveis a outras regiões. Uma história das prensas jesuíticas pode ser conferida nos diversos artigos de Gómez Rodeles, cujas referências se encontram no final do trabalho.

²⁷ Ao contrário do que ocorreu no Brasil, onde Portugal implantou um rígido controle do impresso, na América Espanhola as tipografias foram implantadas em duas localidades antes do final do século XVI. Em 1539 o impressor sevilhano Juan Cromberger instalou uma sucursal de sua tipografia no México (Nova Espanha), enviando para lá os materiais necessários e um empregado, nesse mesmo ano foi impresso o primeiro livro das Américas (*Breve y más compendiosa doctrina Christiana en lengua mexicana y castellana*). Na América do Sul a primazia também foi espanhola: em 1584 um impressor que até então trabalhava no México levou tipos móveis para Lima (então *Ciudad de los Reyes*, capital do Vice-Reino do Peru), onde imprimiu a obra *Doctrina christiana* (RIZZINI, 1988, p. 93-94).

Neste capítulo foi apresentado o contexto da informação impressa em suas primeiras décadas e quais as relações que a recém-criada Companhia de Jesus teve com ele. No capítulo seguinte será visto, de modo mais detalhado, o jesuíta como produtor de informação através de suas cartas. Afinal, o conhecimento – de um modo especial o que se conhecia sobre o chamado “Novo mundo” – dependeria ainda por muito tempo da informação produzida nos manuscritos, sobretudo aqueles provindos das penas jesuíticas.

2. A CARTA NO INÍCIO DA IDADE MODERNA

A ampliação das possibilidades de criação e comunicação de informações proporcionada pelo surgimento do impresso não significou uma ameaça à existência do manuscrito. É certo que o livro manuscrito foi praticamente substituído pelo impresso, conforme apresentado no capítulo anterior, mas a comunicação entre os indivíduos continuaria dependendo do manuscrito – principalmente da carta – por muitos séculos.

O que é uma carta? A resposta para tal pergunta pode ser um tanto óbvia para uma pessoa do século XXI, e talvez também o fosse para uma do século XVI, mas refletir sobre a questão é essencial para compreender o que diferencia a carta de outros tipos de textos. Rocha diz que “a carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante” (ROCHA, 1965, p. 13). Dessa curta definição depreende-se que a carta: 1) necessita de um registro escrito em um suporte (logo, uma comunicação oral não poderia ser uma carta, uma vez que esse gênero depende necessariamente do escrito²⁸); 2) tem como finalidade a comunicação entre as pessoas. Ainda que relevantes estas constatações não englobam a totalidade do que comumente se entende por uma carta. Outra definição, datada de 1135 e retirada das *Regras para escrever cartas* do Anônimo de Bolonha, apresenta outras informações essenciais para o entendimento do que é uma carta:

Uma epístola ou carta, então, é o adequado arranjo das palavras assim colocadas para expressar o sentido pretendido por seu remetente. Ou, em outras palavras, uma carta é um discurso composto de partes ao mesmo tempo distintas e coerentes, significando plenamente os sentimentos de seu remetente (ANÔNIMO DE BOLONHA, 2005, p. 83).

Percebe-se então que o conteúdo de uma carta deve fazer sentido, não sendo um mero ajuntamento de palavras. Para cumprir o seu propósito comunicativo, o texto deve ser desenvolvido de modo que o destinatário compreenda a mensagem que o remetente deseja passar. Não é à toa, portanto, que a carta possua uma estrutura própria, composta por elementos materiais (como o selo, o envelope etc.) e características na disposição do texto escrito (cabeçalho, despedida, assinatura etc.), que a tornam facilmente identificável mesmo em tempos mais recentes, nos quais as cartas já não fazem parte do dia a dia da sociedade. Deve-se ressaltar, ainda, que os modos de organização ou estruturação epistolar são tão antigos quanto a carta em si.

²⁸ Diferentemente de outros tipos de comunicação, como os sermões ou os discursos, que podem existir tanto na forma oral como na escrita.

Martín Baños (2005, p. 27) diz ser possível considerar que a carta tenha nascido juntamente com o alfabeto, embora admita que seja impossível uma datação precisa de seu surgimento. Por outro lado, as primeiras ocorrências de regras para a escrita de cartas começaram já na Antiguidade, embora não tenha havido no período nenhum tratado epistolar autônomo: essas poucas regras podem ser encontradas em cartas dispersas de autores clássicos, como Cícero, Demétrio, Sêneca e Gregório Nazianzeno (TIN, 2005, p. 18). Sobre essas menções ao fazer epistolar observa-se que:

Alguns traços comuns parecem unir todas as concepções epistolares da Antiguidade: a carta é definida como um diálogo entre amigos e, como tal, deve ser breve e clara, adaptando-se aos seus destinatários e empregando o estilo mais apropriado. Como veremos, de certo modo, essa definição da carta como diálogo, ou como uma das partes de um diálogo, perpassará praticamente todas as artes epistolares (TIN, 2005, p. 18).

Pode-se dizer que as cartas do mundo antigo já possuíam uma estrutura relativamente fixa, composta pela introdução (contendo remetente, destinatário e saudação), pelo corpo da carta e o *post scriptum* (BARBAGLIO, 1993, p. 199). De um modo geral, as cartas abrangiam os vários segmentos da sociedade: ainda que boa parte tivesse uso governamental, havia ainda muitas cartas comerciais e pessoais que eram confiadas a pessoas que viajavam até o local desejado e realizavam a entrega, pois não existia serviço postal. Esses entregadores necessitavam de instruções específicas para conseguir realizar a entrega, já que não existiam endereços (GABEL; WHEELER, 1993, p. 195).

Cabe ainda uma distinção entre carta e epístola, que na prática já havia no período. Na teoria tal diferenciação é recente: foi proposta no início dos anos 1900 pelo teólogo alemão Adolf Deissmann (1866-1937). Para ele a carta “é sempre particular e refere uma circunstância específica para um destinatário especificado” (HANSEN, 1995, p. 88), já a epístola “não é individualizada, pois dirige-se à coletividade de um público conhecido ou é genericamente pública, tratando de questões gerais, teóricas ou doutrinárias, de modo dissertativo” (HANSEN, 1995, p. 88-89). Nas palavras de Barbaglio, “a carta se diversifica da epístola como a natureza da arte. A carta é um fragmento de vida, enquanto a epístola é um testemunho da arte” (BARBAGLIO, 1993, p. 198)²⁹.

²⁹ Mesmo que ambos os termos sejam utilizados indistintamente em referimento às cartas bíblicas paulinas, Deissmann entende que elas são verdadeiras cartas (e não tratados doutrinários em forma de carta); apesar de que nelas sejam tratados assuntos relativos à cada igreja, os destinatários eram pessoas que mantinham contato com Paulo (HANSEN, 1995, p. 89). Para um entendimento histórico-teológico mais aprofundado do epistolário paulino recomendam-se as já citadas obras de Barbaglio (1993, p. 196-227) e Gabel e Wheller (1993, p. 185-203), autores que concordam com a visão de Deissmann.

As prescrições epistolares da Antiguidade vigoraram até a Idade Média, quando novos modelos começaram a surgir. No que se refere à produção de cartas, o gênero gozava de grande popularidade, em que proliferavam os mais diversos tipos, sobretudo a partir do século XI (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 93), quando no seu período final surge a *ars dictaminis*, o padrão retórico que modelaria a correspondência a partir de então. Foi iniciada no mosteiro beneditino de Montecassino, mais especificamente nos trabalhos dos monges Alberico di Montecassino (ca. 1030-1105) e Giovanni di Gaeta (ca. 1060-1119), que veio a se tornar depois o papa Gelasio II. Alberico, que ressaltava a importância do uso da retórica no escrever, propôs uma divisão composta de quatro partes para o discurso escrito: exórdio, narração, argumentação e conclusão (*exordium, narratio, argumentatio, conclusio*). A partir do século XII o centro da *ars dictaminis* passaria a ser Bolonha, de onde saíram autores importantes do período, como Adalberto Samaritano e Hugo de Bolonha (PÉCORA, 2001, p. 19-20; TIN, 2005, p. 33), sendo de Adalberto o primeiro tratado todo dedicado à escrita de cartas. O século XIII representou a consolidação da *ars dictaminis* em toda a Europa, ainda que os grandes centros de influência fossem as localidades das atuais Itália e França. O modelo italiano acabou se impondo nos séculos seguintes (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 118).

De um modo geral, os manuais epistolares do período previam cinco partes fundamentais para a carta:

salutatio [saudação] (que é expressão de cortesia, manifestação de um sentimento amistoso em relação ao destinatário, independentemente do nível social); *benevolentiae captatio* [captação da benevolência] (que é “uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do receptor”); *narratio* [narração] (que é o “informe da matéria em discussão”, podendo ser *simples* (assunto único) ou *complexa* (várias matérias); referir o passado, o presente ou o futuro); *petitio* [petição] (que é o discurso pela qual “tratamos de pedir algo” [...] e, finalmente, *conclusio* [conclusão] (que é a parte onde se resumem as “vantagens e desvantagens dos temas tratados” para que “fiquem impressos na memória do destinatário”) (PÉCORA, 2001, p. 20-21).

Os modos e práticas da *ars dictaminis* continuaram a influenciar a epistolografia, ainda que entre os anos de 1300 a 1500 novas tendências epistolares comesçassem a surgir³⁰. No século XIV, em realidade, o desenvolvimento da *ars dictaminis* diminuiu e menos tratados sobre o tema foram produzidos, conforme assinala Gueudet (2004, p. 229).

³⁰ Para um aprofundamento na *ars dictaminis*, recomendam-se as obras de Tin (2005), Pécora (2001), Martin Baños (2005), além dos estudos de Gueudet (2004) e Munhós (2015), que ainda não sendo específicos sobre a *ars dictaminis*, possuem capítulos ou partes que abordam o tema. Trabalhos que estudam o uso da *ars dictaminis* na correspondência jesuítica serão comentados mais adiante.

Martin Baños (2005, p. 332-333) aponta que por mais que haja evidências do uso da *ars dictaminis* nos primeiros anos do século XVI, ela vinha sendo substituída por manuais mais modernos já por volta de 1450. Esses manuais modernos (ou seja, humanistas) representavam duas grandes tendências: a primeira é composta de textos que também são obras retóricas, além de discutirem preceitos estilísticos, herdando diversos pressupostos da *ars dictaminis*; já a segunda é constituída dos verdadeiros manuais renovadores do período que, baseados na revalorização da arte epistolar greco-latina, provocaram a valorização da carta familiar, amistosa e espontânea.

Os humanistas do período criticavam o excesso de formalismo que a tradição epistolar medieval havia atingido (TIN, 2005, p. 43), o que colaborou para o surgimento de uma “Nova epistolografia”. O marco inicial desse período costuma ser colocado na redescoberta das cartas de Cícero por Petrarca e também por Coluccio Salutati (1332-1406), que no cargo de chanceler de Florença, era responsável pela correspondência diplomática do Estado (TIN, 2005, p. 43-44). Durante o século XV, o descobrimento de outras obras clássicas também colaborou para a renovação da arte epistolar, como o texto de Quintiliano. Além disso, o surgimento da imprensa proporcionou uma maior difusão das obras clássicas, assim como o início da publicação das coleções de cartas de humanistas que, juntamente com as clássicas, passaram a ser vistas como modelos para imitação (TIN, 2005, p. 45).

Essa nova visão do fazer epistolar passou a ser tema de diversos tratados que começaram a surgir. Segundo Maduro (2012 apud MUNHÓS, 2015, p. 22), mais de 200 tratados epistolares foram escritos entre os anos de 1400 e 1600, o que mostra a grande popularidade que o gênero alcançou no período.

Via de regra os manuais do século XV entendiam a carta ao modo clássico, como uma conversa entre amigos: “a tendência deles é reafirmar a carta como gênero adequado à conversação amigável (logo, a ser escrita em *sermo* e não em estilo oratório), que exige sobretudo brevidade” (PÉCORA, 2001, p. 24). Entre os tratadistas do período podem ser citados os italianos Giammario Filelfo (1426-1480), Giovanni Sulpizio (séc. XV), Francesco Negro (ca. 1450-1510) e o alemão Heinrich Babel. Este último chegou a questionar as tradicionais cinco partes da carta, entendendo, por exemplo, que nem todas as cartas necessitavam de *narratio* ou *petitio* (TIN, 2005, p. 48).

Apesar das novas reflexões e avanços na teoria da arte epistolar, Tin considera que “somente no século XVI surgiram os tratados mais bem acabados do gênero, com as obras, sobretudo, de Erasmo de Rotterdam e Justo Lúpsio” (TIN, 2005, p. 49).

Erasmus (1466-1536), humanista de destaque no cenário intelectual da época, foi o principal nome dos manuais epistolares do século XVI, tendo escrito três deles: duas pequenas brochuras impressas em 1520 e 1521, respectivamente, e um tratado de mais de 400 páginas, o *Opus de conscribendis epistolis*, lançado em 1522 (TIN, 2005, p. 49). Mesmo sendo conhecedor dos tratados antigos, Erasmo não se prendeu a reproduzir o proposto pelos clássicos, mas sim se preocupou em atualizar ou reformar esse legado prévio (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 304). É certo que na teoria epistolar de Erasmo não há influência direta da *ars dictaminis* medieval, mas cabe notar que no tempo em que ele escreveu suas obras a *ars dictaminis* já estava em declínio (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 333). O sucesso da obra de Erasmo pode ser percebido no número de edições que teve: ao menos 55 entre 1522 e 1540 (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 375), provocando grande influência na epistolografia das décadas seguintes.

Não foi só na produção de manuais que o século XVI representou um período de consolidação, mas na própria criação epistolar em si. Castillo Gómez (2012, p. 609) entende que esse desenvolvimento da correspondência oficial e privada nos anos 1500 se deve ao aumento da alfabetização, unido a ampliação do número de escolas e ao crescente apreço da instrução como forma de ascensão social. Assim, um número maior de pessoas passou a ver a carta como instrumento que possibilitava a comunicação em momentos de separação física, como nas guerras ou emigrações, ou em situações de privação da liberdade, como prisões ou conventos (CASTILLO GÓMEZ, 2012, p. 609). Como exemplo do apogeu da correspondência no século XVI, o mesmo autor cita o comerciante espanhol Simón Ruiz (1525-1597), em cujo arquivo se conservam 56.721 cartas (54.378 recebidas e 2.343 enviadas).

Uma hipótese a ser levantada para justificar o crescimento da produção de cartas no século é o aumento das informações que passaram a circular, ocasionado pelo surgimento da imprensa. É possível que com mais informações disponíveis, circulando e sendo apropriadas, as pessoas alfabetizadas ou que tinham condições de se apropriar das informações escritas, tenham aumentado seu repertório de conhecimento e, conseqüentemente, de novos tópicos para dialogar, provocando um crescimento na comunicação epistolar³¹.

De igual modo, seguramente influenciou nesse aumento a expansão marítima europeia – sobretudo portuguesa e espanhola – ocorrida nos séculos XV e XVI, pois com novas

³¹ Este é um entendimento pessoal do autor da dissertação, sem base na literatura ou em estudos mais aprofundados.

colônias era normal que ocorresse grande troca de cartas entre colonizadores e os que permaneciam na Europa ansiando por informações das novas terras.

Neste último caso, teria facilitado a circulação das cartas entre continentes os avanços ocorridos nos serviços postais (correios). Castillo Gómez (2012, p. 610) cita como primórdio dos serviços postais modernos na Espanha a concessão do monopólio do correio no início do século XVI a Francisco de Tassis (1459-1517), que logo depois recebeu o cargo de Correio-mor da Espanha (*Correo mayor*). Em 1509 foi regulamentado o correio para os domínios americanos e posteriormente foram criados os cargos de Correio-mor das Índias (1514) e o da Nova Espanha (1580), possibilitando que no final do século boa parte do Império contasse com serviços postais. Voltado sobretudo ao envio de correspondência oficial, o correio colonial também foi utilizado por particulares (CASTILLO GÓMEZ, 2012, p. 610).

Em Portugal o ofício de Correio-mor do Reino foi criado em 1520, e a quem detivesse tal cargo cabia a exploração de todos os serviços postais em Portugal e suas colônias, com direito ao monopólio tanto do envio como do recebimento das correspondências. O preço era ajustado entre o interessado no serviço e o Correio-mor, que recebia pelo encargo (BARROS NETO, 2004, p. 22-23).

Sobre o período posterior a Erasmo, ainda que diversos outros manuais tenham sido publicados, Martin Baños (2005, p. 361) entende que ele não apresentou grandes novidades teóricas no campo da epistolografia, pois as principais obras epistolares greco-latinas que influenciaram a epistolografia do período já eram conhecidas antes de 1522. Por outro lado, há diferenças nos modos epistolares dos dois períodos, pois durante o século XVI a carta perdeu o lugar privilegiado que ocupava, havendo um retorno à retórica tradicional; isso se verificou principalmente no número de manuais retóricos produzidos, bem maior que os de artes epistolares (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 362-363).

O que pode ser apontado sem dúvida é que no período posterior às obras de Erasmo, ocorreu a consolidação e difusão das obras clássicas da teoria epistolar, pois ainda que algumas delas tenham sido redescobertas no século XV, uma maior divulgação ocorreu somente no século XVI. Foi o caso, por exemplo, do *De elocutione* de Demétrio, que foi publicado em 1508 por Aldo Manuzio, mas não foi citado por Erasmo em seu *Opus de conscribendis epistolis*, o que sugere que essa obra não era então conhecida por ele (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 367). A obra de Demétrio alcançou popularidade somente anos depois, o que é visível pelo número de edições que teve: entre 1542 e 1583 foram sete edições do texto grego; e a partir de 1540, foram dez edições latinas sem contar as reedições (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 369).

Com relação ao pensamento epistolar erasmiano, apesar de toda a influência que exercia (e continuou exercendo), acabou sofrendo com as perseguições que passaram a ser dirigidas às ideias do autor, sobretudo após a sua morte (1536) e nos países católicos: o papa Paulo IV chegou a incluir os escritos de Erasmo no *Index* de 1559, embora o *Opus* não tenha sido uma obra propriamente perseguida, por não tratar de matéria religiosa (MARTIN BAÑOS, 2005, p. 376-377).

Outros manuais importantes do período posterior a Erasmo são o *De conscribendis epistolis* (1534) do humanista espanhol Juan Luis Vives (1493-1540), amigo de Erasmo, e o *Epistolica institutio* (1591), do humanista flamengo Justus Lipsius (1547-1606).

Foi próximo a tal “cenário epistolar” que surgiu a Companhia de Jesus. Como se verá, os jesuítas tiveram práticas epistolares avançadas, propiciadas por uma época de renovação, mas é inegável que eles também continuaram ou restauraram concepções claramente medievais em sua epistolografia.

2.1 A epistolografia da Companhia de Jesus

A carta no interior da Companhia de Jesus não era, de modo algum, mero meio para troca de informações³². Em uma Ordem tão rigidamente organizada era esperado que o uso da carta se transformasse em meio eficaz para concretização dos trabalhos de apostolado religioso (e político). Isso, como é evidenciado no capítulo seguinte, não foi algo que tenha ocorrido por acaso ou por sorte; pelo contrário, o sucesso dessa rede epistolar é resultado de uma normatização bem elaborada para a escrita epistolar, somado à vontade dos membros da Companhia em cumpri-la. E não só as normas destinadas a esse fim instruíam os religiosos no fazer epistolar, mas também diversas cartas dos superiores continham passagens de referências metadiscursivas ao ato de escrever.

Para compreender a importância da carta para o funcionamento da Ordem jesuítica é preciso levar em conta que o seu fundador foi um prolífico escritor de cartas: são conhecidas 6.813 cartas de Inácio de Loyola³³. A título de comparação: de Erasmo são conhecidas 2.040 cartas (DUMEIGE, 1988, p. 6). Sobreviveram poucas cartas de Inácio do tempo anterior à sua eleição como primeiro Superior Geral da Companhia, conservando-se apenas 28 cartas do período entre 1524 a 1541 (DUMEIGE, 1988, p. 10), mostrando que a quase totalidade das

³² Embora sem desejar adentrar a fundo na questão, é preciso notar que mesmo sendo comumente denominada como carta e tendo todos os seus elementos característicos, em diversos momentos a escrita jesuítica adquire contornos de epístola (tendo como base os critérios de diferenciação de Deissmann, apresentados anteriormente).

³³ As cartas de Inácio foram publicadas em 12 volumes na coleção *Monumenta Historica Societatis Iesu*.

cartas escritas por Inácio foram oficiais, redigidas enquanto comandante da Ordem. Ainda assim, as poucas cartas conhecidas que são anteriores ao cargo de Superior sugerem em alguns trechos que Inácio escreveu e recebeu muitas outras cartas, mas que não foram conservadas. Um exemplo é o seguinte trecho da carta de Inácio ao Pe. João de Verdolay, de 24 de julho de 1537:

[...] Haverá dois anos que passei por essas partes e vos escrevi. Não recebi carta vossa nem notícias algumas até agora. Haverá três meses que Isabel Roser me informou de vossa saúde e magistério tão bom e correto. Dizia também que me tínheis escrito e que desejáveis muito notícias minhas [...] Para que estejais mais informado sobre mim e outros Irmãos meus em Cristo N. S. e para satisfazer ao que desejais saber, pensei escrever esta, um pouco mais longa, tendo por certo que vos será agradável receber notícias exatas (INÁCIO DE LOYOLA, 1988, p. 56).

Outro fato demonstrado por tais cartas é que antes da existência de regras próprias para a escrita epistolar, e mesmo antes que a Ordem fosse oficialmente aprovada pela Igreja, a carta já era um instrumento de comunicação que fazia parte do cotidiano de Inácio e seus companheiros. Dito de outro modo, eles estavam inseridos na tradição epistolar vigente até então. Isto é revelado na carta de Inácio a Dom Francisco Bandini (1500-1588), arcebispo de Siena, datada do final de agosto de 1540 (a bula de aprovação pontifícia dos jesuítas é de 27 de setembro de 1540):

[...] V. Sa. com muito esforço se digne satisfazer em nosso nome ao grande apreço que aí nos dedicam e à necessidade tão urgente que temos aqui de Pascásio e também de alguns outros que por aí andam espalhados. Oxalá os possamos trazer por causa da necessidade tão grande, como escrevi a V. Sa. dias antes de receber a sua: vai com esta uma cópia daquela, se por acaso não a tenha recebido [...] Entretanto o que está em Monte Pulciano estará aqui dentro de poucos dias, pois lhe escrevemos para passar a outra cidade e daí a Roma [...] Só com escrever a tão variadas regiões e países, para responder e entender-nos com os que estiverem neles, a saber, em Portugal, Índias, Espanha, Irlanda, Nápoles, Parma, Placência, Bréscia, Marca de Ancona, e com outras necessidades extraordinárias de escrever, um companheiro tem demasiado trabalho que fazer, nem pode ocupar-se em outra coisa. E a nenhuma destas partes pode escrever com brevidade, porque cada um quer, com razão, saber de todos, espalhados como estão em tão diversas terras (INÁCIO DE LOYOLA, 1988, p. 88-89).

O primeiro trecho corrobora o que já havia sido apontado pela citação anterior, que Inácio escreveu diversas outras cartas, ainda que não tenham sido conservadas. No segundo trecho, Inácio deixa transparecer como a Companhia já contava com uma rotina de trocas epistolares como instrumento do apostolado: um religioso que estava em uma localidade e

necessitava ser transferido para outra, foi informado através de uma carta. O terceiro trecho, certamente o mais impressionante, mostra a preocupação de Inácio em se comunicar com os jesuítas presentes nos mais diversos lugares³⁴. Mais do que receber informações sobre o andamento dos trabalhos desenvolvidos em diferentes localidades, ele (ou a Cúria jesuítica em Roma) necessitava repassá-las, pois o que estava em um lugar queria saber do que se passava no outro, revelando um embrião do que posteriormente seria a grande rede de informações epistolares que seria estabelecida pelos jesuítas.

Com isso, referir-se à carta jesuítica é referir-se a uma correspondência diferenciada. Isso porque o seu propósito não era o de ser uma mera conversa entre pessoas fisicamente distantes. Nem se pode vê-la, por outro lado, como uma carta oficial rotineira ou protocolar, a exemplo de outras existentes. Muito menos se pode pensar nelas como epístolas de conteúdo puramente religioso ou doutrinário. Por suas especificidades e até por certo pioneirismo (pelo fato de os jesuítas terem criado uma verdadeira rede de trocas epistolares), pode-se afirmar que a correspondência jesuítica é única, e em muitos aspectos se afasta dos modos epistolares vigentes naquele momento histórico.

Certamente na carta jesuítica também é possível extrair aqueles elementos básicos do conteúdo de uma carta: *quando?* (data), *onde?* (local), *a quem?* (destinatário), *o quê?* (conteúdo) e *por quem?* (autor). Contudo, cada um deles adquire uma dimensão diferente, devido aos propósitos particulares que essa carta possuía, e pelo fato delas serem reguladas pelas normas próprias da Companhia de Jesus. Como as normas epistolares são o tema do próximo capítulo, cabe aqui adentrar, mesmo que brevemente, em duas questões relevantes, dentre muitas que envolvem a carta jesuítica³⁵: a estruturação do seu discurso no modelo da *ars dictaminis* e o metadiscorso epistolar presente em suas cartas. Apesar de tais questões serem comuns ao universo epistolar jesuítico como um todo, os exemplos utilizados foram retirados em sua maior parte das cartas produzidas pelos missionários da América Portuguesa, sobretudo por uma maior facilidade de acesso aos textos.

³⁴ Aqui cabe notar que apesar de Inácio citar as “Índias”, na data em que esta carta foi escrita ainda não havia nenhum jesuíta fora da Europa. Após convite do rei Dom João III feito aos jesuítas para assumirem o trabalho de catequização nos territórios portugueses do Oriente, Francisco Xavier e Simão Rodrigues partiram de Roma para Lisboa em março de 1540, e o embarque de Xavier para as Índias se deu somente em 7 de abril de 1541. Impressiona então que, em agosto de 1540, Inácio já se preocupasse com as trocas epistolares de uma missão que na prática ainda não havia nem mesmo sido estabelecida.

³⁵ Pelo fato desta pesquisa estar focada nas normas jesuíticas de modo geral, optou-se por não abordar questões muito específicas, como o papel da escrita epistolar no cotidiano dos missionários do Brasil (ou de outras localidades), ou mesmo os temas mais abordados nas cartas, assuntos estes que contam com uma razoável quantidade de literatura. Um trabalho altamente recomendável sobre as cartas jesuíticas no Brasil é o de Ferro (1993), que também serve como uma excelente introdução à epistolografia jesuítica.

2.1.1 A estruturação do discurso na carta jesuítica

Mesmo que a carta dos jesuítas historicamente esteja dentro do período da Nova Epistolografia (BETTIOL, 2008, p. 26), a sua estrutura não seguia os padrões epistolares mais modernos. Diversos autores defendem que a carta jesuítica é estruturada de acordo com a *ars dictaminis* medieval. No Brasil, o primeiro a apontar esta característica, ao que parece, foi Hansen (1995). Outros estudos como os de Pécora (2001, 2008), Pécora e Cardoso (2012), Bettiol (2008) e Scabin (2010) se baseiam no estudo pioneiro de Hansen, ou em autores posteriores que nele se basearam.

Só pelo fato de a epistolografia jesuítica apresentar tal característica³⁶ não sustentaria, por exemplo, que ela tenha sido “atrasada” ou presa de todo a um *modus operandi* arcaico. Pelo contrário, ela apresentou diversas características inovadoras que podem ser observadas nas suas prescrições.

Ainda assim, é certo que em diversas cartas jesuíticas haja a presença da *ars dictaminis*. Para exemplificar tal estrutura, foi escolhida uma carta do então irmão e posteriormente padre José de Anchieta (1534-1597) ao Padre Geral Inácio de Loyola, datada de julho de 1554. É a mais antiga carta de Anchieta que se conserva, e na ocasião de sua escrita ele estava no Brasil há apenas um ano. Foi redigida em Piratininga, originalmente em espanhol, sua língua materna.

A primeira parte, a *salutatio* (saudação), é facilmente identificável:

Jesus Maria
A paz de Nosso Senhor Jesus Cristo esteja sempre em nossas almas. Amém
(ANCHIETA, 1984, p. 53).

Estudando as cartas do Pe. Manoel da Nóbrega (1517-1570), Pécora notou que a *salutatio* consiste na “aplicação de uma fórmula piedosa” (PÉCORA, 2001, p. 34), que pouco variava independente do destinatário. O mesmo pode-se dizer desta *salutatio* de Anchieta, que inicia a sua carta de modo devocional, reforçando as posições católicas tanto do autor como do destinatário.

A segunda parte, *captatio benevolentiae* (captação da benevolência), é aquela em que o autor procura a disposição favorável do leitor ao que apresentará a seguir. Dentre os diversos recursos utilizados por Nóbrega na captação da benevolência está o de trazer “para o

³⁶ Não é só nas cartas que os textos jesuíticos do período apresentam características medievais. Azevedo Filho (1966), por exemplo, defende que a poesia e o teatro de Anchieta apresentam traços basicamente medievais.

primeiro plano as dificuldades terríveis da missão” (PÉCORA, 2001, p. 36), sendo o mesmo recurso utilizado por Anchieta na carta analisada:

Todo este tempo que havemos estado aqui, nos mandaram de Portugal alguns dos meninos órfãos, aos quais tivemos e temos conosco, sustentando-os com muito trabalho e dificuldade. Isso nos moveu a que recolhêssemos aqui também alguns órfãos, principalmente dos mestiços da terra, assim para os amparar e ensinar, porquê é a mais perdida gente desta terra. E alguns piores que os mesmos índios [...] (ANCHIETA, 1984, p. 53).

Neste trecho, Anchieta inicia a narração do caso que permeia toda a carta, mas não o faz de modo ingênuo: ao começar apresentando as dificuldades do caso (o sustento e educação dos órfãos), ele ressalta a Inácio de Loyola a importância de que seu pedido (que está mais adiante) seja atendido. Este recurso sugere, ao menos ao que parece, querer sensibilizar emocionalmente o leitor.

A *narrativo* (narração), terceira parte, consiste no relato da situação ou dos ocorridos. Na carta de Anchieta, é possível observar uma divisão da *narratio* em três partes. A primeira, que segue diretamente a *captatio benevolentiae*, introduz ao tema resumindo a então situação dos órfãos (apresentados na parte anterior):

[...] e temos que é tão importante ganhar um destes como ganhar um índio, porque neles está muita parte da edificação ou destruição da terra, como também porque são línguas e intérpretes para nos ajudar na conversão dos gentios. E dentre eles os que fossem suficientes e tivessem boas partes recolhê-los por irmãos, e aos que não fossem tais dar-lhes vida por outra via. Quis agora Deus Nosso Senhor, por sua misericórdia, dar-nos a conhecer que não é gente de que se deva fazer caso para a conversão dos infiéis. Porque um deles, que era casado e outros dois, de que fazíamos alguma conta, tentados do espírito de fornicação, fugiram no mês de julho. Pôs-se logo muito cobro e diligência e apanharam-nos. Isso nos deu bem claro conhecimento deles (ANCHIETA, 1984, p. 53-54).

Anchieta mais do que narrar reflete sobre o caso apresentado: por mais que os missionários desejassem que os órfãos pudessem vir a ser úteis no contato com os índios, não o eram por conta de seus “maus hábitos”, a ponto de fugirem dos jesuítas. Em uma segunda parte, Anchieta narra o que seu Superior fez para resolver a situação desses órfãos um tanto “problemáticos”, sempre justificando as decisões tomadas ou os pontos de vista dos religiosos:

Pareceu por isso a nosso padre [o Superior, Pe. Manuel da Nóbrega], juntamente com os irmãos todos, a quem tudo comunicou, encomendando-o

a Nosso Senhor, que será grande serviço de Deus tê-los e criá-los na mesma conta que os índios. E, ao chegarem aos anos da discrição, mandá-los à Espanha, onde há menos inconvenientes e perigos para serem ruins, do que aqui, onde as mulheres andam nuas e não se sabem negar a ninguém, antes elas mesmas acometem e importunam aos homens, lançando-se com eles nas redes, porque têm por honra dormir com os cristãos. E assim quererá Nosso Senhor que daqui a oito ou nove anos, sendo eles o que devem e tendo as partes que se requerem para a Companhia, vindo a estas regiões, farão grande fruto nos gentios, o que agora não fazem porque não têm nenhuma autoridade entre eles (ANCHIETA, 1984, p. 54).

Nóbrega havia tomado a decisão de criar os órfãos juntamente com os índios, e posteriormente enviá-los à Europa, onde haveria menos “perigos espirituais”. Com isso, era esperado que eles entrassem na Companhia de Jesus e depois retornassem para atuar entre os indígenas. Mas o trabalho de educação desses órfãos não ficaria só com os jesuítas europeus. Pécora observou que as *narratio* das cartas de Nóbrega apresentavam, além do relato das situações, um “pensar as formas da intervenção jesuítica nessa situação dada, de modo a transformá-la” (PÉCORA, 2001, p. 39), o que também foi feito por Anchieta naquela que pode ser considerada a terceira parte da *narratio* da carta:

E da mesma forma, se se houvessem de fazer aqui casas da Companhia, seria bom que fizéssemos troca com os irmãos do Colégio de Coimbra, de maneira que nos mandassem para cá os mal dispostos de lá, contanto que tenham fundamento de virtude, os quais aqui sarariam com os trabalhos e bondade da terra, como temos experimentado nos enfermos que de lá vieram, e aprenderiam a língua dos índios. E daqui lhes enviaríamos destes mestiços, dos quais alguns que tivessem qualidades para ser irmãos, recolhessem nos colégios, e aos que não (as tivessem) colocassem nas casas dos órfãos, como agora se faz com alguns deles. E isto é grande serviço de Deus, porque estes (como já disse), se são ruins, destroem o edificado (ANCHIETA, 1984, p. 54).

Do mesmo modo que os “maus órfãos” do Brasil poderiam ser enviados para Portugal, os de lá poderiam ser destinados ao Brasil, e pela ação dos jesuítas tanto uns como outros poderiam ser transformados, de acordo com o que pensava Anchieta. Para a concretização total deste plano, que já havia sido iniciado pela iniciativa de Nóbrega, era necessária a mediação de Inácio junto às autoridades portuguesas, e é exatamente o que Anchieta pede na quarta parte da carta, a *petitio* (petição):

A superintendência sobre eles se devia ter pelos padres da Companhia, separadamente dos irmãos. E a resolução disto V.R. Paternidade, juntamente com o padre provincial, devia negociar com El-Rei, por ser grande honra de Deus e proveito de seu reino (ANCHIETA, 1984, p. 54-55).

Após esta parte, a carta é seguida por mais um parágrafo de *narratio*, em que Anchieta descreve outro fato, não relacionado à questão dos órfãos (diz a Inácio que um dos jesuítas havia acompanhado uma expedição em busca de ouro). Apesar de não estar relacionada ao tema principal da carta, não é de se estranhar que Anchieta e os outros jesuítas aproveitassem uma mesma carta para tratar de vários assuntos, pois eram grandes as dificuldades logísticas de envio e o longo tempo de correio à época, e mesmo a tradição epistolar anterior não parecia exigir que cada carta abordasse um único assunto. As regras do Anônimo de Bolonha, por exemplo, dizem que “uma Narração deve ser breve e clara para vantagem da causa do remetente”, mas admite que “algumas Narrações são simples, outras complexas. Uma Narração simples é a que compreende a exposição de somente uma matéria. Uma Narração complexa, é por outro lado, a que compreende a exposição de várias matérias” (ANÔNIMO DE BOLONHA, 2005, p. 99).

A carta é finalizada com a *conclusio* (conclusão), que apesar de poder assumir diversas facetas (cf. PÉCORA, 2001, p. 62-68), nesta carta em específico é relativamente curta:

[...] o mais que suceder, da Bahia se escreverá.
Do mês de julho de 1554, de Piratininga.
Por comissão do Reverendo em Cristo Padre Manuel da Nóbrega.
O mínimo da Companhia de Jesus,
José. (ANCHIETA, 1984, p. 55).

Anchieta encerra a carta alertando a Inácio que novos episódios seriam a ele relatados. Neste encerramento também deixa claro que escrevia a mando de seu superior, o Pe. Nóbrega. Na despedida final Anchieta utiliza uma fórmula de humildade, ao se declarar o “mínimo da Companhia”. Pécora notou que estes procedimentos são comuns nas cartas de Nóbrega e essas fórmulas são típicas da *captatio benevolentiae* (PÉCORA, 2001, p. 68). Por fim, também estão presentes os elementos esperados da conclusão de uma carta: a data e a assinatura.

Não está claro se a estruturação de acordo com a *ars dictaminis* era fruto de uma instrução dada pelos superiores, uma vez que as normas analisadas neste trabalho não apresentam nenhuma recomendação neste sentido. Ou mesmo se era algo não premeditado pelo autor das cartas. Só estudos mais aprofundados, e em um corpus maior e mais diversificado de correspondências que incluísse as de jesuítas de outras localidades, poderiam dar respostas mais concretas neste sentido. Apesar disso, não se pode ignorar que o uso da *ars*

dictaminis era o seguimento de uma tradição, se bem que já decaída no momento histórico do surgimento da Companhia de Jesus.

2.1.2 O metadiscorso epistolar

Outra característica constante na carta jesuítica são as referências ao próprio fazer epistolar, o que aqui é denominado *metadiscorso epistolar*. Na carta de Inácio de Loyola escrita em agosto de 1540, já comentada, ele se refere às trocas de cartas entre os religiosos de diversas localidades. É a carta falando sobre a carta, algo que aparece na correspondência jesuítica de diversos modos.

O primeiro deles é na forma de um *metadiscorso epistolar normativo ou prescritivo* no qual uma carta, ou um trecho dela, prescreve como a correspondência jesuítica deve ser escrita e circular. Esta forma foi encontrada principalmente nas cartas do próprio Inácio, nas de seu secretário (que escrevia em nome dele) e nas dos outros Superiores Gerais que vieram após Inácio, uma vez que todo o corpus normativo da Companhia era decidido na sede em Roma, cabendo aos superiores locais e missionários apenas a sua execução.

Os modos de escrever as cartas eram uma preocupação de Inácio já em 1542, como ele relata na carta ao Pe. Pedro Fabro (1506-1546), um dos fundadores da Companhia, de 10 de dezembro daquele ano. Ele se inquietava que algumas cartas enviadas a ele continham “coisas impertinentes”, o que não permitia que fossem mostradas a pessoas externas à Ordem em caso de necessidade. Frisa a Fabro que deveria haver uma “carta principal”, que pudesse ser vista por qualquer pessoa:

Assy por amor y reverencia de Dios N. S. pido, que en nuestro escribir nos ayamos como á sua divina bondad podamos más servir, y á los próximos más aprovechar; en la carta principal escribiendo lo que cada uno haze en sermones, confessiones, exercicios y en otras spiritulaes obras, según que Dios N. S. obrare por cada uno, como pueda ser á mayor edificación de los oydores ó lectores [...] (MONUMENTA IGNATIANA³⁷..., 1903, v. 1, p. 236)³⁸.

Mas nem só de coisas boas e agradáveis era composto o trabalho religioso do jesuíta. Inácio admite a ideia (e por sinal, bem antes da missão em terras brasileiras) que adversidades aconteceriam e também necessitariam ser relatadas. Para esses fins deveria haver outra carta,

³⁷ Será citada daqui em diante como MI, *Ep.I*. Este é o modo usual de se citar os documentos da coleção *Monumenta Historica Societatis Iesu*.

³⁸ “Assim por amor e reverência a Deus Nosso Senhor, peço, que no nosso escrever nos tenhamos como podemos mais servir à sua divina bondade, e para aos próximos aproveitar; na carta principal escrevendo o que cada um faz em sermões, confissões, exercícios e em outras obras espirituais, segundo o que Deus Nosso Senhor obrar por cada um, como pode ser para a maior edificação dos ouvintes ou leitores [...]” (MI, *Ep.I*, p. 236, tradução nossa).

uma espécie de anexo da carta principal, a *hijuela*³⁹, na qual deveriam constar “las otras particularidades inpertinentes para la carta principal, ó que no pueda edificar” (MI, *Ep.I*, p. 237)⁴⁰.

Em uma carta de 1547 dirigida a todos os jesuítas, o secretário de Inácio, Pe. Polanco⁴¹ dá as diretrizes que iriam orientar a escrita epistolar de toda a Companhia, tornando-se assim a primeira grande norma oficial para a escrita epistolar jesuítica⁴². Em outra carta do mesmo Polanco, dirigida ao Pe. Manoel da Nóbrega em 13 de agosto de 1553, é possível encontrar um exemplo de *metadiscorso epistolar normativo*. Indo além, ela tem como tema as informações que deveriam ser abordadas nas cartas dos missionários⁴³:

En las letras mostrables se dirá en cuántas partes ay residentia de los de la Compañía, cuántos ay en cada una, y en qué entienden, tocando lo que haze a edificación; asimesmo cómo andan vestidos, de qué es su comer y beber, y las camas en que duermen, y qué costa haze cada uno dellos. También, quanto a la región donde está, en qué clima, a cuántos grados, qué venzindad tiene la tierra, cómo andan vestidos, qué comen etc.; qué casas tienen, y cuántas, según se dize, y qué costumbres; cuántos christianos puede aver, cuántos gentiles o moros; y finalmente, como a otros por curiosidad se scriven muy particulares informaciones, así se scrivan a nuestro Padre, porque mejor sepa cómo se ha de proveer y también satisfacerse ha a muchos señores principales, devotos, que querían se scriviesse algo de lo que he dicho (MB, I, p. 520)⁴⁴.

³⁹ “Desde cedo, Inácio de Loyola tratou de normatizar a prática da escrita de cartas. Em 1541, instituiu a *hijuela* (adendo), espécie de carta menor, separada, destinada aos problemas e aos assuntos pessoais, que deveria acompanhar a carta maior, na qual se narrariam somente coisas edificantes. Resolvia-se assim o problema da divulgação: as cartas edificantes serviam para a difusão e a leitura coletiva em voz alta e as *hijuelas* eram provadas e pessoais, e não seriam lidas por pessoas de fora da Companhia” (HUE, 2006, p. 18).

⁴⁰ “as outras particularidades impertinentes para a carta principal, ou o que possa não edificar” (MI, *Ep.I*, p. 237, tradução nossa).

⁴¹ Juan Alfonso de Polanco nasceu em Burgos (Espanha) em 1517. Em 1541 fez Exercícios Espirituais em Roma, o que o fez decidir entrar na Companhia de Jesus, tendo sido ordenado sacerdote em 1546. Em março de 1547 foi chamado por Inácio de Loyola para assumir o cargo de Secretário da Ordem, cargo que desempenhou por 26 anos. Nesta função foi responsável pela organização do sistema de comunicação epistolar da Companhia. Em 1573 deixou o cargo de Secretário para assumir o de Historiador da Companhia, a partir do qual escreveu uma volumosa história da Companhia que abrange até o ano de 1556 (*Chronicon Societatis Iesu*). Faleceu em Roma em 1576 (cf. CASTRO VALDÉS, 2016, p. 21-38).

⁴² Esta carta é objeto de análise no próximo capítulo.

⁴³ Todas as referências à *Monumenta Brasiliae*, coletânea das cartas do Brasil organizada por Serafim Leite, serão feitas como MB, seguido do volume e da numeração da página.

⁴⁴ “Nas cartas mostráveis se dirá em quantas partes há residências da Companhia, quantos há em cada uma, e em que trabalham, tocando o que faz para a edificação; ademais, o que vestem, o que comem e bebem, as camas em que dormem, e o que custo tem cada um deles. Também, quanto a região onde estão: em que clima, quantos graus, qual vizinhança tem a terra, como se vestem, o que comem etc., que casas têm, e quantas, segundo se diz, e que costumes; quantos cristãos podem haver, quantos gentis ou mouros; e finalmente, como a outros por curiosidade se escrevem muitas informações particulares, assim se escreva ao nosso Padre, para que melhor saiba como se há de prover e também satisfazer a muitos senhores principais, devotos, que desejavam que se escrevesse algo do que falei” (MB, I, p. 520, tradução nossa).

O que não poderia ser abordado nesta que seria a carta principal, deveria ir na *hijuela*, mas nenhuma informação deveria ser omitida:

Y si ubiese alguna cosa que no diesse aquella edificación, siendo scrita en modo que se entendiese bien, no se dexe de scriver, pero en letras de aparte. Finalmente nuestro Padre, como querría no faltar en proveer de lo que conviene, así no querría que se faltasse de allá en informarle por menudo de lo que importa se sepa (MB, I, p. 520)⁴⁵.

Com tais cartas, Polanco (que escrevia em nome do Geral) não só se comunicava através delas, mas as utilizava para dar normativas que deveriam ser seguidas pelos destinatários, adquirindo tais cartas a função de documentos oficiais da Ordem.

Há também ocorrências do metadiscorso epistolar normativo em outras cartas de Inácio de Loyola e dos Superiores Gerais que se seguiram. Este tipo de instrução é sempre dirigido aos provinciais, sejam os do Brasil ou os de Portugal. É o caso da carta do Pe. Inácio de Loyola ao Pe. Manoel da Nóbrega, de 18 de julho de 1553, que especifica o que deveria ser escrito a Roma:

No otro por ésta, sino que V. R. tenga forma de scriver y hazer que los suyos scrivan a Roma (ultra de lo que querrán scriver a Portugal), no solamente de cosas de edificación, pero lo demás también, que conviene que sepa el Prepósito General; y las letras de edificación no contengan otros negocios. Vengan de por si (MB, I, p. 513)⁴⁶.

Outras questões que poderiam ser normatizadas se referiam aos modos como as cartas deveriam circular. Por exemplo, quem poderia abri-las e lê-las. A carta do Pe. Francisco de Borja (1510-1572), 3º Geral da Companhia, ao Pe. Leão Henriques (ca. 1524-1589), Provincial de Portugal, de 12 de dezembro de 1565, aborda exatamente isto – o Provincial de Portugal poderia abrir todas as cartas remetidas das missões, com exceção das que tivessem o código *solí*, ou seja, que eram dirigidas somente a uma pessoa, quase sempre ao Geral:

No me alargo más en ésta, solamente diré que las letras que desde acá se embían, de la Índia y Brasil, se pueden hay ver por V. R., salvo las que van

⁴⁵ “E se houvesse alguma coisa que não desse àquela edificação, sendo escrita em modo que se entendesse bem, não se deixe de escrever, mas [o faça] em cartas à parte. Finalmente, o nosso Padre, como não gostaria de faltar em prover o que se convém, assim, não gostaria que faltassem daí em informá-lo frequentemente do que importa que se saiba” (MB, I, p. 520, tradução nossa).

⁴⁶ “Não outro por esta, mas sim que Vossa Reverendíssima tenha forma de escrever e fazer com que os seus escrevam a Roma (além do que desejarem escrever a Portugal), não somente de coisas de edificação, mas também o demais que convém que saiba o Prepósito Geral; e as cartas de edificação não contenham outros assuntos. Venham por si” (MB, I, p. 513, tradução nossa).

soli; y assi las que de aquellas Províncias vendrán, las podrá V. R. abrir, si no vienen soli, porque essas tales cerradas se harán de embiar a quien van (MB, IV, p. 286-287)⁴⁷.

Em outra do Pe. Francisco de Borja, esta direcionada ao Visitador⁴⁸ do Brasil, Pe. Inácio de Azevedo (1527-1570), datada de 30 de janeiro de 1567, o Geral especifica, além do que Azevedo deveria escrever, também a frequência da correspondência:

Deseo tener particular relación del viaje, salud y exercitios spirituales y corporales, y cómo ha provado la tierra del Brasil, si le es propicia etc. Asimesmo, cómo ha hallado los Padres, porque tenemos menos vezes nuevas de ellos de las que queríamos. No se deven contentar con escribir una vez al ano, pues ay más vezes commodidad, y tanpoco se contenten con escribir a Portugal; antes, de lo que allá se pide, me avisen a mí por sus cartas, de modo que tenga yo notitia de lo que ha menester, subiectos etc, para que entienda si son bien proveydos, y si se pueden ayudar también de otras partes.

También es razón distintamente nos escriban, para tener mayor luz por el bien universal y particular de la Compania en esas partes, en quantos lugares están repartidos los nuestros, que Capitanias y Aldeas tienen, quantos en cada una, quan ocupados en ellas. De que se vive en cada una; si de limosna o de la renta que para los Collegios Su Alteza ha dado; y quando se tomare asiento para estar en alguna nueva Capitanía, también se me escriba (MB, IV, p. 376)⁴⁹.

Em outra carta de 26 de janeiro de 1566, o Pe. Francisco de Borja solicita ao Pe. Luís da Grã (1523-1609), Provincial do Brasil, que siga a *Formula scribendi* na escrita de cartas, regra epistolar oficial, além de determinar outras questões práticas:

Olgaré que V. R. guarde la forma del scrivir que a todas partes se ha enviado, que allá también se le embiará, y aunque de cosas particulares scrivan lo que quisieren a Portugal, en lo que toca al gobierno enderézense a

⁴⁷ “Não me alargarei mais nesta [carta], somente direi que as cartas que daqui se enviam, as da Índia e do Brasil, podem ser vistas por Vossa Reverendíssima, salvo as que vão o *soli*; e assim as que daquelas Províncias virão, poderá Vossa Reverendíssima abrir, se não contêm o *soli*, porque essas tais cartas fechadas se fará enviar a quem se destinam” (MB, IV, p. 286-287, tradução nossa).

⁴⁸ “Visitador (Visit.): officio extraordinário, criado mais ou menos frequentemente pelos Padres Gerais para remediar situações difíceis. Os poderes e a missão do Visitador são definidos segundo as circunstâncias [...]” (GRAMATOWSKI, 1992, p. 20, tradução nossa).

⁴⁹ “Desejo ter particular relação da viagem, saúde e exercícios espirituais e corporais, e como sentiu a terra do Brasil, se te é propícia etc. Assim mesmo, como encontrou aos padres, pois temos novidades deles menos vezes do que gostaríamos. Não se deve contentar em escrever uma vez ao ano, pois há comodidade em mais vezes; tampouco se contentem em escrever a Portugal; antes, do que de lá se pede, avisem a mim por suas cartas, de modo que tenha eu notícia do que é necessário, dos sujeitos, etc., para que entenda se estão bem providos, e se podem ajudar também de outras partes. Também é razão, distintamente nos escrevam, para ter maior luz pelo bem universal e particular da Companhia nessas partes, em quantos lugares estão repartidos os nossos, que capitanias e aldeias têm, quanto há em cada uma, quão ocupados nelas. Do que se vive em cada uma: se de donativos ou de renda dada por Sua Alteza aos colégios; e quando acertarem de estar em alguma nova capitania também me escrevam” (MB, IV, p. 376, tradução nossa).

mí los sobrescriptos, y aunque en Portugal los podrán abrir (en fuera de los que dicen soli en los sobrescriptos, que estos andrán serrados), embiaránmelos a luego junto con su parecer, y entretanto que fuere mi respuesta, si la cosa levare priessa, no dexarán de hazer luego las diligencias convenientes, ni tanpoco de responder, si se partiese la armada (MB, IV, p. 292-293)⁵⁰.

Um segundo modo de referenciação às práticas epistolares se dá na forma de um *metadiscurso epistolar descritivo ou narrativo*, na qual, diferentemente do anterior, as citações ao fazer epistolar não se dão de modo a prescrever regras para a sua escrita, mas descrevem ou comentam os modos como as cartas influenciavam ou como eram utilizadas no cotidiano dos missionários. Foi possível extrair ao menos cinco temáticas ou subtópicos nos trechos das cartas relativos a este metadiscurso:

a) referências ao ato de escrever:

Nesses trechos, o jesuíta se refere ao próprio ato de escrever. Incluem-se aqui todas as referências a cartas escritas anteriormente ou que ainda seriam escritas, além dos pedidos de novas informações sobre o ambiente missionário, os motivos que levaram a escrever e os conteúdos das cartas; em outras palavras, todo o processo de sua produção. Exemplos:

En estas cosas, que aqui scrivo, no cuento sino la suma, porque me parece que Joseph a de scrivir largo (MB, II, p. 49)⁵¹. [Carta do Pe. Brás Lourenço aos padres e irmãos de Coimbra, 26 de março de 1554]

Aunque lo que nuestro Señor se dignó obrar acá estos 4 meses se tiene suficientemente scrito, por las cartas particulares de los collegios y casa, todavia pareceo necessário anadir algo y avisar a V. Paternidad lo mucho que el Rey con la sólita liberalidad tiene concedido este ano a la Companía en las Yndias (MB, II, p. 61)⁵². [Carta do Pe. António de Quadros ao Pe. Inácio de Loyola, 8 de junho de 1554]

⁵⁰ “Rogarei que Vossa Reverendíssima guarde a forma de escrever que a todas as partes se enviou, que até aí também se enviará, e embora escrevam a Portugal o que quiserem sobre coisas particulares, no que toca ao governo, enderecem a mim os envelopes. E ainda que em Portugal poderão abri-los (afora os que dizem *soli* no envelope, que deverão ir fechados), os enviarão logo junto com o seu parecer, entretanto que fosse minha resposta, se a coisa exige pressa, não deixarão de tomar logo as providências convenientes, nem tampouco de responder, se partisse a armada” (MB, IV, p. 292-293, tradução nossa).

⁵¹ “Nestas coisas que aqui escrevo não conto senão o principal, porque, me parece, que José escreverá mais” (MB, II, p. 49, tradução nossa).

⁵² “Ainda que o que Nosso Senhor se dignou operar aqui nestes 4 meses foi suficientemente escrito através das cartas particulares dos colégios e casas, pareceu, contudo, necessário adicionar algo e avisar a Vossa Paternidade o muito que o rei com sólida liberalidade tem concedido este ano a Companhia nas Índias” (MB, II, p. 61, tradução nossa).

Julgo que na outra carta ficou explicado suficientemente o que se passa nestes lugares e sobretudo nesta nova povoação de cristãos. Mas, julgando que é pouco conhecido de V. R. Paternidade como vai cada uma das coisas que se fazem aqui onde estamos, e levados também pela carta de V. R. Paternidade, há pouco recebida, procuraremos informá-lo de tudo aquilo que escreve ser-lhe necessário conhecer, ainda que há-de ter melhor e mais clara notícia pelo P. Leonardo, que partiu de cá para aí há poucos dias (MB, II, p. 101). [Carta do Ir. José de Anchieta ao Pe. Inácio de Loyola, 1 de setembro de 1554]

Por estotra embarcación se escribió a Portugal una general de nuevas de lo que el Señor se avía dignado de obrar por los de la Compañía, desde el Setiembre passado hasta el postrero de Julho de 1559, y fué dirigida al Padre Provincial Miguel de Torres porque hasta aquel tiempo no sabíamos que N. Señor nos avia dado por Padre General a V. P. Agora, pues somos ya ciertos dello, haremos relación de lo que después acá ha sucedido (MB, III, p. 129-130)⁵³. [Carta do Pe. António Blazquez por comissão do Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Diego Laynes, 10 de setembro de 1559]

Por una [carta] de V. R. de XI de Octubre entendi cómo nuestro Padre General ordenava que uviesse en Roma un Procurador General, que superintenda en los negocios de toda la Compañía en aquella Curia, y que, como este ha de ser Religioso y no conviene que ande por los tribunales, ha de ter un substituto forastero, persona de calidad, al qual se deve dar hasta ochenta o cien ducados de salario [...] (MB, IV, p. 116)⁵⁴. [Carta do Pe. Diego Mirón ao Pe. Antonio Araoz, 13 de dezembro de 1564]

Suas cartas tomarão o Pe. Luis da Grã daqui fora, porque estava em Sam João e lá há-de estar até à festa de Sam Tiago e ainda mais porque vai povoar o Bom Jesu, e por iso não sei o que responderá a suas cartas (MB, IV, p. 262). [Carta do Pe. António Pires ao Pe. Luís Rodrigues, 17 de julho de 1565]

Del Brasil se tiene acá poca información, scribirse ha al Provincial que se use para delante diligencia en esta parte, y si ay sabe V. R. que aya alguna cosa del Brasil, que emporte para tener acá la información que conviene de aquella Província, la haga embiar (MB, IV, p. 286)⁵⁵. [Carta do Pe. Francisco de Borja ao Pe. Leão Henriques, 12 de dezembro de 1565]

⁵³ “Por esta outra embarcação se escreveu a Portugal uma geral de novas do que o Senhor havia se dignado obrar pelos da Companhia, desde setembro passado até o último de julho de 1559, e foi dirigida ao padre provincial, Miguel de Torres, porque até aquele tempo não sabíamos que Nosso Senhor nos havia dado por Padre Geral a Vossa Paternidade. Agora que estamos já certos disto, faremos uma relação do que aconteceu depois por aqui” (MB, III, p. 129-130, tradução nossa).

⁵⁴ “Por uma [carta] de Vossa Reverendíssima de 11 de outubro, entendi como nosso Padre Geral ordenava que houvesse em Roma um Procurador Geral, que administre os negócios de toda a Companhia naquela cúria, e que, como este há de ser religioso e não convém que ande pelos tribunais; há de ter um substituto de fora, pessoa de qualidade, ao qual se deve dar até oitenta ou cem ducados de salário [...]” (MB, IV, p. 116, tradução nossa).

⁵⁵ “Do Brasil tem-se aqui pouca informação, se escreverá ao Provincial para que use daqui em diante mais cuidado nesta parte; e caso saiba Vossa Reverendíssima que haja alguma coisa do Brasil, que se importe para ter aqui a informação que convém daquela Província, faça-a enviar” (MB, IV, p. 286, tradução nossa).

Nestes exemplos fica evidente o papel do jesuíta como autor de relatos e produtor de informações. Ainda assim, por mais que cada carta apresente também a experiência e a vivência do seu autor, o relato é altamente institucional: a narração é de um trabalho missionário da Companhia de Jesus e não da vida pessoal do autor da carta.

b) referências ao processo de circulação da carta:

Há também diversas menções ao processo de circulação da carta. São frequentes tópicos como quantidade de vias ou cópias que deveriam ser feitas, a quem deveriam ser entregues, a expedição e o transporte (sobretudo através dos navios), os valores envolvidos no envio e as perdas e extravios de cartas. Neste subtópico se evidencia a carta em sua materialidade, como documento físico que adquire sentido quando circula entre as pessoas. Note-se nos exemplos:

Con esta va también una copia de unas cartas del Obispo que nos escrivió acá (MB, II, p. 31)⁵⁶. [Carta do Pe. Diego Mirón ao Pe. Inácio de Loyola, 17 de março de 1554]

Del Brasil vino aora un navio, el qual nos truxo cartas del P. Navarro y Ambrósio Perez - y Blásquez, cuyas copias van con esta.

Del P. Nóbrega sólo recebi una carta que avia un ano que era hecha, cuya copia también va con esta. Parece, según veo, que aún no tenía recebido las cartas de V. P. en que le dava cargo de Provincial y le mandava hazer profission, ni tampoco las nuestras de acá, en que le dava aviso de cómo el Rey y el Cardenal determinavan principiar un collegio allá en la Ciudad del Salvador, adonde está el Obispo e el Governador, al qual avian scripto ya que prooviesse de lo necessario. Spero en N. S. que todo se cumplirá quando recibiere las cartas (MB, II, p. 125)⁵⁷. [Carta do Pe. Diego Mirón ao Pe. Inácio de Loyola, 17 de setembro de 1554]

Después que de aqui partió Thomé de Sosa, por quien screví de nuestra llegada a esta tierra, nunca más de aqui partió navio para ese Reyno por quien pudiese screvir, y para más ayuda los navios que partieron de los Illeos, por los quales yvan las cartas de esta Baia, tornaron a arribar, ni de Portugal vino navio, sino esta nao en que venía Simón de la Gama, por la

⁵⁶ “Com esta vai também uma cópia de umas cartas do bispo, que nos escreveu aqui” (MB, II, p. 31, tradução nossa).

⁵⁷ “Do Brasil veio agora um navio, o qual nos trouxe cartas dos padres Navarro e Ambrósio Perez, e Blásquez, cujas cópias vão com esta. Do Pe. Nóbrega só recebi uma carta que havia um ano que era feita, cuja cópia também vai com esta. Parece, segundo vejo, que ainda não tinha recebido as cartas de Vossa Paternidade em que lhe dava o cargo de Provincial e o mandava fazer profissão, nem tampouco as nossas daqui, em que eu o avisava de como o rei e o cardeal determinavam iniciar um colégio lá na cidade de Salvador, onde está o bispo e o governador, ao qual já haviam escrito que provesse o necessário. Espero em Nosso Senhor que tudo se cumprirá quando receber as cartas” (MB, II, p. 125, tradução nossa).

qual tuvimos cartas y dimos gracias al Senor, que tanto multiplica las mercedes que a la Compañía haze. Bendicto sea él que nos quiso consolar con tan felices nuevas, como son las que scriven de Roma y d'Espanña, principalmente con las que de Portugal tuvimos, que no sé yo otras que mayor Consolación me den en todo tiempo en todo lugar, que saber con cuánto fervor y devoción caminan para Dios, subiendo de virtud en virtud. (MB, II, p. 141-142)⁵⁸. [Carta do Pe. Luís da Grã ao P. Diego Mirón, 27 de dezembro de 1554]

Quanto a los portes nos parecia que en Roma se tuviesse cuenta con los que se pagaren por las cartas que se recibieren de cada Provincia, porque cada una pague los suyos, y en esto no parece que puede aver dificultad alguna, antes con este modo los que embían las cartas procurarán embiárlas por vías que o no les lleven portes o costen poco, como de acá se haze, que se embían las cartas quasi todas en los envoltorios del Rey, o del embaxador, o de otros amigos, y, iendo más seguras assí, no pagan porte; sólo cremos que lo pagan las que embiamos por correos de Castilla; y esto también es mejor para las Provincias que están más cerca, porque los portes dellas deven importar menos (MB, IV, p. 119)⁵⁹. [Carta do Pe. Diego Mirón ao Pe. Antonio Araoz, 13 de dezembro de 1564]

[...] Esta carta rompa V. R. por o perigo que correm cartas ou a queime, por que eu escrevo muitas cousas destas por estoutra via (MB, IV, p. 263). [Carta do Pe. António Pires ao Pe. Luís Rodrigues, 17 de julho de 1565]

En una nave, que de aqui partió el mes de Novembre passado con hato de diversas personas para essa ciudad, embiávamos un caxón con algunas cosas, y entre ellas ivan algunas cartas del Brasil y informaciones largas que importavan; y, porque la nave se perdió y, como agora emos sabido, aunque se cobró el caxón lo que en el iva no está para servir, porque estuvo algunos dias debaxo del agoa, diré en ésta la summa de lo que me parece que iva en las dichas cartas y informaciones⁶⁰ (MB, IV, p. 298). [Carta do Pe. Leão Henriques ao Pe. Francisco de Borja, 4 de fevereiro de 1566]

⁵⁸ “Depois que daqui partiu Tomé de Sousa, por quem escrevi de nossa chegada a esta terra, nunca mais daqui partiu navio para esse Reino por quem eu pudesse escrever; e para mais ajuda, os navios que partiram de Ilhéus, pelos quais iam as cartas desta Bahia, voltaram a chegar, nem de Portugal veio navio, somente a nau em que vinha Simão da Gama, pela qual tivemos cartas e demos graças ao Senhor, que tanto multiplica as graças que a Companhia faz. Bendito seja ele que nos quis consolar com tão felizes novas, como são as que escrevem de Roma e da Espanha, principalmente com as que tivemos de Portugal, que não sei eu de outras que deem maior consolação em todo tempo e em todo o lugar, que saber com quanto fervor e devoção caminham para Deus, subindo de virtude em virtude” (MB, II, p. 141-142, tradução nossa).

⁵⁹ “Quanto aos portes nos parecia que em Roma se tivesse conta com o que se paga pelas cartas que se receberem de cada Província, para que cada uma pague os seus, e nisto não parece que possa haver dificuldade alguma, antes, com este modo, os que enviam as cartas procurarão enviá-las por vias que ou não levem portes ou custem pouco, como aqui se faz, que se enviam as cartas quase todas nos pacotes do rei, ou do embaixador, o de outros amigos, e indo mais seguras desta forma, não pagam porte; cremos que só pagam as que enviamos pelo correio de Castela; e isto também é melhor para as Províncias que estão mais próximas, pois os portes delas devem custar menos” (MB, IV, p. 119, tradução nossa).

⁶⁰ “Em um navio que partiu daqui no mês de novembro passado com um grupo de diversas pessoas para essa cidade, enviávamos uma caixa com algumas coisas, e entre elas iam algumas cartas do Brasil e grandes informações que importavam; e, porque o navio se perdeu como soubemos agora, embora se cobrou a caixa em que ia, não serve mais, pois estive alguns dias debaixo d’água. Direi então nesta [carta] o resumo do que me parece que ia nas ditas cartas e informações” (MB, IV, p. 298, tradução nossa).

Emos sabido que es prohibido con grandes penas llevar cartas de navegar para fuera del Reyno, por esso no se embía la sobre que escrivió el Pe. Maestro Juan de Polanco con esta condición [...] Aqui en esta Província se siente mucha carga con copiar cartas y essas otras para la Índia, Brasil, y para otras partes; aliviarse hía dalguna manera, si V. P. ordenasse que cada Collegio embiasse cinco o seis copias de las cartas de edificación que se an de scrivir cad[a] año para el Brasil y Índia, porque tantas y aún más son menester [...] Con esta irá la copia de una del Brasil, y otra própria, otras vias destas y aún de muchas más se embiavan con la nave que se perdió, y no me acuerdo si fueron también por tierra, y éstas solas nos quedaron acá (MB, IV, p. 306-307)⁶¹. [Carta do Pe. Leão Henriques ao Pe. Francisco de Borja, 15 de fevereiro de 1566]

De la Índia nos hazen instancia que les embiemos las cartas todas por quatro ou cinco vias, porque algunas vezes acaece que ninguna de las tres, que ordinariamente se les embían, llega allá; y es gran desconsolación para ellos. Aqui en esta Provincia con otras escrituras, muchas y continuas que ay, no se pueden hazer aun las tres vias; ellos y nosotros terníamos por muy cómodo y de gran fructo de la Companía de aquellas partes tan remotas y de las del Brasil, que casi es la misma razón, si V. P. ordenasse que cada Collegio embiasse todas las vias, que son menester, aunque acá se pagasse el porte delias, e parece que la una que se embía para la Índia y otra para el Brasil y esta Provincia, raramente podrá llegar aquellas partes por los muchos peligros de perderse que passan (MB, IV, p. 348)⁶². [Carta do Pe. Leão Henriques ao Pe. Francisco de Borja, 26 de junho de 1566]

Para la Índia y Brasil parece muy necessario que se embien las cartas de año por tantas vias, que puedan allá llegar; y, aunque les coste a ellos porte, les será muy grato, por la gran Consolación que reciben con ellas; y avísannos de la Índia que se las embiemos por quatro vias, porque iendo por tres acaece no llegar allá ninguna. Por aqui juzgará V. P. cuánto peligro passan de nunca verlas, si no se embía más de una, máxime, aviendo de correr toda la Provincia; y aunque no se pierda, quando acaba de dar la buelta, ya viene rota y muy maltratada; pues copiarias aqui es cosa que parece imposible por la muchedumbre de copias que se scriven (MB, IV, p. 353)⁶³. [Carta do Pe. Leão Henriques ao Pe. Francisco de Borja, 30 de julho de 1566]

⁶¹ “Soubemos que é proibido, com grandes penas, levar cartas de navegar para fora do Reino, por isso não se envia a que escreveu o Pe. Mestre Juan de Polanco com esta condição [...] Aqui nesta Província se sente muito a carga de copiar cartas e essas outras para a Índia, Brasil, e para outras partes; aliviaria de alguma maneira, se Vossa Paternidade ordenasse que cada colégio enviasse cinco ou seis cópias das cartas de edificação que se escreverão cada ano para o Brasil e Índia, porque tantas e ainda mais são necessárias [...] Com esta irá a cópia de uma do Brasil, e outra própria, outras vias destas e ainda de muitas mais se enviavam com o navio que se perdeu, e não me recorde se foram também por terra, e só estas nos restaram aqui” (MB, IV, p. 306-307, tradução nossa).

⁶² “Da Índia nos fazem instância que enviamos a eles as cartas todas por quatro ou cinco vias, porque algumas vezes ocorre que nenhuma das três que originalmente se enviam chega lá, e é grande desconsolação para eles. Aqui nesta Província, com outras escrituras – muitas e contínuas que há – não se pode fazer ainda as três vias; eles e nós teríamos por muito cómodo e de grande fruto para a Companhia daquelas partes tão remotas e das do Brasil, que quase é a mesma razão, que Vossa Paternidade ordenasse que cada colégio enviasse todas as vias, que são necessárias, embora aqui se pagasse o porte delas, e parece que uma que se envia para a Índia e outra para o Brasil e esta Província, raramente poderá chegar àquelas partes pelos muitos perigos de perderem-se que passam” (MB, IV, p. 348, tradução nossa).

⁶³ “Para a Índia e Brasil parece muito necessário que se enviem as cartas de ano por tantas vias, que se possa lá chegar, e ainda que custe porte, será a eles de muita gratificação, pela grande consolação que recebem com elas; e nos avisam da Índia que as enviamos por quatro vias, porque indo por três acontece de não lá chegar nenhuma.

Os exemplos revelam, sobretudo, a grande preocupação com a possibilidade de perdas e extravios das cartas. Isso explica o grande número de cópias ou vias que se mandava enviar.

c) referências ao papel consolador/edificador da carta:

Para a Companhia de Jesus a carta deveria provocar em seus leitores um espírito de consolação e edificação. Para os religiosos que estavam em uma localidade ou missão com dificuldades, ler que coisas semelhantes aconteciam com companheiros de outros locais, mas que mesmo assim não desistiam ou perdiam a fé, levava uma mensagem de conforto e esperança (daí a expressão “cartas de edificação”). Exemplos:

Después que desa sancta casa parti, Charísimos, nunca más oí nuevas suias, cosa que en estas tierras tan remotas causa mucha Consolación, principalmente para mí, que tanto en mi alma os tengo. Y secundariamente me causa estos deseos estar solo sin mis conpanneros y sin lo Padre ni Hermano con que me pueda consolar, y estaremos tan remotos que más presto puedo oír nuevas de allá que de los de aquí, por causa de las mociones que cursan medio año de un cabo, y medio del otro, de manera que de 7 ó de 8 en 8 meses tenemos nuevas unos de otros, y aun si acierta a venir algun navio; lo qual es para mi mui gran desconsolación. Quiseles scrivir esto para que de sus charidades y consolaciones partan con este desconsolado, y no quieran ser conmigo como yo era con los que aquí andavan, que no me podia acomodar a les scrivir quando allá estava (MB, II, p. 39)⁶⁴. [Carta do Pe. Brás Lourenço aos padres e irmãos de Coimbra, 26 de março de 1554]

Tengo experimentado las cartas de los Hermanos ser un pan de mucha sustancia y un fuego que mucho calienta a los friorentos, y causar mucho ánimo y confiança a los desconfiados, e tienen otras muchas virtudes. Y esto tengo por muy averiguado porque ya me aconteció hallar en cartas brasas vivas no esperando de las hallar en ellas. Y pues que en ellas se halla tanto

Por aqui julgará Vossa Paternidade quanto perigo passam de nunca as ver, se não se enviam mais de uma, principalmente se tiver de correr toda a Província; e ainda que não se perda, quando termina de dar a volta, já vem rasgada e muito maltratada; pois copiá-las aqui é coisa que parece impossível pela multidão de cópias que se escrevem” (MB, IV, p. 353, tradução nossa).

⁶⁴ “Depois que dessa santa casa parti, caríssimos, nunca mais ouvi novas suas, coisa que nestas terras tão remotas causa muita consolação, principalmente para mim, que tanto na minha alma vos tenho. E segundamente, me causa estes desejos de estar só sem meus companheiros e sem padre ou irmão com que me possa consolar, e estaremos tão distantes que mais cedo posso ouvir novas de lá que dos de cá, por causa das moções que cursam meio ano de um cabo, e meio do outro, de maneira que 7 ou de 8 em 8 meses temos novas uns dos outros, e ainda se acerta a vir algum navio, o qual é para mim muito grande desconsolação. Quis escrever isto a vós para que suas caridades e consolações partam com este desconsolado, e não queiram ser comigo como eu era com os que aqui andavam, que não me podia dispor a escrever-lhes quando lá estava” (MB, II, p. 39, tradução nossa).

bien, no devríamos de faltar con ellas unos a otros (MB, II, p. 65)⁶⁵. [Carta do Ir. Pero Correia ao Pe. Brás Lourenço, 18 de julho de 1554]

Recebimos las de V. P., las cuales oymos con tanta alegria de spíritu como venidas del trono de la Magestad Divina, como en la verdad venían tan sabrosas palabras que el Spíritu Sancto Paraclete nos embiava por manos de V. P. para consolación destes hijos de la Compañía desterrado[s] en estas partes por su amor [...] (MB, III, p. 114)⁶⁶. [Carta do Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Diego Laynes, 30 de julho de 1559]

Consolónos también el Spíritu Santo en su casa y en su misma víspera con las cartas, que recebimos aquella noche, de Portugal, porque segundo mi estimativa serían dos oras después de la media noche quando por casa entró el que las traya; no cabían los Hermanos de contentamiento y plazer, viendo lo mucho que el Señor se dignava de obrar en sus criaturas por medio de los de la Compañía en tantas y tan diversas partes del mundo (MB, IV, p. 61-62)⁶⁷. [Carta do Pe. António Blazquéz ao Pe. Diego Mirón, 31 de maio de 1564]

As cartas de edificação possuíam um objetivo fortemente espiritual e não era em vão que seu conteúdo fosse bastante regulado, como fica claro nas normas epistolares. Quando se pensa que tais cartas poderiam ser mostradas para pessoas externas à Ordem, as razões de tal controle se tornam mais fáceis de compreender. Nos trechos acima, os religiosos deixavam transparecer a influência que a leitura provocava em seus ânimos, apontando que eles também experimentavam o papel consolador/edificador das cartas dos próprios companheiros.

d) referências à prática de mostrar as cartas ao público externo:

Algumas vezes aparecem comentários ao ato de mostrar ou repassar as cartas escritas pelos religiosos para pessoas que não pertenciam à Ordem. Isso porque a Companhia entendia que todos poderiam se beneficiar do papel edificador das cartas, e não só os seus membros. Note-se os exemplos:

⁶⁵ “Tenho experimentado ser as cartas dos irmãos um grande pão de muita sustância e um fogo que muito aquece aos friorentos, e causa muito ânimo e confiança aos desconfiados, e têm outras muitas virtudes. E isto tenho por muito averiguado porque já me aconteceu achar nas cartas brasas vivas não esperando de as achar nelas. E pois que nelas acha tanto bem, não deveríamos faltar com elas uns a outros” (MB, IV, p. 65, tradução nossa).

⁶⁶ “Recebemos as Vossa Paternidade, as quais ouvimos com tanta alegria de espírito como vindas do trono da majestade divina, como na verdade vinham tão saborosas palavras que o Espírito Santo Paráclito nos enviava pelas mãos de Vossa Paternidade para consolação destes filhos da Companhia desterrados nestas partes pelo seu amor [...]” (MB, III, p. 114, tradução nossa).

⁶⁷ “Consola-nos também o Espírito Santo na sua casa e na sua mesma véspera com as cartas que recebemos aquela noite de Portugal, porque seguindo minha estimativa seriam duas horas depois da meia noite quando pela casa entrou o que as trazia; não cabiam os irmãos de contentamento e prazer, vendo o muito que o Senhor se dignava de obrar nas suas criaturas por meio dos da Companhia em tantas e tão diversas partes do mundo” (MB, IV, p. 61-62, tradução nossa).

El Iffante Cardenal me encomendó mucho que de propósito me informasse de las cosas de la Índia que nos escriben nuestros Padres y le diesse entera relación delias, porque nos queria ayudar y prover acerca dello todo lo que fuesse menester, pareciéndole, ultra del servicio de Dios y bien de la Companía, ser obligado a ello por el nuevo cargo que a tomado de Legado en todas las tierras y senoríos destes reynos. Y así le dimos relación de todo, y quiso leer quasi todas las cartas que teníamos acá de Maestro Francisco para Maestro Simón, pidiéndoselo yo por me parecer que se edificaria y alegraria mucho in Domino. Y así fué, porque trata todas nuestras cosas como si fuesse de la mesma Compania [...] Agora le dí cuenta de las cosas del Brasil y le mostré las cartas de Nóbrega: hase holgado mucho de ser informado de todo, y con la misma diligentia que despachó las cosas de la Índia, entende agora despachar las del Brasil. Con el primero, plaziendo a N. Señor, avisaré a V. P. dello (MB, II, p. 24-25)⁶⁸. [Carta do Pe. Diego Mirón ao Pe. Inácio de Loyola, 14 fevereiro de 1554]

A otras personas de fuera, como es el Señor Governador y personas muy familiares y devotas de la Compañía, con la aprobación y consentimiento del Pe Provincial, se tienen mostradas algunas letras y copias dessa Província y de la Europa, con que mucho se tienen edificado, y juntamente acerca dellos crecido el crédito y opinión de la Compañía; y verdaderamente pasman quando oyen tantas maravillas, que el Señor en tantas y tan diversas naciones obra por medio de los de la Compañía. Y, segundo yo tengo visto y experimentado, avia sido en algunos grande motivo, para hir adelante en el camino del Señor, la consideración destas obras trabajando de imitarias según su posibilidad y fuerças; y no se espante V. R. de acontecer esto a la gente de fuera, a quien la novedad de la cosa y la excellencia de las obras con mucha razón les podrán mover y pungir los coraçones, mas cierto que a los nuestros y aun a los muy antiguos, que de tiempo ya conocen las mercedes y beneficios que el Senor costumbra a hazer a esta su mínima Compañía, quando oyen las cartas, alégranse verdaderamente en espíritu y no cansan de loar la divina piedad y clemencia que tan abiertamente en estas cosas se muestra en sus criaturas (MB, IV, p. 88-89)⁶⁹. [Carta do Pe. António Blazquéz ao Pe. Diego Mirón, 13 de setembro de 1564]

⁶⁸ “O Cardeal Infante me encomendou muito que de propósito me informasse das coisas da Índia que nos escrevem nossos padres e lhe desse inteira relação delas, porque nos queria ajudar e prover acerca de tudo o que fosse necessário, parecendo a ele, além do serviço de Deus e bem da Companhia, ser obrigado a isto pelo novo cargo que tomou de Legado em todas as terras e senhorios destes reinos. E assim demos a ele relação de tudo, e quis ler quase todas as cartas que tínhamos aqui de mestre Francisco para mestre Simão, pedindo eu por me parecer que se edificaria e alegria muito no Senhor. E assim foi, porque trata todas nossas coisas como se fosse da mesma Companhia [...] Agora dei a ele conta das coisas do Brasil e mostrei as cartas de Nóbrega: se alegrou muito de ser informado de tudo, e com a mesma diligência que despachou as coisas da Índia, entende agora despachar as do Brasil. Com o primeiro, gostando a Nossa Senhor, avisarei a Vossa Paternidade disto” (MB, II, p. 24-25, tradução nossa).

⁶⁹ “A outras pessoas de fora, como o Senhor Governador e pessoas muito familiares e devotas da Companhia, com a aprovação e consentimento do padre provincial, se mostraram algumas cartas e cópias dessa Província e da Europa, com que muito se têm edificado, e juntamente acerca disto cresceu o crédito e opinião da Companhia; e verdadeiramente se pasmam quando ouvem tantas maravilhas que o Senhor em tantas e tão diversas nações obra meio dos da Companhia. E, segundo tenho eu visto e experimentado, havia sido em alguns grande motivo para ir adiante no caminho do Senhor, a consideração destas obras trabalhando por imitá-las segundo sua possibilidade e forças; e não se espante Vossa Paternidade de acontecer isto a gente de fora, a quem a novidade da coisa e a excelência das obras com muita razão lhes poderão mover e tocar os corações, mais certo que aos nossos e ainda aos mais antigos, que há tempos já conhecem as mercês e benefícios que o Senhor costuma fazer

Fica visível nos dois exemplos que as cartas intencionalmente mostradas pelos jesuítas eram, em geral, as de edificação, que não tratavam de assuntos internos da Companhia ou dos governos locais.

e) referências a edições impressas das cartas:

Além de repassar ou mostrar cartas julgadas como de edificação para pessoas externas, logo nos primeiros anos a Companhia passou a utilizar outro meio para dar publicidade a tais cartas: através de edições impressas das mesmas, a Europa pôde conhecer muitos aspectos do então Novo Mundo, sendo significativa a importância dessas publicações para satisfazer a necessidade de informação que se desejava sobre as terras ultramarinas. Antes da impressão era realizado todo um trabalho de editoração nas cartas: alterações, supressões, correções e traduções antecederiam a publicação⁷⁰.

Serafim Leite (MB, I, p. 69-78) conseguiu levantar pelo menos dez títulos de livros de cartas publicadas até o ano de 1563 que continham cartas do Brasil, sendo que cada um teve diversas edições. A maioria desses títulos era de edições italianas, os chamados *Avisi*, cuja primeira edição de 1552 já continha cartas escritas em 1549 pelos primeiros missionários do Brasil⁷¹.

Nas cartas do Brasil há pelo menos uma referência metadiscursiva à publicação impressa de cartas, que aparece na carta do Ir. António Blázquez aos padres e irmãos de Coimbra, datada de 8 de maio de 1554: “[...] Las nuevas desta tierra no las scrivo porque son las mesmas que stán en las cartas emprimidas que de acá mandaron” (MB, II, p. 59)⁷². Leite (MB, II, p. 59) acredita que Blázquez pode ter conhecido alguma das edições impressas até 1553⁷³.

a esta sua mínima Companhia, quando ouvem as cartas alegram-se verdadeiramente em espírito e não cansam de louvar a divina piedade e clemência que tão abertamente nestas coisas se mostra nas suas criaturas” (MB, IV, p. 88-89, tradução nossa).

⁷⁰ Sobre o trabalho de edição e impressão das cartas jesuíticas do Brasil, consultar Cerello (2008, p. 52-76, 104-114) e Leite (MB, I, p. 53-60).

⁷¹ Moraes (2010) realizou levantamento das diversas edições e minuciosa análise dos *Avisi*, e também de outras coletâneas de cartas jesuíticas do período em sua *Bibliographia Brasiliana*.

⁷² “[...] As novas desta terra não as escrevo porque são as mesmas que estão nas cartas impressas que daqui se mandaram” (MB, II, p. 59, tradução nossa).

⁷³ Não se pode afirmar que a prática de traduzir e publicar relatos informativos providos do Brasil seja algo que tenha sido iniciado pelos jesuítas, pois a chamada *Relação do Piloto Anônimo* (que não era exatamente uma carta e sim um relato de viagem) foi supostamente escrita por um membro da expedição de Pedro Álvares Cabral em 1500. Traduzida em italiano, foi publicada em 1507 junto com outros relatos de viagens (cf. RODRIGUES,

Os exemplos de cartas aqui apresentados já revelam, por si só, a riqueza dessa correspondência, e as características que foram ressaltadas são apenas duas de muitas outras que estão presentes nelas. Muito da sua especificidade vinha do fato de que era uma correspondência altamente regulada por normas para a sua escrita e circulação. No capítulo seguinte, tais normas são apresentadas e analisadas, tendo sido evidenciado seu papel para o funcionamento do sistema epistolar jesuítico.

1979, p. 7-8). O que certamente foi pioneirismo dos jesuítas se refere à divulgação dessas informações através do gênero carta, e a iniciativa de fazê-lo em larga escala.

3. PRESCRIÇÕES PARA A ESCRITA E A TRANSMISSÃO DE CARTAS NOS DOCUMENTOS JESUÍTICOS

Dos primórdios aos dias atuais, muitas foram as normas da Companhia de Jesus para a escrita de correspondências. Mesmo antes de tais regras existirem, as cartas já faziam parte do cotidiano dos jesuítas, sobretudo de seu fundador, Inácio de Loyola, que foi um prolífico escritor de cartas. E como ficou evidenciado no capítulo anterior, muitas cartas jesuíticas também continham prescrições para a escrita epistolar.

Conforme explicitado anteriormente, o recorte temporal escolhido para esta pesquisa foi o século XVI, por isso, realizou-se um levantamento de quais foram as principais normas e documentos referentes a esse assunto do início da Ordem até o fechamento desse século. Foram encontradas três normas principais.

A primeira delas é uma carta escrita em 1547 pelo Secretário da Companhia, padre Polanco, em que são apresentadas instruções para a escrita de cartas. A segunda norma é composta dos artigos das *Constituições da Companhia de Jesus* (1558) que se referem ao tema. Por fim, a terceira norma é a chamada *Formula scribendi*, de 1565, que são as regras definitivas para a escrita epistolar na antiga Companhia.

Antes de apresentar cada uma dessas regras, faz-se necessária uma introdução ao universo da documentação jesuítica, que certamente ajudará na compreensão delas.

3.1 Introdução à documentação jesuítica

Talvez uma das maiores dificuldades no caminho do pesquisador que estude a Companhia de Jesus seja compreender a infinidade de documentos produzidos por ela. Não se refere aqui aos livros publicados por membros da Companhia, que também são abundantes desde o século XVI, visto que muitos deles foram intelectuais e estudiosos. Mas sim aos diversos documentos normativos – instruções, regras, manuais etc. – que regulam o funcionamento da Ordem e guiam seus membros nas mais diversas ações⁷⁴.

Para facilitar a compreensão, serão apresentados os principais *documentos* e as *publicações* que os continham, com foco em suas primeiras edições. Nem sempre documento e publicação são coisas equivalentes, o que pode facilmente levar a confusão.

⁷⁴ A elaboração dessa introdução apoiou-se sobretudo em Portillo (1935). Sobre o tema recomenda-se também a consulta ao verbete *Instituto* no *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesus* (INSTITUTO, 2001, v. 3, p. 2039-2048), cujo conteúdo é bastante semelhante ao de Portillo, sendo, contudo, mais recente.

Os diversos documentos normativos que regulam o funcionamento interno dos jesuítas e são elaborados pelas suas autoridades, compõem o chamado *Institutum Societatis Iesu* (Instituto da Companhia de Jesus) (PORTILLO, 1935, p. 44). Tais documentos foram publicados, ao longo da história, em três formas distintas:

- a) Cada documento separadamente;
- b) Documentos impressos juntos, compondo uma única publicação;
- c) Documentos resumidos na forma de código, em uma única publicação.

Os primeiros documentos oficiais que formaram o Instituto são as chamadas *Cartas Apostólicas* (*Litterae Apostolicae*), que contêm diversos escritos emitidos pela Santa Sé em favor da Companhia, como bulas papais de aprovação, indultos, privilégios etc. A primeira coleção das *Litterae* é de 1559. Em 1585 publicou-se uma edição de cartas relacionadas às missões das Índias (PORTILLO, 1935, p. 45). Em 1569 foi publicado um catálogo de indulgências da Companhia, que deu origem ao *Compendio* de graças e privilégios, que continham um resumo dos documentos papais: em 1577 saiu a versão provisória; em 1584, a definitiva (PORTILLO, 1935, p. 46).

As *Constituições* (*Constitutiones Societatis Iesu*), certamente o principal documento normativo dos jesuítas⁷⁵, contêm normas gerais e específicas de funcionamento e organização da Ordem. É o primeiro documento do Instituto, em ordem de autoridade. Elas foram escritas em espanhol por Inácio de Loyola, e impressas pela primeira vez em latim no ano de 1558. A tradução latina definitiva (chamada *vulgata*) data de 1583 (PORTILLO, 1935, p. 47). Por ter sido escrito pelo próprio fundador, o texto das *Constituições* até hoje segue inalterado e em vigor. Atualmente pode-se encontrar traduções do texto nas mais diversas línguas, feitas sobretudo no decorrer do século XX⁷⁶.

Também escritos pelo fundador da Companhia, os *Exercícios Espirituais* (*Exercitia Spiritualia*)⁷⁷, vêm em seguida no Instituto. Eles tiveram sua primeira edição latina em 1548. Complementares ao livro dos *Exercícios* existe o chamado *Diretório* (*Directorium in*

⁷⁵ Uma apresentação mais detalhada das *Constituições* será feita mais adiante.

⁷⁶ O texto das *Constituições* em espanhol – seu idioma original – saiu pela primeira vez em 1606, juntamente com o texto latino da edição definitiva (PORTILLO, 1935, p. 47).

⁷⁷ “Os “Exercícios Espirituais” foram escritos para ajudar as pessoas que procuram e desejam seguir a Jesus Cristo no serviço do reino de Deus. Neles vamos encontrar temas para oração, que são como o fio condutor de um itinerário espiritual, e muitas séries de observações, notas e regras que dizem respeito à mesma vida de oração e ao progresso da pessoa no conhecimento de si e na colaboração com a ação de Deus. O livro não se oferece, portanto, a “leitores”, mas a “exercitantes” que procuram a Deus na oração. Ele se destina mais propriamente aos “diretores” que devem acompanhar os “exercitantes” durante os dias de retiro, onde, no silêncio e através de diversas meditações, prepara-se e se estabelece o encontro com Deus” (COUREL, 2005, p. 5).

Exercitia Spiritualia), texto que pode ser visto como um manual para a correta aplicação dos *Exercícios*. A sua primeira edição data de 1591, já a definitiva é de 1599 (PORTILLO, 1935, p. 47). Por ser ainda hoje um importante documento para a espiritualidade da Companhia, podem ser encontradas diversas traduções recentes dos *Exercícios*.

Em terceiro lugar, em ordem de autoridade, está o que é disposto pelas diversas Congregações Gerais da Companhia⁷⁸. Tais documentos ora saíram com o título de *Decretos*, ora com o de *Canones*, “pues la diferencia está más en el modo de redacción, que en la cualidad de la materia” (PORTILLO, 1935, p. 48)⁷⁹. Os *Decretos* saíram pela primeira vez em 1568 (contemplando as decisões da 1ª e da 2ª Congregações); uma segunda edição só saiu em 1615. Os *Canones* tiveram sua primeira edição em 1573 (1ª, 2ª e 3ª Congregações), e outras se seguiram. A edição de 1581 contemplou as alterações e inclusões realizadas pela 4ª Congregação Geral; esta edição foi reproduzida sem alterações até 1661 (11ª Congregação) (PORTILLO, 1935, p. 48-49). Um índice sistemático de todos os decretos foi feito em 1653, e recebeu o nome de *Indículo* (PORTILLO, 1935, p. 50). Atualmente, continua havendo a publicação dos *Decretos* após cada Congregação Geral.

Em par de igualdade com os *Canones* estão as quatro *Fórmulas* das Congregações. Tais fórmulas consistem em regras para a realização dos quatro tipos possíveis de Congregações da Companhia: *Formula Congregationis generalis* (Fórmula das Congregações gerais), *Formula Congregationis provincialis* (Fórmula das Congregações provinciais), *Formula Congregationis procuratorum* (Fórmula das Congregações de procuradores) e *Formula eligendi Vicarium generalem* (Fórmula da eleição de um Vigário geral). Tais *Fórmulas* foram publicadas juntas pela primeira vez no final dos *Canones Congregationum generalium* de 1581 (PORTILLO, 1935, p. 50).

Em quarto lugar seguem as diversas *Regras* (*Regulae*) da Companhia. A maioria dessas regras foi emitida diretamente pelos Superiores Gerais (Prepósito Geral ou Padre Geral), e não pelas Congregações Gerais. As *Regras* contemplam desde aspectos espirituais da vida do jesuíta, indo até a regulação dos mais diversos ofícios e tarefas exercidas pelos religiosos. Havia grande diversidade dessas regras, sendo alguns exemplos: *Regulae communes* (Regras comuns), *Regulae sacerdotum* (Regras para sacerdotes), *Regulae*

⁷⁸ Congregação: equivalente de Capítulo nas outras Ordens religiosas. A Congregação Geral não tem data fixa. É feita principalmente para a eleição de um novo Superior Geral, quando este falece ou renuncia, mas pode ser convocada pelo Geral ou por decisão da Congregação de Procuradores para decidir sobre alguma questão. Não tomam parte da Congregação todos os membros da Companhia, mas somente os provinciais e dois membros professos eleitos de cada Província. Já foram realizadas 36 Congregações Gerais, sendo a última em 2016 (cf. GRAMATOWSKI, 1992. p. 7).

⁷⁹ “Pois a diferença está mais no modo de redação do que na qualidade da matéria” (PORTILLO, 1935, p. 48, tradução nossa).

modestiae (Regras de modéstia), *Regulae Scholasticorum* (Regras para Escolásticos), *Regulae coqui* (Regras para cozinheiros), *Regulae ianitoris* (Regras para porteiros); *Regulae magistri novitiorum* (Regras para mestres de noviços), *Regulae infirmarii* (Regras para enfermeiros) e a *Formula scribendi* (Fórmula de escrita), que será analisada mais adiante. Uma coleção de algumas regras foi impressa em 1560. Uma segunda edição saiu em 1567 (PORTILLO, 1935, p. 50-51). Desde então muitas edições delas foram publicadas, seja em latim ou em traduções⁸⁰. A primeira tradução portuguesa é de 1582, tendo sido publicada em Lisboa. Em 1603 foi publicada outra tradução impressa em Évora, mais completa do que a primeira⁸¹.

Nem sempre o conteúdo de tais edições era idêntico, o que explica que determinada regra podia sair em uma edição e não constar em outra. Mesmo quando não publicadas em um conjunto só de regras, era comum que determinadas publicações de caráter normativo ou espiritual da Companhia contivessem também algumas das regras, o que ocorria até tempos mais recentes⁸².

Semelhante às *Regras* existem também as chamadas *Ordenações dos Padres Gerais* (*Ordinationes Praepositorum Generalium*), que se direcionavam a toda a Companhia. Saíram pela primeira vez em 1595 (PORTILLO, 1935, p. 52). Nesta obra podem ser encontradas diversas instruções para a organização e direção das ações da Companhia.

Documento de grande importância para a História da Companhia, e certamente um dos mais lembrados pelos estudiosos, é o *Ratio Studiorum* (Plano de Estudos), ou no título completo *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Ele contém todas as normas referentes ao ensino dos colégios jesuítas, incluindo as disciplinas e conteúdos que deveriam ser ministrados. Foi elaborado durante o generalato do padre Cláudio Acquaviva (1543-1615). A primeira edição é de 1586 e outras se seguiram em 1591 e 1598 (edição definitiva) (PORTILLO, 1935, p. 52). Traduções do texto começaram a aparecer a partir do século XIX, com a Companhia restaurada. Ao que parece, até hoje só houve uma tradução publicada no Brasil, a realizada pelo padre Leonel Franca (cf. FRANCA, 1952).

Em quinto lugar em ordem de autoridade estão as *Instruções* (*Instructiones*), que se diferenciam das *Regras* e das *Ordenações* pela força da obrigatoriedade: o cumprimento das *Instruções* não era necessariamente obrigatório. Na prática, elas estiveram em vigor até a 7ª

⁸⁰ Para conhecer as primeiras traduções das *Regras*, conferir o tomo 5 (1894, p. 105-109) da bibliografia jesuítica de Sommervogel (SOMMERVOGEL, 1890-1932).

⁸¹ Cf. REGRAS... (1582, 1603).

⁸² Como exemplo, pode ser citada a obra *Thesaurus Spiritualis Societatis Iesu*, com diversas edições nos séculos XIX e XX. Esta obra contém o chamado “tesouro espiritual” do jesuíta, ou seja, textos base para a sua vivência religiosa, como os *Exercícios Espirituais*. Incluem-se nela algumas regras, como as *Regulae modestiae* (cf. THESAURUS..., 1948).

Congregação Geral, que transformou boa parte delas em *Regras* ou *Ordenações*. Portillo nota ainda:

Estas Instrucciones, una vez ya impresas, han pasado por tres formas que es oportuno distinguir: primera de 1595, publicadas en pliegos aparte, para ser distribuidos entre los interesados, aunque todos juntos debían estar en manos del Superior; de ella se habló al tratar de la 1ª ed. de *Ordinationes*, 1595, de las cuales apenas se diferencian en cuanto a la fuerza obligatoria. Segunda, impresas formando un solo tomo, junto con las *Ordinationes*, en los ejemplares de 1603, 1606, 1609. Tercera, en volumen aparte después que la Congregación 7ª incluyó, ya entre las Reglas, ya entre las Ordenaciones, lo que con el título de instrucciones aun conservaba carácter obligatorio, reservando ahora ese nombre a lo que se reimprimía para mera dirección de los Superiores; bien es verdad que muchas de aquellas cosas estaban ya mandadas en otros documentos [...] (PORTILLO, 1935, p. 54)⁸³.

Faziam ainda parte do Instituto as chamadas *Cartas dos Padres Gerais* (*Epistolae Praepositorum Generalium*), escritas em diversas ocasiões e direcionadas a toda a Companhia. A primeira edição latina é de 1606. No mesmo ano saiu uma tradução italiana, e em 1609, uma francesa (PORTILLO, 1935, p. 54-55). É importante não confundir essas cartas gerais, abertas e públicas, com a correspondência particular dos Superiores, trocada com religiosos ou não. O quadro a seguir resume o que foi apresentado até aqui:

⁸³ “Estas instruções, uma vez impressas, passaram por três formas que é oportuno distinguir: a primeira, de 1595, publicada em cadernos à parte, para serem distribuídos aos interessados, ainda que todos juntos deveriam estar em mãos do Superior. Dela se falou ao tratar da 1ª edição das Ordenações, de 1595, da qual se diferenciam apenas quanto à obrigatoriedade. A segunda, impressas formando um só tomo, juntamente com as Ordenações nos exemplares de 1603, 1606 e 1609. A terceira, em um volume separado depois da 7ª Congregação Geral, que incluiu entre as Regras ou as Ordenações o que com o título de Instruções ainda conservava caráter obrigatório, reservando desde então este nome ao que se reimprimia para mera direção dos Superiores, ainda que muitas daquelas coisas estavam já ordenadas em outros documentos” (PORTILLO, 1935, p. 54, tradução nossa).

Quadro 1 – Resumo dos documentos do Instituto da Companhia

Documento/obra	Objetivo/conteúdo	Data da primeira publicação
Cartas Apostólicas	Documentos pontifícios relativos à Companhia de Jesus	1559
Constituições	Normas de funcionamento e organização da Ordem	1558
Exercícios Espirituais	Texto de espiritualidade e oração	1548
Diretório dos Exercícios Espirituais	Manual para a aplicação dos Exercícios Espirituais	1591
Decretos	Documentos emitidos pelas Congregações Gerais	1568
Cânones	Documentos emitidos pelas Congregações Gerais	1573
Índiculus	Índices dos Decretos	1653
Fórmulas das Congregações	Regras para a realização das quatro Congregações previstas na Companhia	1581
Regras	Regras para os mais diversos aspectos específicos da vida do jesuíta	1560
Ordenações dos Padres Gerais	Menos específicas que as regras, incluíam diversas instruções para a organização e direção das ações da Companhia	1595
<i>Ratio Studiorum</i>	Normas para o ensino nos colégios jesuítas	1586
Instruções	Regras cuja execução não era necessariamente obrigatória	1595
Cartas dos Padres Gerais	Cartas direcionadas a toda Companhia	1606
Instituto	Todos os documentos anteriores publicados em conjunto	1635
Epítome	Resumo ou síntese do Instituto	1689

Fonte: elaborado pelo autor com base em Portillo (1935).

Todos esses documentos até aqui comentados, foram publicados primeiramente em separado, e em momentos distintos. Em 1635, pela primeira vez, todos eles foram publicados em conjunto, formando uma coleção, o Instituto da Companhia de Jesus. Esta primeira edição, publicada em Antuérpia, foi composta inicialmente de 16 tomos, tendo havido complementos posteriores (PORTILLO, 1935, p. 56-57). Uma segunda edição data de 1705 (Roma),

impressa em dois volumes de formato grande (PORTILLO, 1935, p. 61). O conteúdo desta edição foi dividido do seguinte modo (sumário)⁸⁴:

Quadro 2 – Sumário do *Institutum Societatis Iesu* (1705)

Volume 1	Volume 2
<i>Litterae Apostolicae</i> (Cartas apostólicas) <i>Compendium Privilegiorum</i> (Compêndio dos privilégios) <i>Examen e Constitutiones</i> (Exame Geral e Constituições) <i>Regulae</i> (Regras) <i>Decreta Congregationum</i> (Decretos das Congregações) <i>Canones Congregationum</i> (Cânones das Congregações) <i>Censurae e Praecepta</i> (Censuras e preceitos) <i>Indiculus Decretorum</i> (Índice dos Decretos)	<i>Formulae Congregationum</i> (Fórmulas das Congregações) <i>Ratio Studiorum</i> (Plano de estudos) <i>Ordinationes Generalium</i> (Ordenações dos Padres Gerais) <i>Instructio pro Superioribus P. Claudio Aquaviva</i> (Instrução para Superiores, do padre Cláudio Aquaviva) <i>Instructiones ad Provinciales</i> (Instruções para provinciais) <i>Industriae Claudio Aquaviva</i> (Diligências, do padre Cláudio Aquaviva) <i>Exercitia Spiritualia S. Ignatii</i> (Exercícios Espirituais de Santo Inácio) <i>Directorium in Exercitia</i> (Diretório dos Exercícios Espirituais) <i>Index Generalis</i> (Índice geral)

Fonte: elaborado pelo autor com base em *Institutum...* (1705).

A terceira forma de publicação dos documentos jesuíticos, resumidos na forma de código e em uma única publicação, recebeu o nome de *Epitome Instituti Societatis Iesu*. O *Epítome do Instituto* (ou seja, resumo ou síntese do Instituto) foi elaborado pelo padre Curcio Sesti (1633-1715), que já havia trabalhado na preparação da segunda edição do Instituto (PORTILLO, 1935, p. 64). Seguindo uma estrutura de texto jurídico, apresenta uma síntese de todo o corpo legislativo da Companhia, embora Portillo note que:

En el Epítome, pues, con brevedad sí, pero conservada, cuanto ha sido possible, la fuerza de los textos originales, fielmente citados, tenemos no sólo lo que en la Compañía es propiamente ley o precepto, sino también las recomendaciones, avisos e instrucciones dadas por los Superiores a todos en general, para la más perfecta instrucción y formación del entendimiento y de la voluntad, en cosas internas y externas, para bien de la propia alma y para bien de los prójimos; en una palabra de toda la vida y espíritu religioso, según el Instituto de la Compañía [...] (PORTILLO, 1935, p. 65)⁸⁵.

⁸⁴ Cf. *INSTITUTUM...* (1705).

⁸⁵ “No Epítome, sim com brevidade, mas conservada, tanto quanto possível, a força dos textos originais, fielmente citados, temos não só o que na Companhia é propiamente lei ou preceito, mas também as recomendações, avisos e instruções dadas pelos Superiores a todos em geral, para a mais perfeita instrução e formação do entendimento e da vontade, em coisas internas e externas, para o bem da própria alma e para o bem

A estrutura do Epítome, igualmente, facilitava a consulta rápida e sua divisão compõem-se de oito partes: as partes 1, 2 e 3 eram direcionadas aos subalternos (noviços, escolásticos, irmãos coadjutores etc.); as partes 6, 7 e 8 direcionavam-se aos superiores; e as partes 4 e 5 a ambos os grupos (PORTILLO, 1935, p. 66). A primeira edição da obra é de 1689, a segunda de 1690 (Praga, Vilna e Bruxelas) e a terceira de 1704 (Roma, Florença) (PORTILLO, 1935, p. 66-67).

Com relação às mudanças que os documentos do Instituto sofreram no decorrer do tempo, podem ser apontadas quatro situações (PORTILLO, 1935, p. 55):

1. Documentos que nunca sofreram alterações substanciais, a não ser pequenos retoques e adaptações, e até hoje conservam seu caráter fixo. Neste grupo se encontram as Constituições e os Exercícios Espirituais, documentos redigidos pelo próprio fundador da Companhia;
2. Documentos que com o tempo recebiam acréscimos, o que ocasionavam edições aumentadas quando publicados. Exemplos: Decretos das Congregações Gerais;
3. Documentos de caráter menos fixo, que sofreram diversas alterações e adaptações ao longo do tempo. Muitos não estão mais em vigor. As edições posteriores desses documentos ora eram diminuídas, ora aumentadas. Exemplos: Regras, Ordenações e Instruções.
4. Documentos que posteriormente foram retirados do Instituto pelos mais diversos motivos, como perda de utilidade ou praticidade com o passar do tempo (ex.: Índículo e Cânones) ou a noção de que seria mais conveniente manter determinados documentos em uma coleção separada do Instituto (ex.: Cartas dos Padres Gerais).

O estudo da documentação jesuítica pode ser facilitado com a utilização de bibliografias especializadas na temática. Nelas, pode-se encontrar, por exemplo, o levantamento de todas as edições das obras do Instituto⁸⁶. A principal delas é certamente a monumental *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, organizada pelo padre Carlos Sommervogel (1834-1902), publicada em 11 volumes entre 1890 e 1932 (Bruxelas, Paris). Nesta obra podem ser encontradas referências sobre todas as obras publicadas por jesuítas antes do século XX. A *Bibliothèque* de Sommervogel é a edição aumentada de uma obra

dos próximos; em uma palavra, de toda a vida e espírito religioso, segundo o Instituto da Companhia” (PORTILLO, 1935, p. 65, tradução nossa).

⁸⁶ Para as edições das obras do Instituto, cf. Sommervogel (1894, v. 5, p. 59-128).

publicada anteriormente, a *Bibliothèque des écrivains de la Compagnie de Jésus*, dos jesuítas belgas (e irmãos) Alois de Backer (1823-1883) e Augustin de Backer (1809-1873). Ela teve duas edições: a primeira entre 1853 e 1861 (Liège, em 7 volumes), e a segunda entre 1869 e 1876 (Liège, em 3 volumes)⁸⁷.

Outra bibliografia que pode ser de grande utilidade para o pesquisador é a *Bibliographie historique de la Compagnie de Jésus ou Catalogue des ouvrages relatifs à l'histoire des Jésuites depuis leur origine jusqu'à nos jours* (CARAYON, 1864), do padre Auguste Carayon (1813-1874). Diferentemente da de Sommervogel, que é uma bibliografia dos escritores jesuítas, a de Carayon é uma bibliografia de obras sobre a História da Companhia e de suas missões. Todas essas bibliografias estão disponíveis on-line, podendo ser facilmente acessadas.

Já o acesso aos documentos jesuíticos pode ser feito principalmente através da coleção *Monumenta Historica Societatis Iesu* (MHSI), que vem sendo editada pela Companhia desde o final do século XIX, com o objetivo de divulgar documentos históricos das primeiras décadas da Ordem (incluindo cartas) que se encontram em seus arquivos, muitos deles até então inéditos. Atualmente a coleção já conta com mais de 150 volumes e boa parte deles também está digitalizada e disponível para consulta on-line (ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU).

3.2 Reglas... (1547)

Um dos primeiros documentos a tratar da importância das trocas epistolares para funcionamento e progresso da Ordem foi uma carta escrita pelo primeiro Secretário da Companhia de Jesus (e por consequência de Inácio de Loyola), o padre Polanco. Na carta escrita em espanhol, datada de 27 de julho de 1547 e direcionada a toda a Companhia⁸⁸, Polanco comunica a incumbência que havia recebido de, como Secretário, ser também responsável pela escrita em nome de Inácio⁸⁹, ofício esse que ele esperava realizar para melhor servir à glória divina (MI, *Ep.*I, p. 537) e assim à de toda Companhia, pois:

⁸⁷ Informações obtidas através da observação e análise dos registros bibliográficos destas obras no catálogo on-line da Biblioteca Nacional da França. Endereço eletrônico: <<http://catalogue.bnf.fr/index.do>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

⁸⁸ Ao que parece, não houve nenhuma versão impressa deste texto no tempo de sua escrita. A sua distribuição e circulação para toda a Ordem deve ter se dado somente de modo epistolar/manuscrito. Esta pesquisa utilizou-se do texto impresso em 1903 pela coleção *Monumenta Historica Societatis Iesu*.

⁸⁹ Polanco não era responsável só pela escrita das cartas, mas também pela organização da correspondência recebida. Isso incluía a realização de cópias e emendas das cartas (cf. MB, I, p. 58).

[...] esta comunicación de letras, así de la parte de acá como de la de allá, tiene tanto bien en sí, y tanto es de estimar, que se le haría sinrazón á no ser tomada con gran devoción, como cosa muy importante al bien desta Compañía, y consequentemente de todos prójimos, y honra y gloria divina (MI, *Ep.I*, p. 537)⁹⁰.

Este pequeno trecho mostra que a escrita da carta pelo jesuíta não é um mero ato individual: a escrita deve existir pois é algo “importante para o bem da Companhia”. Revela também que a escrita da carta é uma ação espiritual, que deve ser feita com “grande devoção”, para maior “honra e glória divina”.

Posteriormente, Polanco insiste na necessidade do cuidado com a escrita, pois sendo eles homens que cuidavam de negócios espirituais, “¿tomaremos de mala gana un poco de cuydado y concierto de scribir, que sabemos tanto nos ayudaría?” (MI, *Ep.I*, p. 537)⁹¹. E ainda:

Y para quien quiesse entender qué ayudas son estas que se hallan en el continuo escribir de los que están fuera á Roma, y de Roma á ellos, assí del estado de los negocios y personas, como de las nuevas de edificación, puédense dezir muchas y grandes, que son otras tantas razones y motivos para continuar el escribir alegre y diligentemente (MI, *Ep.I*, p. 537)⁹².

Deste trecho podem ser extraídos dois dados importantes da carta jesuítica: quem deveria escrever e o que elas deveriam englobar. Religiosos de qualquer parte deveriam escrever para Roma (Cúria jesuítica), que por sua parte, também deveria manter comunicação com os religiosos. Os temas de escrita seriam o “estado dos negócios e pessoas”, e as “novas de edificação”. Detalhes de como funcionaria na prática essas exigências aparecem posteriormente, nas regras propriamente ditas.

Polanco (MI, *Ep.I*, p. 537-540) apresenta o que ele considera como os muitos motivos para que a escrita epistolar prossiga, totalizando vinte razões que a seguir são listadas:

1. Unir a Companhia de Jesus;
2. Fortalecer a Companhia;

⁹⁰ “[...] esta comunicação por cartas, assim como da parte de cá, quanto da parte de lá, possui tanto bem em si, e tanto é de se estimar, que seria sem razão se não fosse feita com grande devoção, como coisa muito importante ao bem desta Companhia, e consequentemente, de todos os próximos, e para honra e glória divina” (MI, *Ep.I*, p. 537, tradução nossa).

⁹¹ “Tomaremos de má vontade um pouco de cuidado e arranjo em escrever, que sabemos que tanto nos ajudaria?” (MI, *Ep.I*, p. 537, tradução nossa).

⁹² “E para quem quiesse entender que ajudas são essas que se falam no escrever contínuo dos que estão fora a Roma, e de Roma a eles, assim como do estado dos negócios e pessoas, como das novas de edificação, podem-se dizer muitas e grandes, que são outras tantas razões e motivos para continuar a escrever alegre e diligentemente” (MI, *Ep.I*, p. 537, tradução nossa).

3. Amar mutuamente;
4. Animar uns aos outros, excitar a imitação das virtudes;
5. Confirmar-se contra o espírito de inconstância da vocação;
6. Crescer em esperança e amor a Deus;
7. Humilhar-se;
8. Servir mais a Deus e ajudar às almas próximas;
9. Estimular outros homens a entrar na Companhia;
10. Aconselhar;
11. Torná-los diligentes;
12. Estimular a fazer algo que se possa escrever depois;
13. Animar aqueles que ajudam nas coisas da Companhia;
14. Mostrar se o trabalho da Companhia está bem empregado, ou se empregaria melhor em outra coisa;
15. Edificar e animar na prática do bem as pessoas próximas à Companhia;
16. Comunicar as coisas ajuda a Companhia a ser melhor servida e ajudada;
17. Colaborar com o bem universal da Igreja, que ao ver o que se passa em diversas localidades, pode socorrer melhor às necessidades;
18. Ter ocasião de pedir a Deus ajuda nos trabalhos;
19. Dar graças a Deus em mais partes e por mais pessoas;
20. Crescer a glória e louvor a Deus.

Mais do que razões ou motivos para escrever, os itens arrolados indicam funções que a carta deveria ter. Mostram que o jesuíta ao escrever teria como preocupações, talvez na seguinte ordem: a maior glória de Deus, o bem da Igreja, o crescimento da Companhia, o próprio fortalecimento espiritual e a edificação dos outros. Em suma, conforme sugere Pécora (2001, p. 17-68), sustentam, além dos aspectos de informação e da reunião de todos em um, uma função de “*experiência mística ou devocional*” (PÉCORA, 2001, p. 28, grifo do autor).

Após apontar essas muitas razões, que convidam a um maior cuidado e apuro na escrita, Polanco lembra que em Roma há três ou quatro jesuítas cuja principal ocupação é escrever e, por isso, o padre destinatário daquela carta não deveria deixar de gastar um pouco de tempo nessa tarefa, considerada por ele como “tão necessária” (MI, *Ep.I*, p. 540). O que segue é uma breve apresentação das regras, enviadas por ordem de Inácio para todos os padres da Companhia, recomendando que elas sejam colocadas em um livro, tanto a carta

como as regras, para permanecer nos colégios, e uma cópia deveria ser feita para o padre ter consigo (MI, *Ep.I*, p. 540-541).

Anexas à carta de Polanco seguem-se as *Reglas que deven observar acerca del escribir los de la Compañía que están esparzidos fuera de Roma* (Regras que se devem observar acerca da escrita dos que da Companhia estão espalhados fora de Roma) (cf. MI, *Ep.I*, p. 542-549), que estão divididas em quatro partes e fornecem instruções práticas quanto ao envio e recebimento das correspondências.

A primeira parte, denominada *Quanto á las que se rreçiben* (Quanto às que se recebem), se refere aos modos de proceder quando houver recebimento de cartas e contém seis artigos. Os dois primeiros itens instruem quanto a primeira providência que deve ser tomada pelos jesuítas ao chegar em uma nova terra: buscar alguém (como um prelado ou mercador) que tivesse contatos em Roma, e assim fosse responsável pela circulação epistolar entre os jesuítas. As cartas remetidas de Roma seriam endereçadas a esta pessoa, via algum representante que tivesse em Roma. O jesuíta então deveria sempre ir visitá-lo para saber se chegaram cartas. Tal procedimento visava que as cartas fossem e voltassem seguramente (MI, *Ep.I*, p. 542).

Quando uma carta fosse recebida, deveria ser anotada em papel a data do recebimento, para que houvesse controle da frequência; esta data deveria ser comunicada a Roma, como forma de confirmação do recebimento. As cartas não deveriam ser mostradas a quem pudesse causar algum dano, contudo, é ressaltado que não havia regra geral, caberia à discricção do jesuíta determinar quais partes poderiam ser mostradas. Deveria ser analisado se aqueles que tivessem acesso ao conteúdo se edificariam ou não.

As novas cartas recebidas deveriam ser comunicadas, mas caberia a diligência para julgar o que teria ou não que ser comunicado. Essa comunicação visava pessoas que “con ellas se consuelan, despiertan y animan á bien hacer, y otros se afficionan á la Compañía, ó para entrar en ella” (MI, *Ep.I*, p. 543)⁹³. Era prevista não só a comunicação local, mas uma rede de troca de informações entre casas jesuíticas próximas, como por exemplo, entre a corte portuguesa (Lisboa) e Coimbra: deveriam ser enviadas cópias das cartas recebidas (ou das partes que se julgassem pertinentes) ou mesmo os próprios originais⁹⁴.

⁹³ “[...] com elas se consolam, despertam e animam ao bem fazer, e outros se afeiçoam à Companhia, ou para nela entrar” (MI, *Ep.I*, p. 543, tradução nossa).

⁹⁴ É curioso notar que tal prática adotada pelos jesuítas já existia nos primórdios do Cristianismo, pois as cartas de Paulo eram repassadas de uma comunidade à outra, conforme ele mesmo pede na sua carta aos Colossenses: “Uma vez lida esta carta entre vós, fazei com que ela o seja também na igreja dos laodicenses. E vós, lede a de Laodicéia” (Col 4, 16).

Mais do que ser lida, a carta deveria também ser entendida; por isso, as regras sugerem que ela fosse lida mais de uma vez para bem compreendê-la. Assim, se nela houvesse instruções para fazer alguma coisa, ou algo que exigisse resposta, deveria ser realizado ou respondido inteiramente. Por fim, pedia-se que, caso houvesse cartas ou encomendas para outras pessoas, elas fossem entregues.

A segunda parte, *De las cartas que se ynvían, y primero de lo que se ha de escribir* (Das cartas que se enviam, e primeiro do que se há de escrever), composta de catorze artigos, já se inicia apontando três coisas que se deveriam observar quanto à escrita: o que escrever, de que modo e com que diligência (MI, *Ep.I*, p. 544).

Quanto ao primeiro ponto, pedia-se que fosse escrito tudo o que é importante saber sobre o assunto tratado, também sobre as pessoas da Companhia. Há uma preocupação particular em relatar o estado dos negócios espirituais. E que se escreva com toda a verdade.

Quase todos os itens destacados nesta parte se dedicam a apontar tópicos temáticos que as cartas devem conter. Era recomendado que se escrevesse sobre os governantes, sobre as pessoas que os introduziram no local, o nome do local, sobre as dificuldades enfrentadas, sobre os outros membros da Companhia que se encontravam naquela localidade (qualidades, defeitos, idade, estado de saúde, os que a deixam, os falecidos etc.), o que o remetente sentia do processo de sua obra, sobre sua saúde e hábitos, além do seu estado espiritual.

Se boa parte dos artigos trata do que se deveria escrever, um em particular, o artigo 7º, diz o que não deveria aparecer na carta: assuntos públicos e questões de Estado, como guerras, não devem aparecer na carta principal, que deveria ser de edificação. Se houvesse algo de muito notável, que não causaria perigo caso se soubesse, deveria ir na *hijuela*. Caso fosse algo que não tivesse relação com os negócios da Companhia, ou que pudesse ofender a alguém, não se deveria escrever.

Recomendava-se que houvesse comunicação entre as casas de uma mesma região, ainda que não vizinhas (como exemplo, são citados os casos de Valência e Lisboa, Bolonha e Florença etc.), para que em uma parte se saiba o que se passa na outra. Em caso de localidades com uma proximidade maior (exemplo: Lisboa e Coimbra), pedia-se que mais do que comunicar o que se passava no próprio local, se compartilhasse informações recebidas de outras partes. Desse modo, Roma ficaria responsável por escrever só a uma das localidades. Tal instrução já havia aparecido na parte anterior.

Se a segunda parte trata sobretudo do conteúdo das cartas, a terceira parte, *Del modo que se ha de guardar en escribir* (Do modo que se há de guardar em escrever) (MI, *Ep.I*, p. 547-548), aborda, em seis artigos, os modos como se deveria escrever. Primeiro, era preciso

ter em mente tudo o que se desejasse escrever, em seguida decidir o que poderia ir na carta principal e o que deveria ir nas *hijuelas*. Caso nas *hijuelas* fossem coisas que devessem ser mostradas a pessoas distintas, que fossem em capítulos separados para que pudessem ser mostrados por si.

Na escrita da carta principal pedia-se, ainda, moderação tanto para louvar como para repreender pessoas. Igualmente, o cuidado para falar de si próprio: o objetivo daquela correspondência era a glória divina e a edificação do próximo, por isso, a recomendação era de que fosse atribuído a Deus todo o bem, sem atribuir a si próprio os sucessos, fugindo, assim, de qualquer vaidade. Chega-se ao ponto de sugerir que, em caso de acontecimentos muito louváveis que estivessem relacionados ao remetente, que fosse pedido para outro escrever, ou que fosse enviado em *hijuela*.

Há uma orientação especial no quinto artigo quanto à escrita de fatos relacionados a príncipes ou prelados (clero) locais: teriam que ir necessariamente nas *hijuelas*, mas não contivessem somente “la verdad desnuda de pasión, pero con tales palabras, que si las leyese (como sería possible) él mesmo, no se desedificasse de nuestra intención” (MI, *Ep.I*, p. 548)⁹⁵. Ou, caso não fosse possível deixar de se escrever algo ofensivo a tais pessoas, seria bom utilizar algum modo de escrever sutilmente, dizendo uma coisa para que se entenda outra. Tal artigo, como o sétimo da parte anterior, revela uma preocupação da Companhia com a construção do discurso presente nas cartas, que estavam longe de serem apenas textos narrativos ou espirituais. O último artigo pede a atenção do jesuíta para que as cartas principais fossem escritas com o cuidado de se passar nelas afetos bons e santos.

A última parte, intitulada *De la diligencia en scribir y embiar* (Da diligência em escrever e enviar), preocupa-se em apresentar instruções práticas quanto ao envio das correspondências e compõem-se também de seis artigos.

Com relação à periodicidade, pedia-se que os que estivessem fora da Itália enviassem cartas mensais, já os de dentro, a cada oito dias: “aya ó no aya que escribir cosas nuevas, aya ó no aya correo” (MI, *Ep.I*, p. 548)⁹⁶. Os que quisessem, poderiam escrever com uma frequência maior. O excesso de cartas não parecia ser um problema, pois se ordenava que, em caso de surgimento de novo fato após o envio da carta, se escrevesse logo uma nova, e não se esperasse o prazo ordinário. As cartas de edificação, por sua vez, deveriam ser enviadas a

⁹⁵ “a verdade desnuda de paixão, mas com tais palavras, que se as lesse, como seria possível, ele mesmo não se desedificasse de nossa intenção” (MI, *Ep.I*, p. 548, tradução nossa).

⁹⁶ “Haja ou não haja que escrever coisas novas, haja ou não haja correio” (MI, *Ep.I*, p. 548, tradução nossa).

cada quatro meses (em janeiro, maio e setembro, conforme pede o artigo 3º), e deveriam contemplar assuntos ocorridos desde a última quadrimestral enviada.

Como havia grande preocupação com o extravio de correspondência, seria enviada de Roma uma confirmação de recebimento da carta. Em caso de não ser enviada tal confirmação, seria um sinal de que ela não teria chegado; por isso, teria que ser enviada novamente. Para facilitar tal trabalho, sugeria-se ao jesuíta que fizesse um memorial que contasse brevemente ou por pontos as atividades que realizasse, assim poderia recordar facilmente o que seria escrito na carta de edificação. As cartas que tratam de assuntos importantes ou de negócios deveriam ser enviadas duplicadas ou triplicadas, e os pontos importantes seriam ainda resumidos na próxima carta. Tudo isso para garantir que a informação chegaria ao seu destino.

Ainda como forma de evitar extravios e roubos, exigia-se a colocação de porte⁹⁷ no envio de cartas importantes (“Siempre se ponga porte en las letras que importan, aun que vengan por amigos, si no fuessen de mucha confianza” (MI, *Ep.I*, p. 549)⁹⁸) e a utilização de amigos, sobretudo mercadores, para realizar o envio.

Posteriormente, a norma de Polanco teve diversos pontos alterados ou complementados, dando origem a outras normas de correspondências.

3.3 Constituições da Companhia de Jesus (1558)

Como organismo religioso, a Companhia de Jesus seguia normas universais da Igreja Católica, contudo, necessitava também de regras próprias que regulassem o seu funcionamento interno. A primeira norma oficial da Companhia é a chamada *Fórmula do Instituto*, aprovada pelo papa Paulo III em 1540 através da bula *Regimini militantis Ecclesiae*. Este documento apresenta, em linhas gerais, a missão e o funcionamento da Companhia. Com a aprovação da *Fórmula* e consequentemente da Companhia, foi dada autorização para que os jesuítas elaborassem Constituições particulares (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 37). Tais Constituições foram escritas pelo próprio fundador, que as concluiu em 1551 e as colocou para apreciação dos padres professores (BANGERT, 1985, p. 59). A sua aplicação foi sendo feita de forma gradual em cada província, tendo sido aprovadas em 1558 pela primeira

⁹⁷ “PORTE: s. m. La cantidad que se da o paga por llevar ó transportar alguna cosa de un lugar a otro, como son las cartas en los correos y otras cosas.” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 1817, p. 691). Uma referência ao uso de porte apareceu na carta do Pe. Leão Henriques ao Pe. Francisco de Borja, de 26 de junho de 1566, citada no capítulo anterior.

⁹⁸ “Sempre se coloque porte nas cartas que importam, ainda que venham por amigos, caso não fossem de muita confiança” (MI, *Ep.I*, p. 549, tradução nossa).

Congregação Geral, que escolheu o sucessor de Inácio de Loyola. O texto aprovado foi o mesmo escrito por Inácio, que o tinha escrito em língua espanhola (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 20).

Até hoje o texto das Constituições permanece o mesmo⁹⁹. Os pontos que não estão mais em vigor são apontados nas edições atuais, que contêm também as *Normas Complementares*. Tais normas, em geral, são decretos das diversas Congregações Gerais que apresentam regras surgidas posteriormente, ou que adaptam regras das Constituições para os tempos modernos. Somente uma Congregação Geral pode modificar as Normas Complementares (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 231).

Figura 2 – Reprodução da folha de rosto da primeira edição das *Constituições*

Fonte: Constitutiones... (1558).

As Constituições da Companhia de Jesus possuem diversas menções ao fazer epistolar. Algumas são mais menções explícitas, outras menos. Deste modo, pelo menos 17 artigos fazem menções diretas ou indiretas aos usos da carta pela Ordem.

Além de conter informações relativas sobre como a correspondência jesuítica deveria circular, como a periodicidade das cartas e quem deveria escrevê-las, as Constituições

⁹⁹ Para este trabalho foi utilizada uma edição brasileira das Constituições (2004, Editora Loyola), baseada em uma tradução portuguesa de 1975, feita pelo padre Joaquim Mendes Abranches. Apesar de o volume conter também as Normas Complementares aprovadas pela 34ª Congregação Geral, elas não foram utilizadas nesta pesquisa, por se tratar de texto posterior ao seu recorte temporal.

abordam em diversos artigos quando e por quem as cartas *não* devem ser utilizadas. Sendo assim, os artigos relativos à escrita de cartas podem ser divididos de acordo com o seu conteúdo. Ressalta-se que tal divisão não quer ser conclusiva; é somente um recurso didático para melhor compreensão deste trabalho:

- Proibição de escrever cartas (candidatos e membros em provação): artigos 60, 197, 244;
- Licença para escrever cartas em casos especiais (membros em provação): artigo 246;
- Escrita de cartas *ex officio*: artigos 504, 507, 629, 673-676, 679, 790, 801, 821;
- Leitura pública de cartas: artigo 252.

Uma análise mais atenta desses artigos revela não só como a Companhia de Jesus estruturava a sua rede epistolar de informações, mas também qual a relação permitida aos jesuítas com as cartas.

Apesar de regular o uso das cartas para o dia a dia da missão, as Constituições também deixam claro, conforme já comentado, os contextos em que ela não deve ser usada. As cartas são vistas como prejudiciais se forem usadas para fins particulares, sobretudo aos aspirantes à Companhia e aos jesuítas que estão em provação¹⁰⁰.

As primeiras partes das Constituições (Primeiro Exame Geral¹⁰¹, Primeira, Segunda e Terceira partes) dissertam sobre a admissão à Companhia: quem pode ser admitido, as etapas de discernimento e a dispensa dos que não foram considerados aptos. O primeiro contato com a Ordem é chamado de *Primeira Provação*, período dedicado ao conhecimento mútuo entre Companhia e candidato. Quem deseja iniciá-la, deve estar ciente de que as relações com o mundo exterior precisam ser rompidas, seja com os bens materiais (artigo 54), seja com outras pessoas, incluindo amigos e parentes. Neste sentido, o artigo 60 diz que essas relações, principalmente no início, são “de mais perturbação do que proveito para os que se dão à vida do espírito”, assim, o candidato é convidado a cortar tais relações, incluindo a “não receber nem escrever cartas, a não ser em alguns casos em que o superior julgar de outro modo”

¹⁰⁰ “*Probatio* [provação]: na primeira provação se faz um Exame geral, isto é, se procura conhecer o candidato a Companhia e à Companhia o candidato. O tempo previsto, 12-21 dias, é frequentemente reduzido quando o candidato é conhecido, mas comporta normalmente uma forma de Exercícios Espirituais e um diálogo com os examinadores designados pelo Provincial. A segunda provação é o noviciado de dois anos. A terceira provação é uma criação de Santo Inácio: os sacerdotes, antes da sua integração definitiva na Ordem, têm um 3º ano de noviciado para renovarem-se espiritualmente depois de longos anos de estudo e para aprofundar o conhecimento do Instituto” (GRAMATOWSKI, 1992, p. 16, tradução nossa).

¹⁰¹ O Primeiro Exame Geral é um documento informativo que antecede as Constituições, mas na prática já faz parte delas. O objetivo desse documento é apresentar a Companhia aos candidatos, por isso, alguns pontos presentes nele vão ser retomados ou aprofundados em outras partes das Constituições (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 45).

(CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 55-56), e caso viessem a ocorrer tais cartas enviadas ou recebidas, elas seriam vistas pelos superiores¹⁰².

Na mesma linha, o artigo 197, também tratando da Primeira Provação, reforça o que já havia sido determinado no artigo 60, ressaltando que o candidato não deverá manter contato por escrito ou oral com ninguém, tanto com internos como com externos à casa, a não ser os que forem designados pelo Superior (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 88).

A terceira parte das Constituições, denominada *Conservação e progresso dos que estão em provação*, como o próprio título sugere, apresenta instruções para o cuidado espiritual e corporal dos que já foram admitidos e estão na *Segunda Provação* (noviciado). Neste período de aprofundamento vocacional, mais uma vez pede-se aos que estão em provação (artigo 244) que se afastem de relações “por conversas ou cartas, com pessoas que os possam fazer esfriar nos seus propósitos” e que “tratem somente com pessoas e sobre assuntos que os ajudem a realizar o que pretendiam fazer no serviço de Deus Nosso Senhor, ao entrar na Companhia” (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 101). Apesar de parecer adotar tom mais ameno do que os artigos vistos anteriormente, sobretudo por parecer *sugerir* em vez de *ordenar* (“Para isso será muito útil que ponham de parte todas as relações [...]”), as cartas pessoais – e os contatos de uma forma geral – são vistos como inimigos do progresso espiritual daquele que está em provação.

Em alguns casos, é permitido o contato com parentes e amigos, desde que seja na presença de um terceiro designado pelo Superior. É o que diz o artigo 246, que acrescenta que a mesma licença poderia ser concedida para o uso das cartas, ainda assim elas precisariam ser mostradas a um encarregado do Superior, e no caso de recebimento de cartas, elas “irão primeiro àquele que foi designado pelo Superior. E este, depois de as ver, dá-las-á ou não ao destinatário, conforme julgar ser mais conveniente ao bem dele para a glória divina” (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 102)¹⁰³. Tal regulamentação de uma atitude censória de conteúdo demonstrava uma preocupação com possíveis interferências externas, que poderiam atrapalhar o discernimento dos noviços.

Se a utilização das cartas representa um perigo para o jesuíta em formação, para o jesuíta já formado e que é enviado em missão, elas se tornam elemento essencial do seu trabalho, a começar pelo do Superior Geral, pois sendo ele “alguém responsável por todo o corpo da Companhia, cujo ofício seja governar bem, conservar e desenvolver todo este corpo”

¹⁰² A parte do artigo que limita o envio e recebimento de cartas não está mais em vigor. Foi revogada pela 34ª Congregação Geral de 1995 (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 56, 102).

¹⁰³ Tal trecho do artigo – referente às cartas – também já foi revogado.

(CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 205), é necessário a ele o conhecimento do andamento dos trabalhos daqueles que são enviados em missão, por isso, o artigo 629 (da sétima parte) determina que:

Aonde quer que o Superior envie alguém, dar-lhe-á, normalmente por escrito, instruções completas sobre o modo de proceder e os meios que deseja se usem para o fim em vista. **Manter-se-á em frequente contato epistolar e será informado, tanto quanto as condições permitirem, de tudo o que acontece, para, do lugar onde está dar os conselhos e a ajuda possível,** segundo as necessidades das pessoas e as circunstâncias, a fim de que Deus Nosso Senhor seja mais bem servido e os membros da Companhia colaborem melhor para o bem comum. [...] (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 182, grifo nosso).

As informações vindas das missões são estratégicas para a tomada de decisão por parte do Superior: é através delas que pode ajudar os missionários no que necessitarem. E não só receber as cartas, também precisa escrevê-las: o artigo 790 diz que o Superior deve fazer com que os provinciais o mantenha informado do que se passa nas províncias; também deve expor a sua opinião sobre o que lhe for informado (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 217). Portanto, fica claro nas Constituições o desejo de formação de uma rede de correspondência ativa e passiva entre os membros da Companhia.

Detalhes de como deveria funcionar essa rede são encontrados na oitava parte, denominada *Meios de unir com a cabeça e entre si aqueles que estão dispersos*. Para este fim, a correspondência ocupa papel extremamente relevante, principalmente se é levado em conta o tempo histórico em que as Constituições foram elaboradas, no qual as formas de comunicação entre longas distâncias eram altamente limitadas. O envio e recebimento de correspondências são regulados pelos artigos 673-676.

O artigo 673, introdutório, possui teor semelhante aos comentados anteriormente (629 e 790): apresenta a correspondência epistolar como algo essencial para a união dos membros da Companhia, porém, determina pontos essenciais para a compreensão dessa correspondência. Este artigo, em linhas gerais, determina o que essa correspondência deve conter (“o intercâmbio frequente de informações entre uns e outros, e conhecimento das notícias e comunicações vindas das diversas partes”), quem deve escrevê-la (“Este encargo pertence aos Superiores, em particular ao Geral e aos Provinciais”) e o porquê ela deve ser escrita (“providenciarão para que em cada lugar se possa saber o que se faz nas outras partes, para consolação e edificação mútuas em Nosso Senhor”) (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 191-192).

O tema do artigo 674 é a periodicidade da correspondência e a quem ela é destinada. As primeiras regras determinam uma correspondência “de cima para baixo”, ou seja, de superiores para subalternos: os superiores locais e os enviados em missão devem escrever ao provincial uma vez por semana. Igualmente, os provinciais escrevem ao Geral uma vez por mês. Caso a distância fosse grande e houvesse dificuldades com o correio, os superiores locais e provinciais poderiam escrever uma vez por mês. Já o Padre Geral deve escrever aos provinciais pelo menos uma vez por mês. Os provinciais também devem escrever aos superiores locais em igual frequência, mas se houver necessidade pode-se escrever mais vezes.

O artigo 675, o maior deles, apresenta normas práticas relativas à escrita e à circulação das cartas. Ressalta-se, entretanto, que esse artigo se refere a um tipo específico de carta do universo epistolar jesuítico: a chamada carta quadrimestral ou ainda carta de edificação, escritas a cada quatro meses e que só continham notícias de edificação. Estas cartas serviam para serem divulgadas em toda a Companhia (e também para o público externo), diferentemente das referidas no artigo 674, que eram cartas mais particulares, de prestação de contas entre religiosos e seus superiores. O quadro a seguir resume as instruções do artigo 675:

Quadro 3 – Esquema de produção e circulação da carta quadrimestral / de edificação

Autor/remetente	Superior ou reitor de cada casa ou colégio;
Destinatário	Provincial, que deveria remetê-la ao Geral;
Periodicidade	A cada quatro meses;
Conteúdo	Somente notícias de edificação;
Idioma	Uma em língua vernácula e outra em latim;
Quantidade de cópias	Duas cópias de cada uma (vernáculo e latim);
Procedimento ao receber (Provincial)	Enviar ao Geral uma cópia de cada carta juntamente com outra sua, contando fatos importantes ou omitidos nas primeiras. Tirará quantas cópias forem necessárias para distribuição aos outros membros da Província;
Procedimento ao receber (Padre Geral)	Fará com que se tirem cópias das cartas recebidas para serem remetidas a todos os outros provinciais, que também farão cópias para os de sua Província.

Fonte: elaborado pelo autor com base nas Constituições (2004, p. 192).

Tais regras sustentam ainda mais a ideia de uma complexa rede de troca de informações que existia entre os jesuítas. Além de definir tópicos como idiomas, conteúdo e a maneira como elas deveriam circular, este artigo chama a atenção por também prever exceções, ou casos em que tais regras não pudessem ser seguidas corretamente. Por exemplo,

quando prevê que as cartas poderiam ser remetidas diretamente ao Geral pelos superiores locais e reitores, caso fosse se perder muito tempo em enviá-las ao provincial; neste caso, o provincial deveria receber uma cópia dela. É também previsto que, caso o provincial prefira, os superiores locais já enviem cópias aos outros membros da Província das cartas destinadas a ele. E em caso de intercâmbio frequente entre Províncias (como “Portugal e Castela”), os provinciais podem trocar entre si as cartas enviadas ao Geral.

Todo esse trabalho epistolar objetivava principalmente que “as notícias de uma província cheguem ao conhecimento das outras” (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 192). Por este motivo, o conteúdo de tais cartas era controlado, deveria haver somente “notícias de edificação”, ou conteúdo que servisse para fortalecer espiritualmente os outros membros. Conforme pede o artigo 252, tais cartas eram inclusive lidas em voz alta no momento das refeições, para que “enquanto se dá a refeição ao corpo, dê-se também ao espírito a sua” (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 103).

Também a cada quatro meses, como pede o artigo 676, todas as casas e colégios deveriam enviar uma lista em duas cópias ao provincial, contendo informações sobre os membros da casa (nome, tarefa que exerce, membros ausentes e/ou falecidos). O provincial deveria enviar uma dessas cópias ao Geral, para que a ele fosse possível “ter maior conhecimento das pessoas, e dirigir melhor todo o corpo da Companhia para glória de Deus Nosso Senhor” (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 193). O artigo não diz se tal listagem deveria necessariamente seguir junto com a carta quadrimestral.

O artigo 679 indica que essa troca epistolar entre o Geral e o restante da Companhia, servia também para que a reunião geral da Ordem (Congregação Geral) fosse realizada somente em alguns casos, uma vez que as cartas já levavam informações para todos os membros da Companhia, o que tornava desnecessária a realização de assembleias periódicas (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 193).

Os artigos até aqui apresentados dão ideia do grande volume de cartas que era recebido pelo Geral da Companhia. Seria pouco provável que uma única pessoa conseguisse administrar sozinha tantas cartas, vindas das mais diversas localidades. Por isso, as Constituições preveem no artigo 801 que o Geral tenha um secretário, que entre outras funções, fique responsável por recolher das cartas recebidas pelo Geral os pontos que exigiam uma resposta. Também pode, caso seja delegado para isso, responder as cartas, que devem ser assinadas pelo Geral, ou por ele mesmo (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 220).

As Constituições previam ainda outras formas de utilização das cartas no trabalho da Companhia. Tais recomendações não estão mais em vigor, pois todos esses artigos foram posteriormente revogados pela 34ª Congregação Geral de 1995:

- Artigo 207: Além do Geral, os provinciais e superiores locais também possuíam poderes para dispensar aqueles que não foram aprovados. Esses poderes poderiam ser limitados pelo Geral, caso desejasse, através de “cartas secretas” (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 92).
- Artigos 504 e 507: O reitor das universidades jesuíticas deveria escrever anualmente ao Superior Geral para dizer a respeito dos professores e outros membros da Companhia que trabalhassem com ele. Outros que possuíam cargos estratégicos na universidade (colateral, síndico e conselheiro) deveriam escrever ao Geral sobre o reitor, também anualmente; e duas vezes por ano, ao provincial. O artigo 507 determinava que tais cartas fossem enviadas fechadas, para que ninguém soubesse do seu conteúdo. Caso o Geral ou o provincial quisessem mais informações sobre o trabalho do reitor, poderiam escrever para pedir mais detalhes não só aos remetentes da carta, mas também aos professores e aos outros jesuítas. E complementa: “para que isso não pareça inovação, dar-se-ão essas informações como coisa normal, pelo menos de três em três anos” (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 149-150).

Vê-se então que as cartas *ex officio*, ou seja, as que faziam parte do trabalho do jesuíta, visavam sobretudo informar aos superiores o andamento dos trabalhos missionários, mas também possibilitar que todos pudessem estar informados sobre todos. Além desse caráter prático, a troca de correspondência favorecia também a união dos membros e, conseqüentemente, a unidade de toda a Companhia, conforme aponta o artigo 821, um dos últimos das Constituições:

O que ajuda para a união dos membros desta Companhia, entre si e com a cabeça, ajudará também muito para a manter em seu bom estado. Em especial o vínculo das vontades, ou seja, da caridade e do amor mútuo. **Para isto concorrerá que todos comuniquem frequentemente uns com os outros, e recebam notícias uns dos outros**, professem a mesma doutrina, e guardem, tanto quanto possível, a uniformidade em tudo. [...] (CONSTITUIÇÕES..., 2004, p. 226, grifo nosso).

Neste sentido, o papel das *Constituições* na normatização dessa troca epistolar é de grande destaque, pois tirava da correspondência do jesuíta qualquer marca de personalidade:

quem escrevia, independente de quem fosse, o fazia como membro de um corpo, altamente regulado, onde tudo, inclusive uma carta, concorria para o sucesso da missão.

3.4 *Formula sribendi* (1565)

A *Formula sribendi* (Regra de escrita) foi uma das diversas *Regras* elaboradas pela Companhia no século XVI, e determinava como deveria funcionar o comércio epistolar da Ordem. As suas origens estão na carta de Polanco que determinavam as *Reglas que deven observar acerca del escribir los de la Compañía que están esparzidos fuera de Roma*, de 1547.

Após as *Reglas* e antes da elaboração da *Formula*, existiram outras prescrições que foram preparadas no tempo do segundo Padre Geral da Companhia, o Pe. Diego Laínez (1512-1565), que substituiu a Inácio de Loyola, de 1558 a 1565. Tendo o título de *Ratio sribendi*¹⁰⁴, foi elaborada no decorrer de 1559 e continha algumas instruções para a escrita epistolar que já estavam presentes nas Constituições. Esta norma foi retocada em 1564, culminando em uma nova versão datada de 18 de outubro desse ano. A *Ratio* apresentava uma parte substancial do que depois seria a *Formula*, como quando regulamentava quem seriam os correspondentes, os assuntos a serem abordados, os tipos de cartas e a sua frequência (SCADUTO, 1964, p. 217-226), podendo ser vista como um embrião da mesma.

Sob o título de *Formula sribendi auctoritate tertiae congregationis confecta* (Fórmula de escrita preparada com autorização da 3ª Congregação [Geral]), o texto é composto de 35 artigos. Na coleção das *Regras*, saíram pela primeira vez na edição de 1580 (FORMULA..., 1580, p. 138-146), tendo sido publicadas também em diversas edições posteriores das mesmas *Regras*. Há, porém, o que parece ser um erro no título, que foi constatado por esta pesquisa e é digno de nota: a *Formula sribendi* não é originária da 3ª Congregação, que ocorreu em 1573; na verdade, elas foram redigidas e aprovadas na 2ª Congregação (1565), o que pode ser comprovado pelos *Decretos* dessa mesma Congregação, impressos pela primeira vez em 1568 (DECRETA..., 1568)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Este documento analisado por Scaduto (1964) possui o título completo de *Qua ratione uti debent sribendi qui extra Urbem in Societate nostra versantur* e se conserva manuscrito no Arquivo Romano da Companhia, e ao que parece jamais foi publicado. Segundo o autor, ele permaneceu inédito pois em pouco tempo, mais especificamente em 1564, começaram a ser feitas mudanças na fórmula de escrita (SCADUTO, 1964, p. 219).

¹⁰⁵ Mesmo não trazendo o texto completo da *Formula sribendi*, o volume da MHSI que contém as primeiras regras da Companhia faz um breve comentário sobre a *Formula*, remetendo o leitor que deseje acessar o texto completo para a carta de Polanco de 1547 (publicada anteriormente na mesma coleção) e para a edição de 1580 das *Regulae*. O erro no título também não foi notado pelos editores da MHSI (cf. MONUMENTA IGNATIANA..., 1948, v. 4, p. 147).

O decreto 21 aponta a importância de se redatar normas para a escrita epistolar. Para prepará-las, o Prepósito Geral elegeu três padres: Diego Mirón (1516-1590), Everard Mercurian¹⁰⁶ (1517-1580) e Benedetto Palmio (1523-1598), juntamente com os padres Cristóbal Madrid (1503-1573) e Juan Polanco (1517-1576) (DECRETA..., 1568, p. 93-94).

Os cânones 12-19 (DECRETA..., 1568, p. 140-142) e o decreto 73 (DECRETA..., 1568, p. 113-115) apresentam a versão da *Formula scribendi* que foi aprovada pela Congregação, que é mais resumida do que a versão de 1580, mas já apresenta toda a sua essência.

Logo após a sua aprovação em 1565, a *Formula scribendi* e os outros decretos da 2ª Congregação Geral foram difundidos entre os jesuítas para a sua imediata aplicação. Isso pode ser constatado na própria correspondência jesuítica, mais especificamente na instrução direcionada ao Pe. Inácio de Azevedo, por ocasião de sua visitação à Província do Brasil, de 24 de fevereiro de 1566. Dentre diversas instruções dadas a Azevedo, é pedido que ele leve e ponha em aplicação o “modo de escrever”:

Lleve consigo copias de las ordenaciones que se han hecho estos meses passados acerca del modo del escrevir, la forma de las casas de probación, del alargar la oración, del andar acompañados, y las demás ponga en práctica lo que buenamente se puede, y de lo que no se pudiere, se me dé aviso (MB, IV, p. 326-327)¹⁰⁷.

Meses depois, em 19 de novembro de 1566, Azevedo presta contas de sua visitação e responde ao Geral Pe. Francisco de Borja, confirmando que executou o que lhe havia sido solicitado:

Lo que se ha hecho aqui es poner en execución las Constitutiones y reglas y los decretos de las Congregationes y la demás orden que se ha mandado de Roma, scilicet, de la oración, y Casa de Probación, y del andar acompañados, y modo [de] escrevir etc. Todo spero con la Divina ajuda que proceda bien a gloria de Nuestro Señor (MB, IV, p. 368)¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Posteriormente, o padre Everard Mercurian (ou Everardo Mercuriano) exerceu o cargo de 4º Prepósito Geral da Companhia, tendo sido eleito pela 3ª Congregação Geral de 1573.

¹⁰⁷ “Leve consigo cópias das ordenações que foram feitas nestes meses passados acerca do modo de escrever, da forma das casas de provação, do aumento da oração, do andar acompanhados, e as demais ponha em prática o que boamente se possa, e o que não puder, me dê aviso” (MB, IV, p. 326-327, tradução nossa).

¹⁰⁸ “O que foi feito aqui foi pôr em execução as Constituições e regras e os decretos das Congregações e as demais ordens mandadas de Roma, isto é, da oração, da Casa de Provação e do andar acompanhados, e do modo de escrever etc. Tudo espero com a Divina ajuda que proceda bem a glória de Nosso Senhor” (MB, IV, p. 368, tradução nossa).

Ambos os trechos corroboram a percepção de que a *Formula scribendi* é de fato fruto da 2ª Congregação Geral.

Outras duas edições dos *Decretos* (DECRETA..., 1615, 1635) também apresentam a *Formula scribendi* como fruto da 2ª Congregação¹⁰⁹, o que confirma o erro no título na versão de 1580. Nas edições do *Institutum*, as regras para a escrita de cartas estão intituladas somente como *Formula scribendi*, sem apontar a Congregação em que foi elaborada (INSTITUTUM..., 1705, v. 1, p. 361).

Na bibliografia de Sommervogel é possível observar que existiram dezenas de edições das *Regulae* em latim entre os séculos XVI e XIX (SOMMERVOGEL, 1894, v. 5, p. 99-105). É bem provável que todas as edições anteriores à Supressão da Companhia, ocorrida em 1773, saíram com a *Formula scribendi*¹¹⁰, do mesmo modo que as edições do *Institutum*.

Quanto às traduções das *Regulae*, fizeram-se entre os séculos XVI e XIX em pelo menos oito idiomas: alemão, espanhol, holandês, francês, húngaro, italiano, polonês e português (SOMMERVOGEL, 1894, v. 5, p. 105-109). Seria interessante saber em quais delas houve a tradução da *Formula scribendi*¹¹¹. Em português, conforme comentado anteriormente, existiram duas edições das *Regras* anteriores à Supressão (1582 e 1603); uma terceira edição (1675) traz somente as regras próprias dos irmãos coadjutores temporais (SOMMERVOGEL, 1894, v. 5, p. 109). As duas primeiras edições não trazem a *Formula scribendi*, conforme foi possível constatar após análise feita nas obras.

Posteriormente à Restauração da Companhia (1814), é bem provável que a *Formula scribendi* tenha sido pouco reproduzida e/ou traduzida, uma vez que ela foi substituída por um novo documento, mais completo e abrangente: as *Practica quaedam ad formulam scribendi* (Algumas práticas para a fórmula de escrita). Publicadas pelo 3º Prepósito Geral pós-restauração, padre Jan Roothaan (1785-1853), tiveram diversas revisões posteriores. Após a 27ª Congregação Geral, uma nova edição foi lançada (1925), e outras edições se seguiram em 1933, 1948 e 1954. Após o Concílio Vaticano II, uma nova edição foi publicada em 1973 (também em uma tradução inglesa), com o título levemente modificado: *Practica quaedam de commercio epistolari et rebus cum Patre Generali agendis*, e conteúdo totalmente revisado. Uma nova edição saiu em 1986, também com diversas modificações e em quatro idiomas (inglês, francês, alemão e espanhol) (GERHARTZ, 1991, p. V-VI). A 35ª Congregação Geral

¹⁰⁹ Ressalta-se, porém, que a numeração dos cânones e decretos é diferente nas três edições, embora o conteúdo seja o mesmo.

¹¹⁰ Para confirmar essa hipótese seria necessário verificar todas as edições das *Regulae*, o que não foi possível. De acordo com Sommervogel (1894, p. 105), a última edição das *Regulae* antes da Supressão é de 1759.

¹¹¹ Por motivo de foco da pesquisa, tal análise não foi realizada.

(2008) decidiu que as *Practica quaedam* deveriam ser atualizadas; por isso, em 2010, foi montada uma comissão para a revisão do documento, pois a última edição até então era de 1997 (JESUIT PRESS AND INFORMATION OFFICE, 2010). A 36ª Congregação (2016) confirmou as atualizações (CONGREGAÇÃO GERAL 36, 2016).

Ao contrário da *Formula scribendi*, as *Practica quaedam* são muito mais abrangentes, constituindo-se em um verdadeiro manual de escrita. Nelas podem ser encontrados diversos exemplos de como redigir cartas e documentos para as mais diversas situações.

Pelo fato de ter sido a primeira edição propriamente dita da *Formula scribendi* (se não for levado em consideração a sua publicação junto com os *Decretos* da 2ª Congregação), foi escolhida para análise por parte desta pesquisa a versão publicada em 1580 nas *Regras*. Conforme já comentado, a *Formula* não aparece nas traduções portuguesas das *Regras*, e não foi possível encontrar uma tradução mesmo em outras fontes¹¹². Por isso, uma tradução diretamente da versão latina de 1580 foi feita especialmente para esta pesquisa. Por conta da importância do documento e do ineditismo da tradução, ele vem reproduzido no Apêndice A, juntamente com a transcrição do original.

Figura 3 – Reprodução da primeira página da *Formula scribendi* (1580)

Fonte: Formula... (1580, p. 138).

¹¹² Alguns trabalhos em português fazem menção ao conteúdo da *Formula scribendi*, com tradução e análise de pequenos trechos, como o trabalho de Holler (2006), mas não foi encontrado nenhum que trouxesse uma tradução na íntegra.

O primeiro artigo da *Formula scribendi* lembra o objetivo e o fim da correspondência jesuítica: servir à união da Companhia. Para o cumprimento deste fim, os artigos posteriores normatizam como e quando as cartas deveriam circular.

Os artigos 2 a 6 apresentam como deveriam funcionar as trocas epistolares entre superiores locais (de casas e colégios) e seus provinciais. Na Europa, os superiores deveriam escrever ao seu provincial semanalmente; nas Índias, com a frequência que o provincial considerar oportuna. Quanto ao conteúdo, os provinciais deveriam ser informados de todas as coisas possíveis a respeito do andamento das missões, incluindo o que desse errado, de tal modo que “o Provincial veja todas as coisas como se acontecessem em sua presença” (artigo 3). Há um pedido especial para que os provinciais fossem avisados sobre os jesuítas que viessem a falecer, para que providenciassem orações de sufrágio e comunicasse ao Geral e aos outros provinciais próximos. Já os provinciais, escreveriam aos superiores de sua província mensalmente. Também poderiam escrever a outras pessoas, caso fosse conveniente.

Os artigos de 7 a 12 tratam das cartas enviadas ao Prepósito Geral. Na Europa, os provinciais deveriam escrever ao Geral uma vez ao mês; os superiores locais e mestres de noviços, a cada três meses. Na Índia, os provinciais escreveriam quando houvesse navio; os superiores, anualmente. Os do Brasil e Nova Espanha, duas vezes ao ano.

Quanto aos remetentes, o artigo 12 ressalta que qualquer jesuíta poderia escrever ao Geral, e não deveria ser impedido ou ter suas cartas abertas pelos superiores imediatos. O artigo 10 autoriza que os superiores locais e mestres de noviço escrevam ao Geral para falar sobre seu provincial: quando ele não tiver providenciado algo ou quando o superior discordar em algo dele.

Com relação ao conteúdo, as cartas escritas pelos provinciais ao Geral deveriam ser altamente detalhadas, narrando as condições das casas da Província, além de dizer o que possa ter sido omitido nas cartas dos superiores locais. A escrita deveria ser “em modo que o Geral tenha sob seus olhos a condição das Províncias e de todas as pessoas” (artigo 11).

Nos artigos 13 a 17 encontram-se as normas para a escrita das cartas de negócios. Tais cartas deveriam ser endereçadas diretamente ao Geral e o recomendável era que não fossem em uma só cópia: cartas de negócios importantes da Índia e do Brasil deveriam ir em três cópias separadas. De outras localidades, em duas cópias, caso houvesse perigo de extravio. O conteúdo da carta deveria ser repetido nas posteriores, para que ela fosse encontrada pelo Geral se preciso. O remetente deveria ainda guardar cópia ou resumo da carta.

Por conterem informações confidenciais e estratégicas, tais cartas recebiam grande importância. O que explica até o uso de códigos que nelas deveriam ser usados. Se o conteúdo da carta necessitasse ser completado com outras informações ou da colaboração do Procurador Geral¹¹³ para seu entendimento, deveriam conter a letra “P” abaixo do endereço. Caso a carta contivesse algo secreto ou que deveria ser de conhecimento somente do Geral, deveria ser escrita em separado. Se fosse no mesmo pacote que as outras, precisaria ir com a expressão *solí* (só para ele) abaixo do endereço (desta forma, a carta seria entregue diretamente ao Geral, e não seria aberta pelos seus secretários). Se fosse expedida sozinha, iria enrolada em outra carta que não deveria conter o *solí*.

Os artigos de 18 a 24 (excetuando-se o artigo 23) tratam da escrita de cartas pelos consultores dos superiores e reitores de universidades. Consultores de superiores locais escreveriam ao provincial duas vezes ao ano (janeiro e julho) e ao Geral uma vez ao ano (janeiro). Já os consultores de provinciais tinham que escrever ao Geral duas vezes ao ano (janeiro e julho), mas em caso de urgência poderiam escrever mais vezes. Nestas cartas, os consultores deveriam escrever com sinceridade a respeito de seu superior e de sua administração.

De modo semelhante aos consultores de superiores locais, os reitores de universidades deveriam escrever uma vez por ano ao Geral e duas vezes por ano ao provincial, para falar sobre os professores e os jesuítas que trabalhassem na universidade. O chanceler e os conselheiros da universidade também deveriam escrever sobre o seu reitor.

Os jesuítas que não fossem superiores não poderiam encarregar outras pessoas de escrever as suas cartas, a não ser por motivo de doença (artigo 18). As cartas dos consultores e oficiais das universidades deveriam ir assinadas e um não deveria saber o que o outro escreveu (artigo 22). Caso fosse necessário escrever algo que pudesse atingir a alguém, deveria ser escrito de modo que não o ofendesse (artigo 24).

O artigo 23 trata dos livros de inspeção. Casas e colégios poderiam receber visitantes ou inspetores, encarregados de verificar o andamento dos trabalhos. Por isso, o artigo determina que os superiores deveriam ter um livro para escrever as instruções enviadas pelo Geral através do visitador, “distinguindo em folhas separadas as que forem perpétuas e as que forem temporárias” (artigo 23). As instruções do próprio visitador ou do provincial deveriam ir em outro livro.

¹¹³ “Procurador (Proc): vários ofícios estão sob este nome. O principal é aquele do Procurador Geral: é um oficial escolhido pelo Geral para a administração temporal, jurídica e econômica que interessa a toda a Ordem. [...]. O Procurador Geral, como os procuradores gerais das outras Ordens, tinha também a responsabilidade dos negócios com a Cúria Romana.” (GRAMATOWSKI, 1992, p. 16, tradução nossa).

Os artigos de 25 a 30, conforme divisão do próprio documento original, tratam da elaboração das cartas ânuas (anuais). Estas cartas eram feitas a partir de relatos de coisas de edificação e consolação que deveriam ser enviados pelos superiores locais ao seu provincial no final de cada ano. O provincial deveria então selecionar ou enriquecer esses relatos para escrever uma carta ao Geral, a ser enviada no mês de janeiro de cada ano.

Quanto ao conteúdo, exigia-se também nestas cartas uma grande quantidade de detalhes: dados numéricos relacionados à Companhia (quantidade de membros, quantos entraram ou saíram etc.), detalhes do ministério dos jesuítas, situação dos colégios, a visão que se tem da Companhia no local etc. Tais relatos deveriam conter somente o que servisse para a “edificação” dos outros, e deveriam ser escritas de modo que pudessem ser lidas publicamente, por isso não poderiam conter coisas que desagradassem a outras pessoas.

As cartas deveriam ser escritas em latim, “com exceção dos lugares onde essa língua não é comum” (artigo 30), e em quantidade de cópias no mesmo número da quantidade de províncias de toda a Companhia¹¹⁴, e para elas deveriam ser enviadas. Após o recebimento na província, elas deveriam ser lidas em todas as casas e colégios, não devendo ficar mais de uma semana em cada uma, pois precisariam seguir para outras casas. Depois deveriam permanecer arquivadas na casa mais importante da província.

Os artigos de 32 a 35 não tratam da escrita de cartas propriamente ditas, mas sim da elaboração de catálogos de informações, que deveriam ser feitos anualmente pelos superiores das casas e colégios. O primeiro catálogo conteria informações detalhadas sobre os religiosos da província, como nome, idade, tempo de Companhia, nacionalidade etc. No segundo seria descrita a personalidade e qualidades de cada jesuíta. Os dois catálogos seriam remetidos ao provincial no final de cada ano.

O provincial então faria um terceiro catálogo com o nome e o ministério de cada um de sua província e um suplemento dos dois primeiros, com as alterações ocorridas no decorrer do ano. O terceiro catálogo e o suplemente seriam enviados ao Geral pelo provincial no mês de janeiro. O primeiro e o segundo deveriam ser assinados pelo provincial e entregues ao Procurador da província, para que ele entregasse ao Geral.

¹¹⁴ Para se ter uma ideia da quantidade de cópias, em 1580, data de publicação da *Formula scribendi*, a Companhia de Jesus possuía 19 Províncias divididas em seis Assistências (grupo de províncias por semelhança linguística): Assistência da Itália (4 províncias), Assistência de Portugal (3 províncias), Assistência da Espanha (6 províncias), Assistência da França (2 províncias), Assistência da Alemanha (3 províncias) e Assistência da Polônia (1 província) (cf. HAMY, 1892).

3.5 Análise e comparação das prescrições

Apesar de as três normas apresentarem conteúdo semelhante é possível perceber leves diferenças de foco entre elas.

Nas *Reglas* aparece uma maior preocupação com o processo de circulação da carta em si, ao prever, por exemplo, o uso de intermediários para a entrega das cartas, o intercâmbio de cartas entre regiões vizinhas e o uso das *hijuelas*, que aparecem somente nessa regra. Há ainda prescrições mais detalhadas quanto aos temas das cartas: o que nelas escrever ou não.

Já as *Constituições* parecem focar mais no papel da carta para o funcionamento da Ordem. Apresenta ainda diversas instruções sobre quando e por quem a carta não deveria ser usada: para o jesuíta em formação e aspirante, a carta era considerada um perigo. Também previam algumas exceções, quando as regras para a escrita e para a circulação não pudessem ser cumpridas.

A *Formula scribendi*, mais completa e detalhada do que as outras duas, diferencia claramente as cartas de negócios das cartas de edificação.

Com relação à tipologia da carta, as *Reglas* apresentam dois tipos: a carta periódica entre religiosos e superiores para tratar do andamento das missões, que pode ser entendida como “corriqueira”¹¹⁵ e que deveria ser periodicamente mandada a Roma; e a carta de edificação, a ser enviada a cada quatro meses. As *Constituições* também abordam esses dois tipos, mas apresentam outras ocasiões em que a carta era usada *ex officio*. Já na *Formula scribendi* encontram-se regras para a carta “corriqueira”, a carta de negócios e a carta de edificação, que nas regras anteriores era quadrimestral, mas nessa regra foi transformada em anual (carta ânuia).

Normas para a redação de catálogos ou listas de informações sobre os religiosos aparecem nas *Constituições* e na *Formula scribendi*. Em ambas a redação deste catálogo é de responsabilidade do superior local que o deveria remeter ao provincial e este ao Geral. Só que há diferenças na periodicidade: nas *Constituições* eles eram quadrimestrais; na *Formula scribendi*, anuais.

Sobre a periodicidade dos diversos tipos de cartas, os quadros a seguir resumem todas as situações das regras¹¹⁶:

¹¹⁵ Apesar deste termo não aparecer em nenhuma das regras, foi adotado aqui para fins didáticos.

¹¹⁶ As cartas de negócios, citadas na *Formula scribendi*, não tinham uma periodicidade predefinida: deveriam ser escritas de acordo com a necessidade.

Quadro 4 – Periodicidade das cartas jesuíticas (cartas “corriqueiras” ou *ex officio*)

Remetente/destinatário	<i>Reglas...</i> (1547)	Constituições (1558)	<i>Formula scribendi</i> (1565)
Jesuítas de dentro da Itália → Cúria jesuítica (Roma)	A cada oito dias	-	-
Jesuítas de fora da Itália → Cúria jesuítica (Roma)	A cada quatro meses	-	-
Superiores locais → provincial	-	Semanalmente	Semanalmente (Europa) Quando o provincial julgasse oportuno (Índias)
Superiores locais → Geral	-	-	A cada três meses (Europa) Anualmente (Índias) Duas vezes por ano (Brasil e Nova Espanha)
Provincial → Geral	-	Mensalmente	Mensalmente (Europa) Quando houvesse navio (Índia) Duas vezes por ano (Brasil e Nova Espanha)
Geral → provinciais	-	Mensalmente	-
Provincial → superiores locais	-	Mensalmente	Mensalmente (Europa) Quando o provincial julgasse oportuno (Índias)
Reitor (universidade) → Geral	-	Anualmente	Anualmente
Reitor (universidade) → provincial	-	-	Duas vezes por ano
Conselheiro/síndico/consultor (universidade) → Geral	-	Anualmente	Anualmente (consultores dos superiores locais) Duas vezes por ano (consultores provinciais)
Conselheiro/síndico/consultor (universidade) → provincial	-	Duas vezes por ano	Duas vezes por ano

Fonte: elaborado pelo autor com base em *Reglas...* (MI, *Ep.I*), *Constituições...* (2004), *Formula...* (1580).

O quadro 4 apresenta os remetentes, destinatários e as devidas periodicidades das cartas que aqui foram denominadas corriqueiras ou *ex officio*. Se na primeira regra é prevista apenas a divisão entre jesuítas de dentro e fora da Itália, que escreveriam para a Cúria

jesuítica, nas duas regras seguintes é especificado de quanto em quanto tempo deveriam escrever os ocupantes de determinados cargos na estrutura da Companhia. Entre as regras de 1558 e 1565 não se verificam alterações substanciais relacionadas à periodicidade, mas algumas situações que constavam nas Constituições não estão presentes na *Formula* (como a exigência de que o Geral escrevesse mensalmente aos provinciais). Por outro lado, outras que estão na *Formula* não apareceram nas demais (como por exemplo, a ordem dada aos superiores locais de escreverem diretamente ao Geral, em tempo a depender da localidade).

Quadro 5 – Periodicidade das cartas jesuíticas (cartas de edificação para Roma)

<i>Reglas...</i> (1547)	<i>Constituições</i> (1558)	<i>Formula scribendi</i> (1565)
A cada quatro meses	A cada quatro meses	Anualmente

Fonte: elaborado pelo autor com base em *Reglas...* (MI, *Ep.I*), *Constituições...* (2004), *Formula...* (1580).

No quadro 5 aparece a periodicidade das cartas de edificação, ou quadrimestrais, devido à exigência de que fossem enviadas a cada quatro meses pelos superiores. Com a *Formula scribendi* elas passaram a ser redigidas anualmente.

Quadro 6 – Periodicidade dos catálogos ou listas de informação

Remetente/destinatário	<i>Reglas...</i> (1547)	<i>Constituições</i> (1558)	<i>Formula scribendi</i> (1565)
Superior local → provincial → Geral	-	A cada quatro meses	Anualmente

Fonte: elaborado pelo autor com base em *Reglas...* (MI, *Ep.I*), *Constituições...* (2004), *Formula...* (1580).

Os catálogos ou listas com informações sobre os religiosos de uma província foram previstos pelas Constituições e pela *Formula*, e do mesmo modo como ocorreu com as cartas de edificação, houve uma mudança na periodicidade (de quadrimestrais para anuais).

Uma preocupação que aparece principalmente nas *Reglas*, e de uma forma menor na *Formula scribendi*, é com os possíveis roubos ou extravios das cartas. Tal preocupação é compreensível, pois as cartas dos jesuítas continham informações importantes e estratégicas da política e das riquezas naturais dos locais de missão. E as interceptações e roubos eram reais: conta Burke que no século XVII, os embaixadores ingleses mantinham agentes em Roma e Turim para interceptação de correspondências, “em particular dos jesuítas” (BURKE, 2003, p. 116).

Embora cada uma das normas apresente as suas especificidades e diferenças, fica evidenciado nas três que a carta na Companhia é sempre um instrumento de missão ou trabalho apostólico, nunca utilizada para fins pessoais, e essencial para a manutenção da estrutura hierárquica em que a Ordem se constituiu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir uma pesquisa ou parte dela talvez seja o que o pesquisador mais almeje. No caso de um mestrado, a última etapa é a entrega e a defesa da dissertação, que é quando a pesquisa se materializa e se apresenta às outras pessoas. O fato de concluir uma das etapas não significa que a pesquisa esteja concluída: apenas uma parte dela está. Trata-se de um ponto, e não de um ponto final. Pois como foi exposto na Introdução, a pesquisa é como um quebra-cabeça que permite a alteração, retirada e acréscimo de peças, e muitas delas ainda estão escondidas dentro de caixas empoeiradas e sequer foram descobertas; por isso, por mais que foram encontradas respostas para diversas perguntas, algumas outras tantas ficaram ainda sem respostas.

Esta pesquisa procurou identificar e analisar as três principais normas epistolares dos primórdios da Companhia de Jesus, sem deixar de apresentar o contexto histórico, social e religioso do período analisado. Foi de extrema importância o entendimento desse contexto, pois analisar as normas ou as cartas por si só, sem relacioná-las com o seu presente e com o passado próximo, poderia levar a juízos equivocados, como por exemplo, acreditar que o estilo da carta jesuítica foi totalmente inovador, e o que a literatura mostrou foi que a sua escrita seguia os preceitos da *ars dictaminis* medieval. Ou mesmo acreditar que ao controlar a sua correspondência com rígidas normas a Companhia tivesse objetivos unicamente religiosos: a História mostrou que muito de político havia nessa matéria.

Não se nega, contudo, o que parece ter sido o pioneirismo dos jesuítas no uso de normas epistolares próprias dentro da Igreja Católica. Nem a criação de uma rede de informações que se formou através de suas trocas epistolares, pois por terem espalhado seus membros pelas mais diversas partes do mundo até então conhecido, originou-se um sistema, que mais do que prever o envio de cartas de um local a outro, delas realizava correção, tradução, impressão e guarda. Tudo isso só foi possível pois existiam regulamentos que estabeleciam que assim se fizesse. Foi a estrutura (representada pelas normas) que possibilitou a formação dessa rede epistolar.

Entretanto, fica bastante claro que os jesuítas foram beneficiados pelos avanços que estavam acontecendo no contexto em que estavam inseridos, principalmente no que se refere aos campos epistolar e informacional.

Com relação ao primeiro, o século XVI representou um marco, pois o número de manuais epistolares aumentou consideravelmente, além de terem surgido os até então mais bem elaborados. Fora o crescimento da produção epistolar em si, que também se verificou

nesse século. Mas é preciso ressaltar que, no que se refere à construção retórica da correspondência jesuítica, há pouca influência das concepções então recentes, pois a sua estruturação seguia padrões claramente medievais (*ars dictaminis*).

No campo informacional, a situação não foi diferente, pois a invenção da prensa móvel influenciou o panorama cultural e educacional europeu, pois tendo ocasionado um grande aumento na quantidade e variedade de documentos/livros em circulação, proporcionou o avanço do conhecimento de forma direta. Neste aspecto, é possível observar como a Companhia de Jesus se apropriou do que era então atual: a prensa e o seu produto principal passaram a fazer parte da estrutura da Ordem. A criação de colégios (cujos cursos necessitavam de livros), a abertura de bibliotecas nas casas e escolas, a montagem de tipografias e a publicação de obras próprias, são exemplos de como a Companhia colocou a invenção de Gutenberg a favor de seus trabalhos, levando-os a também ter um papel ativo no panorama informacional do período, apesar de não ter sido somente através do impresso que tenha se dado a contribuição dos jesuítas: a sua epistolografia foi igualmente essencial nesse campo.

Através das cartas dos jesuítas espalhados pelo mundo, a Europa pôde conhecer o ambiente do então Novo Mundo, ainda obscuro em muitos pontos para os europeus. Mas essa rede de informações da Companhia não teria existido se fosse somente pelo trabalho dos altos ocupantes da hierarquia da Ordem, que ditavam as normas. A rede se sustentou principalmente porque havia religiosos “menores” que estavam diretamente no campo de trabalho das missões e que escreviam nas cartas as suas vivências. Eles, mesmo sendo também objeto das informações que escreviam e repassavam aos superiores, exerciam papel ativo naquela comunicação.

É curioso notar que as regras epistolares em nenhuma parte preveem punições ou sanções a quem porventura não as cumprisse. E isso não parece ser mero descuido dos seus redatores: dado que a Companhia possuía características disciplinares quase militares, é de se supor que seus membros estivessem dispostos a seguir todas as regras, de modo natural, ainda mais levando em consideração o forte sentimento religioso da época. Assim o próprio religioso aplicava em si uma autodisciplina.

Chama também a atenção que as normas, e a própria Companhia em si, não pareciam se incomodar com o possível excesso de documentos que se originaria do acúmulo de cartas vindas de todo o mundo. Apesar de ser previsto pela *Formula scribendi* (artigo 31) que as cartas fossem guardadas na casa principal da Província após a sua leitura em todas as outras casas, outras questões mais específicas como condições de acondicionamento ou descarte não

estão presentes nas normas, tendo elas um foco quase que exclusivo nos modos de produção e circulação das cartas.

Desse modo, tópicos como a divisão das cartas em diversos tipos (de edificação, de negócios etc.), os prazos, os conteúdos, os autores e destinatários, além de outras questões, eram as temáticas mais recorrentes no corpo prescritivo epistolar jesuítico, que, como foi possível observar, não surgiu de uma única vez: observa-se um claro *continuum* entre as três normas analisadas, tendo elas se aprimorado, até se chegar a *Formula scribendi*, àquela que foi por muito tempo a versão definitiva.

A análise das três regras revela, enfim, que elas serviam como importantes instrumentos de controle, em especial naquele momento histórico de caos social e religioso em que estavam inseridas (Reforma, Concílio de Trento, Contrarreforma). Primeiramente, é preciso lembrar que o fato de a Companhia de Jesus ser uma Ordem com grande centralização, não significava que seus membros ficassem centralizados: fundada para ser missionária, seus membros eram enviados para as mais diversas localidades, contudo, onde quer que estivessem, o Superior mantinha o controle de suas atividades. No contexto religioso do século XVI, a disciplina não era exclusividade da Companhia de Jesus, nem mesmo algo somente da Igreja Católica: ela estava presente em toda a sociedade. Contudo, nota-se facilmente que as ações disciplinares na Companhia de Jesus eram bem intensas: o número e a variedade de normas, regulamentos e regras sustentam tal percepção. Eram justamente essas regras que garantiam que, mesmo espalhados pelo mundo e muitas vezes longe da presença de seus superiores locais, os religiosos permanecessem disciplinados.

Porém, as normas e regulamentos não existiam por si só: sua existência justificava-se dentro de um sistema em que a informação exercia um papel substancial, para que o Superior Geral, e em menor grau os superiores locais, mantivessem firme controle da Ordem.

Logo, a escrita adquiria um papel central na sustentação desse sistema. No caso jesuítico, a escrita principal foi a epistolar. Levando isto em consideração pode-se pensar em três tipos de controle que estavam por trás da correspondência jesuítica e de suas normas:

- Controle do indivíduo: no contexto da Companhia de Jesus, o “controle” do indivíduo não era considerado algo negativo, pelo contrário, a obediência era uma virtude e uma livre escolha do religioso. Por isso, a obrigação de escrever dada pelos superiores, não era, ao menos em tese, um peso para o jesuíta, pois conforme diz o 1º artigo da *Formula scribendi*, “servirá muito à união dos

ânimos na Companhia a frequente troca de cartas enviadas de um lado e de outro entre inferiores e superiores”;

- Controle da informação: era pedido aos religiosos que escrevessem aos superiores, mas não podiam escrever o que desejassem ou somente quando desejassem: o conteúdo e a periodicidade da correspondência era altamente normatizado;
- Controle do documento: a informação registrada passava a ser um documento, no caso, uma carta. As normas previam qual seria o ciclo desse documento: como deveria ser acondicionado, quem poderia transportá-lo, como deveria circular e, por fim, onde ficaria arquivado.

Observa-se, então, que cada jesuíta tinha um papel ativo na manutenção do controle e da disciplina da própria Ordem. Assim, a epistolografia jesuítica e suas prescrições tornavam-se recursos de poder na defesa e sustentação dos mais diversos interesses da Companhia – e não só os espirituais. Interesses que a Ordem resumia no lema: *para a maior glória de Deus*.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa procurou muito mais apresentar as normas epistolares do que analisá-las a fundo ou colocá-las em diálogo com outras regras. Contudo, ela forneceu material que pode ser utilizado em outras pesquisas, que venham a complementá-la ou que tenham novas perspectivas sobre as discussões aqui apresentadas. Portanto, espera-se que este trabalho possa servir como incentivo para o desenvolvimento de outros do gênero, principalmente aos que procurem analisar fenômenos informacionais do passado sob a ótica da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

- ANÔNIMO DE BOLONHA. Regras para escrever cartas. In: TIN, Emerson (Org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 81-109.
- ANCHIETA, José de. **Cartas**: correspondência ativa e passiva. São Paulo: Loyola, 1984. (Obras completas, 6).
- ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. **Informação & Informação**, v. 20, n. 2, p. 118-142, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23127>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU. Monumenta (MHSI). Disponível em: <<http://www.sjweb.info/arsi/Monumenta.cfm>>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- AUTOBIOGRAFIA de Inácio de Loyola. São Paulo: Loyola, 1991.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. **Anchieta, a Idade Média e o Barroco**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1966.
- BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus**. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.
- BARBAGLIO, Giuseppe. **São Paulo**: o homem do evangelho. Petrópolis: Vozes, 1993. (Coleção vidas famosas).
- BARBIER, Frédéric. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BARRETO, Aldo Uma quase história da ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 9, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://bit.do/exn2j>>. Acesso em: 23 set. 2018.
- BARROS NETO, João Pinheiro. **Administração pública no Brasil**: uma breve história dos Correios. São Paulo: Annablume, 2004.
- BELTRÃO, Luiz. **Comunicação e folclore**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- BETTIOL, Maria Regina Barcelos. **A escritura do intervalo**: a poética epistolar de Antônio Vieira. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13818>>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991. Disponível em: <<https://is.gd/JX50DM>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

CARAYON, Auguste. **Bibliographie historique de la Compagnie de Jésus**: ou Catalogue des ouvrages relatifs à l'histoire des Jésuites depuis leur origine jusqu'à nos jours. Paris: Auguste Durand, 1864. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k46494>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

CARDOSO, Armando. Introdução. In: AUTOBIOGRAFIA de Inácio de Loyola. São Paulo: Loyola, 1991. p. 5-8.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Cinco siglos de cartas: notas sobre la comunicación epistolar en España (siglos XVI a XX). In: LOBO, Tânia et al. (Org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 607-622. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-44.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

CASTRO VALDÉS, José García de. ¿Quién fue Juan Alfonso de Polanco?. In: ____ (Ed.). **Los Directorios de J. A. de Polanco, SJ**. Bilbao: Mensajero, 2016. p. 21-38. Disponível em: <<https://goo.gl/aOOw3h>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

CERELLO, Adriana Gabriel. **O livro nos textos jesuíticos do século XVI**: edição, produção e circulação de livros nas cartas dos jesuítas na América Portuguesa (1549-1563). São Paulo: USP, Capes, Linear B, 2008.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998. (Coleção tempos).

CODEx IURIS CANONICI (1917). Disponível em: <<http://www.intratext.com/X/LAT0813.HTM>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CONGREGAÇÃO GERAL 36. **Decreto 2**: un gobierno renovado para una misión renovada. 2016. Disponível em: <http://www.ausjal.org/tl_files/ausjal/images/contenido/NOTICIAS/2017/Decreto-2.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

CONNOLLY, Brendan. Jesuit library beginnings. **The library quarterly**. Chicago, v. 30, n. 4, p. 243-252, out. 1960.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação. São Paulo: Loyola, 2004.

CONSTITUTIONES Societatis Iesu anno 1558. Romae: in aedibus Societatis Iesu, 1558. Disponível em: <<https://goo.gl/3zpUf2>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

COUREL, François. Introdução. In: SANTO INÁCIO DE LOYOLA. **Exercícios espirituais**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 5-7.

DE BUJANDA, J. M. **Index librorum prohibitorum**: 1600-1966. Montréal: Médiaspaul; Genève: Librairie Droz, 2002. (Index des livres interdits, 11). Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=xHMsAAAYAAJ&>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

DECRETA Congregationum Generalium Societatis Iesu. Antuerpiae: apud Ioannem Meursium, 1635. Disponível em: <https://archive.org/stream/bub_gb_izGL7uhMzD4C#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 21 fev. 2017.

DECRETA Congregationum Generalium Societatis Iesu. Romae: in Collegio eiusdem Societatis, 1615. Disponível em: <https://archive.org/stream/bub_gb_Af9T9UWuFpkC#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 21 fev. 2017.

DECRETA primae et secundae Congreg. Generalis Societatis Iesu: et cânones secundae. Romae: in Collegio Societatis Iesu, 1568. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5320232439;view=1up;seq=7>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

DUMEIGE, Gervais. Introdução: Santo Inácio de Loyola e suas cartas. In: INÁCIO DE LOYOLA. **Cartas de Santo Inácio de Loyola**: volume 1 – as primeiras cartas de uma vida nova. Adaptação e tradução Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1988. p. 5-11.

FERRO, João Pedro. A epistolografia no quotidiano dos missionários jesuítas nos séculos XVI e XVII. **Lusitania Sacra**. 2ª série, n. 5, p. 137-158, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4919/1/LS_S2_05_JoaoPFerro.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

FISCHER, Steven R. **História da leitura**. São Paulo: Unesp, 2005.

FORMULA scribendi auctoritate tertiae congregationis confecta. In: **Regulae Societatis Iesu**. Romae: in Collegio eiusdem Societatis, 1580. p. 138-146. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5320232896;view=1up;seq=162>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**: o “Ratio Studiorum”: introdução e tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GABEL, John B; WHEELER, Charles B. **A bíblia como literatura**: uma introdução. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção Bíblica Loyola, 10).

GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo. **Santo Inácio de Loyola**: nova biografia. São Paulo: Loyola, 1991.

GERHARTZ, Johannes G. Observaciones a la presente edicion refundida. In: PRACTICA quaedam: normas para la correspondência com el P. General y el tratamiento de algunos asuntos concretos. Roma: Curia del Preposito General, 1991. p. v-vi.

GÓMEZ RODELES, Cecilio. Imprentas de los antiguos jesuitas en Europa, América y Filipinas durante los siglos XVI al XVIII [1]. **Razón y fe**, Madrid, ano 9, t. 25, p. 63-69, 474-482, set./dez. 1909. Disponível em: <<https://archive.org/details/raznyfe25madruoft>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GÓMEZ RODELES, Cecilio. Imprentas de los antiguos jesuitas en Europa, América y Filipinas durante los siglos XVI al XVIII [2]. **Razón y fe**, Madrid, ano 9, t. 26, p. 349-357, jan./abr. 1910. Disponível em: <<https://archive.org/details/raznyfe26madruoft>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GÓMEZ RODELES, Cecilio. Imprentas de los antiguos jesuitas en Europa, América y Filipinas durante los siglos XVI al XVIII [3]. **Razón y fe**, Madrid, ano 9, t. 27, p. 205-211, maio/abr. 1910. Disponível em: <<https://archive.org/details/raznyfe27madruoft>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GÓMEZ RODELES, Cecilio. Imprentas de los antiguos jesuitas en las misiones de Levante [1]. **Razón y fe**, Madrid, ano 11, t. 29, p. 219-227, 340-349, jan./abr. 1911. Disponível em: <<https://archive.org/details/raznyfe29madruoft>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GÓMEZ RODELES, Cecilio. Imprentas de los antiguos jesuitas en las misiones de Levante [2]. **Razón y fe**, Madrid, ano 11, t. 31, p. 69-83, set./dez. 1911. Disponível em: <<https://archive.org/details/raznyfe31madruoft>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GÓMEZ RODELES, Cecilio. Imprentas de los antiguos jesuitas en las misiones de Levante [3]. **Razón y fe**, Madrid, ano 11, t. 32, p. 69-85, 346-352, jan./abr. 1912. Disponível em: <<https://archive.org/details/raznyfe32madruoft>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GRAMATOWSKI, W. **Glossario gesuitico**: guida all'intelligenza dei documenti. Roma: Archivum Romanum Societatis Iesu, 1992. Disponível em: <http://www.sjweb.info/arsi/documents/GLOSSARIO_GESUITICO.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

GUEUDET, Guy. **L'art de la lettre humaniste**. Paris: Honoré Champion, 2004. (Bibliothèque littéraire de la Renaissance, 60).

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

HAMY, Alfred. **Documents pour servir à l'histoire des domiciles de la Compagnie de Jésus dans le monde entier de 1540 à 1773**. Paris: Alphonse Picard, 1892. Disponível em: <<https://archive.org/details/documentspourser00hamy>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

HAHN, Trudi Bellardo; BUCKLAND, Michael (Ed.). **Historical studies in Information Science**. Medford, NJ: Information Today, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/i3lm5C>>. Acesso em: 23 set. 2018.

HANSEN, João Adolfo. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil: Nóbrega: 1549-1558. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 38, p. 87-119, jul. 1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71891/75068>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

HOLLER, Marcos Tadeu. **Uma história de cantares de Sion na terra dos brasis**: a música na atuação dos jesuítas na América Portuguesa (1549-1759). Tese (Doutorado em Música) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/UdZNx3>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: PRIMEIRAS cartas do Brasil: 1551-1555. Tradução, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006. p. 11-27.

INÁCIO DE LOYOLA. **Cartas de Santo Inácio de Loyola**: volume 1 – as primeiras cartas de uma vida nova. Adaptação e tradução Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1988.

INSTITUTO. In: O'NEILL, Charles E.; DOMÍNGUEZ, Joaquín Maria (Dir.). **Diccionario histórico de la Compañía de Jesús**: biográfico-temático. Roma: Institutum Historicum; Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001. 4 v. p. 2039-2048.

INSTITUTUM Societatis Jesu ex Decreto Congregationis Generalis Decimae Quartae meliorem ordinem digestum, auctum, ac denuò recusum. Pragae: typis Universitatis Carolo-Ferdinandae in Collegio Societatis Jesu ad S. Clementem, 1705. 2 v. Disponível em: <<https://goo.gl/5yH3pz> e <https://goo.gl/ZSPm7O>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

JEAN, Georges. **A escrita**: memória dos homens. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. (Descobertas).

JESUIT PRESS AND INFORMATION OFFICE. **Jesuits around the world**, Roma, v. 15, n. 19, 07 out. 2010. Disponível em: <<http://www.sjweb.info/news/ensPDF.cfm?PubNumID=70&DownLang=1>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

LABARRE, Albert. **História do livro**. São Paulo: Cultrix, 1981.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004. 4 v.

LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956-1968. 5 v. (Monumenta Historica Societatis Iesu, 79-81, 87, 99). Disponível em: <<https://archive.org/search.php?query=Monumenta%20Brasiliae>>. Acesso em: 22 abr. 2018. [MB]

MADURO, Carlos Alberto de Seixas. **As artes do não-poder**: cartas de Vieira: um paradigma da retórica epistolar do barroco. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, 2012.

MARTÍN BAÑOS, Pedro. **El arte epistolar en el Renacimiento europeo, 1400-1600**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2005. (Serie Letras, 37). Disponível em [texto parcial]: <<https://goo.gl/EFCbRE>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

MB. ver LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae**...

MELLO, José Barboza. **Síntese histórica do livro**. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1979.

MI, *Ep.I.* ver MONUMENTA Ignatiana... 1903.

MONUMENTA Ignatiana: ex autographis Ignatii de vel ex antiquioribus exemplis collecta, series prima, Sanctii de Loyola Societatis Iesu fundatoris: Epistolae et Instructiones. Matriti: Typis Gabrielis Lopez del Horno, 1903. v. 1. (Monumenta Historica Societatis Iesu, 22). Disponível em: <<https://archive.org/details/monumentaignati04ignagoog>>. Acesso em: 20 jan. 2017. [MI, *Ep.I*]

MONUMENTA Ignatiana: ex autographis Ignatii de vel ex antiquioribus exemplis collecta, series tertia, Constitutiones et Regulae Societatis Iesu: Regulae Societatis Iesu (1540-1556). Romae: apud Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948. v. 4. (Monumenta Historica Societatis Iesu, 71). Disponível em: <<https://archive.org/details/monumentaignatia04igna>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MORAES, Rubens Borba de. **Bibliographia brasiliana**: livros raros sobre o Brasil publicados desde 1504 até 1900 e obras de autores brasileiros do período colonial. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2010. 2 v.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2006.

MUNHÓS, Fernando Brescancini. **Negócios coloniais**: o gênero epistolar entre os homens do trato do século XVIII. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-06102015-162400/pt-br.php>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: _____ (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 9-28.

PÉCORA, Alcir. A arte das cartas jesuíticas do Brasil. In: _____. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 17-68.

PÉCORA, Alcir. Epistolografia jesuítica no Brasil, Grão-Pará e Maranhão. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. 3, n. 1, p. 39-46, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/8DbQvs>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PÉCORA, Alcir; CARDOSO, Alírio. Uma Arte Perdida nos Trópicos: a epistolografia jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (séculos XVII-XVIII). **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. 8, n. 2, p. 1-22, 2012. Disponível em: <http://www.ufpa.br/historia/Pecora_Cardoso.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PORTILLO, Enrique del. El Instituto de la Compañía de Jesús y sus primeras ediciones. **Archivum Historicum Societatis Iesu**, Romae, v. 4, p. 44-67, 1935. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015036708397;view=1up;seq=458>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

RAYWARD, W. Boyd. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua castellana**. 5. ed. Madrid: en la Imprenta Real, 1817. Disponível em: <https://archive.org/details/5eddiccionariode00acaduoft>. Acesso em: 31 jan. 2017.

REGRAS da Companhia de Iesu. Em Lisboa: per Antonio Ribeiro, 1582. Disponível em: <http://purl.pt/23312>. Acesso em: 15 fev. 2017.

REGRAS da Companhia de Jesu. Em Evora: por Manoel de Lyra Impressor, 1603. Disponível em: <http://purl.pt/23153>. Acesso em: 15 fev. 2017.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822**, com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROCHA, Andrée Crabbé. **A epistolografia em Portugal**. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil: 1ª parte: historiografia colonial**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

SCABIN, Rafael Cesar. As cartas jesuíticas do século XVI e a ars dictaminis medieval: uma proposta de leitura documental. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 9., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2010/pdf/30.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SCADUTO, Mario. **L'epoca di Giacomo Lainez: il governo - 1556-1565**. Roma: Edizioni La Civiltà Cattolica, 1964. (Storia della Compagnia di Gesù in Italia, 3). Disponível em: <http://www.fondazioneintorcetta.info/pdf/biblioteca-virtuale/documento823/Lainez-Governo.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2018.

SILVA, Leonardo Gonçalves. **O inventário da primeira biblioteca de São Paulo e as características da sua descrição bibliográfica**. 2014. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/textos/tc3237-silva.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 219-237, maio/ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362008000200014&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 17 dez. 2017.

SIMÕES, Marco Antonio. **História da leitura: do papiro ao papel digital**. São Paulo: Terceira Margem, 2008. (Coleção dissertações & teses).

SIQUEIRA, Jéssica Camara. **As noções de documento e de informação - uma abordagem terminológica**. 2011. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-15122011-235031/pt-br.php>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. Informação e Documento - relações simbióticas. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 91-110, abr. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/7675>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SOMMERVOGEL, Carlos. **Bibliothèque de la Compagnie de Jésus...** nouvelle edition. Bruxelles: Oscar Schepens; Paris: Alphonse Picard, 1890-1932. 11v. Disponível em: <<https://goo.gl/zybiQR>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

SYNOPSIS historiae Societatis Jesu. Lovanii: Typis ad Sancti Alphonsi, 1950. Disponível em: <<https://archive.org/details/synopsisSJ>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

THESAURUS spiritualis Societatis Iesu. Città del Vaticano: Typis Polyglottis Vaticanis, 1948

TIN, Emerson. Introdução. In: _____ (Org.). **A arte de escrever cartas**: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. p. 17-79.

VACALEBRE, Natale. **La biblioteca del collegio dei gesuiti di Perugia (1557-1773)**. 2015. 814 f. Tesi (Dottorato di ricerca in Scienze Bibliografiche, del Testo, del Documento) – Università degli Studi di Udine, 2015. Disponível em: <<https://dspace.uniud.cineca.it/handle/10990/631>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

WALLAU, Heinrich. Peter Schöffner. In: **The Catholic Encyclopedia**. New York: Robert Appleton Company, 1912. v. 13. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/13547a.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ZACCARIA, Francescantonio. **Storia polemica delle proibizioni de' libri**. A Roma: Per Generoso Salomoni, 1777. Disponível em: <https://archive.org/details/bub_gb_AsJ94frSnMAC>. Acesso em: 23 nov. 2017.

APÊNDICE A – Transcrição e tradução¹¹⁷ da Formula scribendi (1565)

Fonte: FORMULA..., 1580.

Observação: A transcrição (digitação) foi realizada de modo literal. Foram feitas algumas poucas correções para deixar a ortografia latina mais atual. Dentre as mudanças feitas, ressaltam-se três: nas palavras em que “u” corresponde a “v”, houve a troca da letra (exemplos: “uel” por “vel”, “Prouincialem” por “Provincialem”). O mesmo se fez para a letra “j” quando correspondia a “i” (exemplos: “Indijs” por “Indiis”, “collegij” por “collegii”). O símbolo “&” foi substituído por “et”.

Formula scribendi auctoritate tertiae
congregationis confecta

Norma de correspondência preparada
com a autorização da Terceira (sic)
Congregação Geral

1. Magnopere iuverit ad animorum
unionem in Societate, literarum ultro
citroque missarum inter inferiores et
Superiores frequens commercium, et
crebro alios de aliis certiores fieri, et
audire, quae ex variis locis ad
aedificationem, et eorum quae geruntur
cognitionem, afferuntur.

1. Servirá muito à união dos ânimos na
Companhia a frequente troca de cartas
enviadas de um lado e de outro entre
inferiores e superiores. Assim, noticiar e
ouvir uns dos outros as coisas edificantes
[dos companheiros] e as obras que [por
eles] vêm sendo realizadas.

2. Superiores domorum, et Rectores
scribant singulis hebdomadis ad suum
Provincialem in Europa: in Indiis vero, ut
suis Provincialibus visum fuerit
commodum, et opportunum.

2. Na Europa os superiores das casas e os
reitores escrevam todas as semanas a seu
Provincial. Nas Índias escrevam com a
frequência que parecerá conveniente ou
oportuno aos Provinciais locais.

3. Scribant autem ad suum Provincialem
de statu personarum, et rerum omnium,
non solum quae inter nostros, sed etiam
quae per ministeria Societatis erga
externos in domibus suis, vel collegiis
fiunt, et non tantum de his, quae recte se
habent, sed etiam de his, quae secus, et
quoad fieri poterit curent, ut omnia
tanquam praesentia Provincialis cernat.

3. Escrevam a seu Provincial a respeito
da condição das pessoas e de todas as
coisas. Escrevam o que vem sendo feito
não somente entre os companheiros, mas
também por meio dos ministérios da
Companhia em prol dos externos nas suas
residências e nos colégios. Escrevam não
somente sobre as coisas direitas, mas
também sobre as erradas [que
acontecem]. Enquanto possível procurem
que o Provincial veja todas as coisas
como se acontecessem em sua presença.

4. Primo quoque tempore ad suum

4. Os superiores informem o Provincial,

¹¹⁷ Esta tradução foi gentilmente realizada para esta pesquisa pelo Pe. Spartaco Francesco Ciccotti, SJ, ao qual deixamos os nossos mais sinceros agradecimentos.

Provincialem scribant Superiores domorum, et Rectores de obitu eorum, qui in suis locis decedunt: Provincialis vero reliquos de sua Provincia admonebit, ut quam primum solitis suffragiis, et orationibus eorum animae iuventur, et statim Praepositum Generalem, et vicinos Provinciales certiores reddat, ut simile officium praestare possint.

5. Missi ad fructificandum in agro Domini scribant ad suum Provinciale, aut ad eum, quem ille designaverit, singulis hebdomadis vel quoties ipsis fuerit praescriptum, ut per crebram literarum communicationem, quantum fieri potest, totum successum suarum missionum illi declarent.

6. Provinciales Superioribus domorum, et Rectoribus, ac iis, qui in missionibus versantur, et privatis personis, quibus opus erit, semel singulis mensibus scribant.

7. Provinciales omnium Provinciarum Europae scribant ad Generalem semel quolibet mense: Rectores autem, et Superiores domorum, et Magistri novitiorum tertio quoque mense.

8. Provinciales Indiarum scribant Praeposito Generali, quando se obtulerit navigationis commoditas: Rectores vero, et Superiores domorum ex Indiis semel, ex Brasilia, et nova Hispania bis in anno, si se obtulerit occasio.

9. Praedicti omnes extraordinarie utrinque scribant, quoties necessitas urgebit.

10. Superiores domorum, et collegiorum, et Magistri novitiorum scribant ad

antes de tudo, dos que morrem em suas casas [residências ou colégios]. O Provincial avisará os outros da Província para que quanto antes suas almas sejam objeto de sufrágios e orações. O Provincial informará disso o Prepósito Geral e os Provinciais mais próximos.

5. Os que são enviados a produzir frutos no campo do Senhor escrevam a seu Provincial ou àquele que o Provincial encarregar todas as semanas, ou com a frequência a ele fixada. Enquanto é possível declarem o resultado das suas missões por meio de comunicação epistolar.

6. Os Provinciais escrevam mensalmente aos Superiores das casas e aos Reitores [dos colégios], e também aos que se ocupam das missões e às pessoas particulares, aos quais seja conveniente escrever.

7. Na Europa, os Provinciais escrevam ao Geral uma vez ao mês. Reitores, Superiores de casas e mestres de noviços escrevam a cada três meses.

8. Na Índia, os Provinciais escrevam ao Prepósito Geral quando se oferecer a oportunidade de um navio. Reitores e Superiores [da Índia] uma vez por ano. Os do Brasil e da Nova Espanha, duas vezes ao ano se houver ocasião [para despachar as cartas].

9. Todos os mencionados escrevam entre si todas as vezes que a necessidade impelir.

10. Superiores de casas e colégios e mestres de noviços escrevam ao Geral as

Generalem, quae alicuius momenti fuerint, etiam si approbante Provinciali fiant. Illa vero potissimum scribant, in quibus Provincialis admonitus, vel non providet, vel providere nequit vel postquam Provincialis cum illis tractaverit, ipsi ab eius iudicio dissentiunt: sed tunc quidem addant, quid Provincialis responderit, et quibus rationibus ipsi ab eo dissentiant, interim tamen ei per omnia obediant.

11. Cum Provinciales scribent Generali, curabunt ut statum domorum, et collegiorum suorum, ac totius Provinciae bene explicant, et suppleant, si quid intellexerint, quod Superiores domorum, et collegiorum minus declaraverint, et in uniuersum ita scribere debent, ut Generalis omnium rerum, omniumque personarum, ac Provinciarum statum, quoad eius fieri possit, ante oculos habeat.

12. Si quis nostrorum aliquid per literas cum Praeposito Generali, aut cum suo aliquo alio mediato superiore tractare velit, ne impediatur, nec ipsorum literae ad eos scriptae aperiantur, neque mediatorum Superiorum ad ipsos.

13. Literae nostrorum, quae negotia continent, solum ad Praepositum Generalem, et non ad alios, qui cum ipso agant, destinantur, poterit tamen ad eos scribi, ut illa tractari, ut expediri curent.

14. Literae negotiorum, ad quorum expeditionem Procuratoris generalis opera, aut informatione opus erit, propriis literis ad Praepositum Generalem scribantur adiuncta exterius littera P. sub inscriptione earum.

15. Negotia maioris momenti, ex utraque

coisas de alguma importância, inclusive se elas sejam feitas com aprovação do Provincial. Acima de tudo escrevam as coisas às quais o Provincial, apesar de avisado, não providencie, ou não quer prover. E escrevam as coisas nas quais eles diferem do parecer do Provincial depois que o próprio Provincial tratou com eles. Neste caso, acrescentem o que o Provincial respondeu e as razões por que eles discordam.

11. Quando os Provinciais escreverão ao Geral, cuidarão de explicar bem a condição de suas casas e colégios e a de toda a Província. Forneçam, se souberem, o que os Superiores das casas e colégios não declararam. Em geral, têm de escrever em modo que o Geral tenha sob seus olhos a condição das Províncias e de todas as pessoas.

12. Se algum dos companheiros queira tratar por meio de cartas com o Prepósito Geral ou com algum outro Superior intermédio, não seja impedido e suas cartas não sejam abertas. Também não se abram as cartas a eles dirigidas pelos Superiores intermédios.

13. As cartas dos companheiros que tratam de negócios sejam destinadas ao Prepósito Geral e não a outros que trabalham com ele. Todavia, podem ser escritas para eles, a fim de que cuidem que sejam tratadas e expedidas [por correio].

14. As cartas de negócios, que precisarão de colaboração do Procurador Geral ou de dar e colher informações, sejam endereçadas ao Prepósito Geral, acrescentando em baixo do endereço a letra P.

15. Cartas que tratam de negócios de

India, et Brasilia ternis exemplis scribantur, binis autem ex reliquis Provinciis, si sit periculum ne literae intercidant, vel certe in proximis literis earum summa repetatur, et, ut inveniantur, cum opus fuerit, quae scripta sunt ad Generalem, exemplum eiusmodi literarum, vel earum summam in libro aliquo, qui scribunt, apud se retineant.

16. Si quid secreti scribendum, vel soli Superiori committendum sit, seorsum in propria epistola scribatur, quae cum aliis in eodem fasciculo colligata includatur, adiuncto exterius (soli) sub inscriptione eiusdem epistolae: quod si eiusmodi epistola sola mitteretur, alia charta involuatur, quae absque, soli, inscriptionem habeat.

17. In rebus, quae secretum requirunt explicandis, his vocabulis utendum erit, ut ea intelligi nisi a Superiore non possint, modum autem praescribet Generalis.

18. Nullus inferior, nisi morbo impeditus, literas ad Superiorem ex sua commissione scribi faciat.

19. Consultores Rectorum et Superiorum localium literas obsignatas ad Provinciale dabunt bis in anno, mense Ianuario, et Iulio, et ad Generalem singulis annis mense Ianuario: Consultores vero Provincialium ad Generalem mense Ianuario et Iulio, nisi res aliqua ita urgeret, ut de illa, etiam extra haec tempora scribendum iudicaret.

20. Iis literis sincere, et sine amplificatione, omnique privato, aut humano respectu semoto, significabunt, quid sibi de Superioribus, quorum sunt

maior importância da Índia e do Brasil sejam enviadas em três cópias separadas. As dos outros Provinciais em duas cópias separadas. Isso se há perigo de se perderem. Também se o resumo delas será certamente repetido nas próximas cartas, para que as cartas escritas ao Geral sejam encontradas quando for preciso; cópia ou resumo delas, sejam guardadas em algum registro dos companheiros que as escrevem.

16. Se houver alguma coisa secreta ou que deve ser entregue somente ao Superior, tem de ser escrita em carta distinta das outras. Essa carta seja encerrada com as outras do mesmo pacote, mas embaixo do endereço acrescenta-se *soli* [=só para ele]. Se, porém, essa carta for enviada sozinha, seja enrolada em outra carta sem a indicação *soli*.

17. Ao explicar coisas que exigem segredo, tem de usar termos que permitam só ao Superior compreender. O Geral prescreverá o modo como se exprimir.

18. Nenhum inferior, a não ser que impedido por doença, encarregue alguém que escreva as suas cartas a um Superior.

19. Os consultores dos Reitores e dos Superiores locais entregarão ou enviarão cartas ao Provincial por eles mesmos assinadas, duas vezes ao ano, em janeiro e julho, e ao Geral uma vez ao ano em janeiro. Os consultores dos Provinciais enviarão ao Geral cartas em janeiro e em julho, a não ser que alguma coisa seja urgente e seja necessário escrever também em outros meses.

20. Os consultores dos Superiores, depois de rezar e de considerar atentamente os argumentos, declararão nessas cartas com sinceridade, sem qualquer consideração

Consultores, et de eorum administratione, ac rerum statu, scribendum in Domino videatur, oratione tamen praemissa, et re prius diligenter considerata.

21. Ut Rector universitatis de omnibus praeceptoribus, et aliis de Societate, ita etiam Cancellarius et Consiliarii universitatis de ipso, ac aliis scribingentes semel singulis annis mense Ianuario Praeposito Generali, et bis in anno mense Ianuario et Iulio Provinciali.

22. Huiusmodi literae Consultorum, et horum Officialium universitatis mittantur obsignatae, nec quisquam eorum sciat, quid alius scripserit.

23. Quiuis Praepositus, et Rector habeat librum, in quo scribantur visitationes domus, vel Collegii a Generali approbatae; in quo etiam scribantur ordinationes aliae alicuius momenti, quae à Generali mittuntur et quae perpetuae fuerint, ab iis quae temporariae sunt, separatim notentur, alia vero quae Visitator, et Provincialis praescripserint, in alio libro scribantur.

24. Si quid scribendum esset de rebus, quae externorum aliquem attingerent, ita scribatur, ut etiam si literae in eius manus inciderint, offendi non possit.

De literis annuis

25. Superiores domorum, atque Rectores curent ea observari, quae in dies in eorum domibus, collegiisque per nostros Dominus operari dignatur, quaeque ad nostrorum consolationem, ac proximorum aedificationem pertinente,

interesseira ou humana, o que lhes parece oportuno para ser escrito a respeito dos Superiores dos quais eles são consultores, da administração dos mesmos Superiores e da situação das coisas [quer dizer, da comunidade, do apostolado etc.].

21. O Reitor de universidade escreverá uma vez ao ano ao Prepósito Geral e duas vezes por ano, janeiro e julho, ao Provincial a respeito dos professores e dos outros da Companhia. O mesmo farão o chanceler e os conselheiros da universidade a respeito do Reitor e dos outros.

22. Essas cartas dos consultores e dos outros executivos da universidade sejam enviadas com assinaturas. Nenhum deles saiba o que o outro tenha escrito.

23. Cada Prepósito e Reitor tenha um livro no qual sejam indicadas as visitas encomendadas da casa ou do colégio [do visitador ou inspetor encarregado de inspecionar]. Nesse livro, escrevam-se as ordenações de alguma importância enviadas pelo Geral, distinguindo em folhas separadas as que forem perpétuas e as que forem temporárias. Em outro livro sejam indicadas as ordenações do Visitador e as do Provincial.

24. Se for necessário escrever sobre argumentos que ofendam algum dos externos, escreva-se de forma que, em caso que as cartas caiam nas suas mãos, ele não possa ficar melindrado.

Cartas ânuas [=anuais]

25. Superiores das casas e Reitores [dos colégios ou universidades] cuidem que sejam notadas as coisas que em um ou outro dia o Senhor se digna de realizar por meio de nossos companheiros nas suas casas e colégios. Também as coisas

ex quibus seligant optima quaeque, atque in ordinem redacta, sub finem cuiusque anni ad suum Provincialem mittant.

26. Provinciales ex omnibus Superiorum localium, atque Rectorum suae Provinciae, et eorum, qui in missionibus versantur, epistolis, reiectis, vel additis iis, quae videbuntur, singulis annis mense Ianuario unas literas annuas conficiant, quas manu ipsorum subscriptas ad Generalem destinent.

27. In his literis tot erunt capita quot sunt in Provincia domus, collegia, et missiones: recensebunt numerum nostrorum Sacerdotum, Praeceptorum, Scholasticorum, et Coadiutorum temporalium, item admissiorum eo anno in Societatem, et eorum in Domino profectum explicabunt, et an aliquis è vita decesserit.

28. A gent de ministeriis Societatis erga proximum, ut de concionibus lectionibus sacris, doctrina Christiana, exercitiis spiritualibus, visitatione carcerum, et hospitalium, reconciliatione dissidentium, de poenitentium frequentia, et de aliis nostri instituti piis operibus: item de scholis, et discipulorum numero, et profectu, et de literariis exercitiis, de bona Societatis existimatione: de contradictionibus autem, et persecutionibus, si quae fuerint, ea solum attingant, quae aedificationi fore videbuntur, et tandem de piorum erga nostros caritate, et munificentia.

29. Haec et similia ita narrentur, ut veritas, modéstia, humilitas, et caritas in ipsa narratione eluceant, et ut in ea ipsa domo aut Civitate, ubi eiusmodi literae scribuntur, de ubique, publice legi, citra

que produzem consolação a nossos companheiros e edificação aos próximos. Seleccionem entre elas as coisas mais importantes e coloquem-nas em ordem, enviem a relação delas ao Provincial no fim de cada ano.

26. Os Provinciais dos Superiores e Reitores da sua Província, e dos que trabalham nas missões, componham e escrevam com sua própria mão em janeiro de cada ano umas cartas para o Geral. Nessas cartas, escolham ou enriqueçam os fatos elencados no número 25 [quer dizer, mandem ao Geral uma síntese desses fatos].

27. Nessas cartas enumerem os companheiros das casas, colégios e missões da Província. Quantos sacerdotes, professores, escolásticos e coadjutores temporais. Igualmente quantos entraram na Companhia nesse ano e seus professos. Também informem se alguém morreu.

28. Narrem o que os companheiros levaram a cabo: ministérios apostólicos, pregações, catequese, exercícios espirituais, visitas nas cadeias, visitas nos hospitais, reconciliação de adversários, frequência dos penitentes e outras obras de caridade. Sobre as escolas refiram o número dos alunos, seu progresso, seus exercícios literários. Falem da Companhia: se é conceituada, se enfrenta contradições, perseguições, mas só refiram o que serve para boa edificação. Finalmente, contem a caridade e a munificência das pessoas devotas.

29. Estas e outras coisas semelhantes sejam narradas em maneira que nos próprios relatos brilhem a verdade, a modéstia, a humildade e a caridade. Sejam escritas de forma que possam ser

cutusquam offensionem, possine.

30. Conscribantur tot exemplaria, quot sunt in universa Societate Provinciae (ad quas securiore via quamprimum transmittenda sunt) et quiden latine omnia, exceptis iis, quae mittenda sunt in eas provincias, quibus eadem lingua communis est. Et ut coadiutores nostri temporales ex latinis etiam literis fructum aliquem percipiant, sit ali quis, qui illarum summam, aut interpretationem aliquo modo eis explicet.

31. Hae literae annuae in singulis domibus et collegiis cuiuscunque Provinciae, etiam eius, ubi fuerint scriptae legantur, neque ultra hebdomadam retineri debent, ut ad reliqua collegia citius deferantur: postquam vero ubique perlectae fuerint, in praecipua domo, vel collegio eiusdem Provinciae omnes asseruentur.

De Catalogis et Informationibus annuis

32. Ad clariorem omnium nostrorum cognitionem, Superiores domorum, et Rectores collegiorum duos catalogos conficiant ante id temporis, quo Procuratores Provinciarum ad Generalem veniunt, ita exacte, ac si nunquam missi fuissent: in primo describantur omnes, qui in suis domibus, vel collegiis, ac missionibus sunt, in quo contineatur uniuscuiusque nomen, cognomen, patria, aetas, vires, tempus Societatis, studiorum, et ministeriorum, quae exercuit, et gradus in literis, si quos habet, et an professus, vel coadiutor sit, etc. et a quo tempore.

lidos sem desagrado de qualquer pessoa se forem lidas na cidade na qual foram escritas e em qualquer outro lugar, se forem lidas publicamente.

30. Façam tantas cópias desses relatórios quantas são as Províncias de toda a Companhia, os quais os relatórios têm de ser enviados quanto antes por meio de correio confiável. Sejam escritas em latim, com exceção dos lugares onde essa língua não é comum. Alguém transmita o resumo ou a interpretação desses relatórios aos coadjutores temporais [irmãos jesuítas; religiosos não sacerdotes], de modo que eles também tenham algum proveito dos escritos latinos.

31. Estas cartas anuais sejam lidas em todas as casas e colégios de qualquer Província, também nos lugares onde elas tenham sido escritas. Não devem ser retidas por mais de uma semana, mas cedo enviadas também a outras casas e colégios. Depois sejam guardadas na casa ou colégio mais importante da Província.

Dos catálogos e informações anuais

32. Os Superiores das casas e os Reitores preparem dois catálogos para mais clara notícia de dados dos nossos companheiros. Estejam prontos antes do tempo no qual vêm ao Geral os Procuradores das Províncias. Os catálogos sejam tão exatos como se se tratasse de elencos preparados pela primeira vez. No primeiro catálogo sejam descritos dados dos que estão nas casas, colégios e missões da Província. Indique-se nome, sobrenome, pátria, idade, forças, tempo de Companhia, dos estudos que fez, dos ministérios que exerce, se alcançou graças literárias, se é professo ou coadjutor, e desde quando.

33. In secundo catalogo dotes, et qualitates uniuscuiusque describantur, videlicet, ingenium, iudicium, prudentia, experientia rerum, profectus in literis, naturalis complexio, et ad quae Societatis ministeria talentum habeat: quae omnia diligenter, re Deo prius commendata, et mature considerata, et omni privato affectu semoto, sincere, et breviter perstringenda erunt, et utrumque catalogum ad suum Provincialem mittant.

34. Sub finem cuiusque anni interiecti, tertium etiam alium brevem catalogum ad Provincialem mittant continentem nomina, et ministeria, in quibus unusquisque nostrorum occupatur: mittant etiam supplementum primi, et secundi catalogi, in quo ea tantum adnotabunt, quae eo anno de novo occurrerint addenda, ut qui in Societatem interim fuerint admissi, vel ab eo defuerint, vel quod mortui sint, vel alia quavis causa.

35. Hunc tertium catalogum, et supplementum primi, et secundi catalogi totius provinciae cum annuis literis ad Generalem mittet Provincialis mense Ianuario: primum vero, et secundum per Procuratorem provinciae ad eundem sigillo suo obsignatos perferendos curabit: Quod si quid ipsi in his catalogis, et informationibus notandum, addendumue videretur, id seorsum ad Generalem scribat.

33. No segundo catálogo se descrevam os dotes e qualidades de cada um, a inteligência, o juízo, a prudência, a experiência das coisas, o progresso nas letras, o temperamento natural e para quais ministérios tem aptidão. Depois de ter recomendado a Deus e considerado com diligência e maturidade esses dados, e afastado qualquer sentimento pessoal, deve ser resumido sincera e brevemente. Depois enviem ao seu Provincial os dois catálogos.

34. No fim de qualquer ano enviem ao Provincial um terceiro catálogo com os nomes e os ministérios em que cada companheiro se ocupa. Enviem também um suplemento do primeiro e segundo catálogos anotando as novidades ocorridas no ano, os admitidos na Companhia nesse ano, os egressos, os defuntos, e outras quaisquer coisas.

35. O Provincial enviará ao Geral este terceiro catálogo e o suplemento do primeiro e segundo no mês de janeiro. Mas o primeiro e o segundo catálogos serão enviados por meio do Procurador da Província, assinados e autenticados com o sigilo do mesmo Provincial. Se for necessário inserir algum acréscimo, seja escrito para o Geral em envelope distinto.

APÊNDICE B – O “inferno” nas bibliotecas jesuíticas

Conforme foi apontado em nota de rodapé na página 40, no acervo da Biblioteca do Colégio São Luís, escola jesuítica de São Paulo fundada em Itu em 1867, existem ainda alguns livros com a inscrição “inferno” escrita a lápis na folha de rosto ou na página precedente. Como exemplo cita-se uma edição de 1903 do livro *Salammbô* de Gustave Flaubert, obra incluída no *Index* em 1864, juntamente com *Madame Bovary*, principal romance de Flaubert (cf. DE BUJANDA, 2002, p. 349). Além de “inferno” inscrito na parte superior da folha de rosto e sobre o carimbo de localização na página anterior, há ainda, na mesma página, duas outras inscrições: “Posto no Índice” e “Tomado [?] ao mercado”. Isso indica que “inferno” designava mesmo um lugar físico (além de simbólico), e que essa prática permaneceu até tempos mais recentes.

Figura 4 – Exemplar de *Salammbô*, de Gustave Flaubert

Fonte: Acervo do Colégio São Luís. Foto tirada pelo autor.